

**CARLOS DE OLIVEIRA MALAQUIAS**

**TRABALHO, FAMÍLIA E ESCRAVIDÃO: PEQUENOS PRODUTORES DE SÃO  
JOSÉ DO RIO DAS MORTES, DE FINS DO SÉCULO XVIII A MEADOS DO XIX.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby

Belo Horizonte

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓS GRADUAÇÃO  
históriaufmg

Dissertação defendida pelo(a) aluno(a) **Carlos de Oliveira Malaquias** em 23 de fevereiro de 2010 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Douglas Cole Libby – Orientador (UFMG)

Prof. Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFJF)

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG)

*Este texto é dedicado à minha família, no  
seio da qual, sob o pretexto da  
sobrevivência, trabalha-se cotidianamente  
na construção do amor (e vice versa).*

## **AGRADECIMENTOS**

Vinte e quatro meses, todo mundo sabe, é prazo muito curto para tocar uma pesquisa, mas é tempo suficiente para adquirir um bocado de dívidas que um sincero muito obrigado talvez fique longe de saldar.

Eu fui um aluno um tanto distante e desgarrado do pastoreio de meu orientador. Devo ter-lhe causado alguma dor de cabeça, então, nada mais natural do que começar os agradecimentos pelo prof. Douglas Libby. A ele deixo consignado meu melhor agradecimento pela compreensão e disponibilidade. Pela competência e rigor ficam minha mais profunda admiração e simpatia.

Os professores José Newton Coelho Meneses e Clotilde Andrade Paiva fizeram parte da minha banca de qualificação e apresentaram várias críticas e sugestões ao trabalho de maneira rigorosa, mas muito afável. Todos seus comentários foram muito pertinentes e espero ter acertado esse texto de acordo com suas propostas. Os equívocos e imperfeições que ainda seguem são de minha inteira responsabilidade.

De forma especial sou grato ao corpo de professores que me formou na UFSJ. Particularmente aos professores Ivan Vellasco, Sílvia Brügger, Wlamir Silva e Afonso de Alencastro. A esse último, que me mostrou o “como se faz” do nosso campo, o difícil trato com as fontes, os dados, a bibliografia e os egos, problemas práticos e simbólicos que permeiam o nosso ofício, fica a promessa de que outros textos seguirão.

Bons amigos na UFMG sempre estiveram dispostos a me ajudar. Martha Rebellato, Marcos Duque Neves (o meu procurador), Geosiane Mendes Machado e Adriano Toledo Paiva foram aquisições singulares para minha carreira e para minha vida.

O amigo de São João del Rei, Welber Luis dos Santos me emprestou equipamento para a pesquisa e me ajudou na feitura dos mapas; e, como isso não

bastasse, sempre teve algum tempo pra uma boa conversa sobre as coisas da História. As companheiras de iniciação científica Melina Teixeira Souza e Livia Alves Resende trocaram idéias e levantaram questões que me ajudaram a pensar o tema dessa dissertação.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN São João del Rei, fica a gratidão pelo bom atendimento e o zelo que devotam à matéria do nosso ofício.

Em Belo Horizonte tive o prazer e o privilégio de ser hospedado pelo Marquim, meu compadre, sujeito que, de acordo com os melhores observadores, tá sempre muito bem.

A Ana Carol, preta cativa das coisas do coração, forçada pela terna vontade de estar próximo a me ajudar, um obrigado em forma de desculpas: eu sei que sou um chato – e todo mundo que me conheça há de concordar com você. Mas sou o chato que você ama e, se isso não redime meus defeitos, saiba que eu te amo também.

Durante esta pesquisa fui bolsista da Capes o que possibilitou a manutenção minha e de minha família.

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. A Freguesia de São José do Rio das Mortes: espaço e população.....	30
1.1. Apresentando a freguesia e suas divisões.....	31
1.2. Evolução demográfica em 40 anos (1795-1831).....	42
1.3. Fronteira e migração.....	54
2. Por dentro dos fogos sanjoseenses: composição dos domicílios, força de trabalho e estrutura ocupacional.....	60
2.1. As estruturas domiciliares.....	63
2.2. A força de trabalho escrava em S. José.....	73
2.3. Os agregados.....	84
2.4. A estrutura ocupacional em 1831.....	96
3. A constituição de laços familiares nas pequenas unidades produtivas.....	115
3.1. Os casamentos de escravos.....	117
3.2. Os casamentos entre pequenos produtores.....	128
Considerações finais.....	138
Fontes.....	142
Bibliografia.....	144

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1. População da freguesia de S. José do Rio das Mortes e suas capelas..	35
Tabela 1.2. População da freguesia de S. José, por capelas e condição.....	36
Tabela 1.3. Evolução da população na freguesia de S. José, 1795-1831.....	43
Tabela 1.4. População da freguesia de Santo Antônio da vila de S. José em 1795	45
Tabela 1.5. População da freguesia de Santo Antônio da vila de S. José em 1831	46
Tabela 1.6. Origem dos nubentes livres na paróquia de S. José do Rio das Mortes, 1783-1850.....	59
Tabela 2.1. Relações que ligavam os moradores aos fogos em que viviam – freguesia de S. José do Rio das Mortes.....	64
Tabela 2.2. Estrutura dos domicílios da freguesia de S. José do Rio das Mortes..	68
Tabela 2.3. Distribuição da propriedade de escravos em S. José.....	74
Tabela 2.4. Sexo e Condição dos agregados em 1795.....	91
Tabela 2.5. Estado conjugal dos agregados em 1795.....	92
Tabela 2.6. Distribuição dos agregados por fogo em 1795.....	93
Tabela 2.7. Distribuição dos agregados segundo o nº de escravos no fogo, 1795.	93
Tabela 2.8. Distribuição dos agregados por fogos em 1831.....	94
Tabela 2.9. Distribuição dos agregados segundo o nº de escravos no fogo, 1831.	94
Tabela 2.10. Chefes de fogo com agregados em 1795, sexo, condição e estado conjugal.....	95
Tabela 2.11. Estado conjugal e sexo dos chefes de domicílios com agregados em 1831.....	95
Tabela 2.12. Ocupação da população paroquiana de S. José em 1831 – por ramos de ocupação.....	98

Tabela 2.13. Ocupação dos membros livres escravos do fogo, segundo a ocupação do chefe (atividades seleccionadas).....	99
Tabela 2.14. Distribuição da força de trabalho (14-45 anos) em S. José, segundo o setor de ocupação do chefe do domicílio (1831).....	102
Tabela 2.15. Posse de escravos entre os chefes de domicílio em 1831/segundo setor de ocupação.....	102
Tabela 3.1. Casamentos na freguesia de S. José, 1784-1865 - segundo a condição dos nubentes.....	116
Tabela 3.2. Sexo e origem dos escravos casados e proporção sobre o grupo.....	121
Tabela 3.3. Escravos casados ou viúvos segundo o tamanho da escravaria.....	123
Tabela 3.4. Casais de escravos segundo designação de cor/origem em 1795.....	126
Tabela 3.5. Casais de escravos segundo designação de cor/origem em 1831.....	126
Tabela 3.6. Cor e condição dos nubentes em S. José, 1796-98 e 1832-34.....	132
Tabela 3.7. Idade ao casar na Freguesia de S. José, década de 1790 (valores medianos em anos).....	136
Tabela 3.8. Idade ao casar na Freguesia de S. José, década de 1830 (valores medianos em anos).....	136



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Batismos de africanos adultos na paróquia de S. José.....	26
Figura 1.1. Idade dos escravos em S. José, por origem.....	51
Figura 1.2. Razões de masculinidade na população escrava de S. José por origem..	53
Figura 1.3. Tendência das razões de homens para cada 100 mulheres entre a população livre de S. José.....	54
Figura 2.1. Distribuição da mão-de-obra ativa (15-44 anos) em S. José, segundo a faixa de posse de escravos do domicílio.....	62
Figura 2.2. Distribuição das posses de escravos entre os domicílios das aplicações da freguesia de S. José.....	75
Figura 2.3. Composição das escravarias de S. José – por grupos etários e faixas de posse de escravos.....	78
Figura 2.4. Composição das escravarias de S. José – por sexo e faixa de posse de escravos.....	80
Figura 2.5. Composição das escravarias de S. José – por sexo e faixa de posse de escravos.....	82
Figura 2.6: Ocupação dos chefes de fogo em 1831.....	100
Figura 3.1: Idade dos escravos casados ou viúvos em S. José.....	122
Figura 3.2: Casais de escravos por origem (nativa ou africana) dos cônjuges.....	128

## MAPAS E QUADROS

### *Mapas:*

Mapa 1: Termo da vila e extensão da freguesia de São José do Rio das Mortes na década de 1820.....	18
--	----

### *Quadros:*

Quadro 2.1. Ocupações registradas em S. José del Rei nas Listas Nominativas de 1831 – segundo setor e ramo de ocupação.....	97
---	----

## **RESUMO**

Este texto discute a organização do trabalho nas pequenas unidades de produção familiar a partir da caracterização da força de trabalho presente nessas unidades e da estrutura ocupacional na qual ela era empregada. Toma-se como palco a paróquia de São José do Rio das Mortes durante as transformações ocorridas na passagem do século XVIII para o XIX no Brasil e em Minas. Percebemos que estratégias familiares de administração do domicílio e a diversificação produtiva eram as alternativas mais usuais de gestão da propriedade, reforçando as identidades entre unidade familiar e unidade produtiva nas sociedades pré-capitalistas. Nesse sentido, a composição da mão-de-obra escrava das pequenas unidades no início do século XIX parece ajustada a uma lógica produtiva que aponta para a complementação do trabalho familiar, mas ao mesmo tempo demonstra que existiram dificuldades de acesso a escravos para os pequenos produtores no XIX.

**Palavras-chave:** produção familiar, trabalho, escravidão, demografia histórica, São José do Rio das Mortes, Minas Gerais.

## **ABSTRACT**

This work discusses the organization of labor on small farms with a inquiry on labor force characterization and occupational structure. It focuses on the parish of São José do Rio das Mortes during the period of transformation in Brazil and Minas Gerais that marked the passage from the 18<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup> centuries. Family strategies of household administration and productive diversification were the most common practices of property management, reinforcing the notion of a juxtaposition of family and productive units in pre-capitalist societies. In that way, the composition of slave labor on small farms in the early decades of the 19<sup>th</sup> century resulted from its complementarities *vis a vis* family labor, but at the same time, it demonstrates that access to slave labor became more difficult for small producers as the century wore on.

**Keywords:** household economy, labor, slave system, historical demography, São José do Rio das Mortes, Minas Gerais.

## **ABREVIATURAS**

AEDSJDR - Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei

AHET II, IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São João del Rei, 13ª SR.

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro.

## INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que pertencer a uma família era integrar-se a uma ordem de trabalho. Isto é, uma família era, comumente, um grupo de trabalho no qual o empenho de todos os componentes era importante para a manutenção do domicílio e as atividades, o tempo e demais recursos eram distribuídos de acordo com a posição do indivíduo no interior do grupo. Essa comunidade co-habitante apresentava-se como força de trabalho estruturada por sexo, idade e autoridade. Segundo um dos grandes historiadores sobre a família no Ocidente, Peter Laslett,

*O grupo doméstico co-residente da Europa pré-industrial foi, de forma geral, adaptado para atender às finalidades de produção e de procriação, características comuns de todas as sociedades não-industriais, tanto no presente, como no passado. [...] Como a procriação implica parentesco (dois cônjuges são, por definição, parentes afins e o parentesco entre eles aumenta, quando se procriam) e como a produção implica trabalho, família e domicílio eram assim, nas sociedades tradicionais, grupos de trabalho e grupos de parentesco.<sup>1</sup>*

Mas isso foi há muito tempo, antes de a industrialização levar o espaço do trabalho para a fábrica, para o comércio ou para o escritório, e antes da sociedade burguesa inventar a adolescência e manter suas crianças afastadas do trabalho até a idade adulta.<sup>2</sup> Hoje, é complicado para a maioria de nossos contemporâneos contemplar um cotidiano imerso no trabalho, sem a divisão em compartimentos bem demarcados do tempo do labor, do lazer, da educação aos filhos e mesmo do afeto. Bem diferente era a vida nas sociedades tradicionais. De acordo com Emmanuel Le Roy Ladurie, a manutenção da granja camponesa na França pré-revolucionária envolvia desde as crianças um pouco mais crescidas, que poderiam

---

<sup>1</sup> LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.137.

<sup>2</sup> Talvez nem há tanto tempo assim: como assevera Hobsbawn, “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século [XX], e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. HOBBSAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.184.

trabalhar na coleta de frutos ou ajudar a cuidar dos menores, aos idosos, que cuidavam das refeições, do preparo do pão, e ajudavam a tomar conta das crianças; o trabalho se estendia do nascer ao pôr-do-sol praticamente todos os dias com tarefas rotineiras para a conservação da horta e das criações, havendo mais trabalho em épocas de colheita; as folgas eram influenciadas pelo calendário agrícola e mesmo nesses dias uma boa fatia de trabalho ocupava, principalmente, os braços femininos.<sup>3</sup>

Esse mundo tradicional, não industrial, predominante rural, envolvia a maior parte da população no Brasil até meados do século XX. Mudanças muito rápidas no sentido do crescimento da população urbana, do desenvolvimento industrial e da separação dos trabalhadores do acesso aos meios de produção desarticularam essa forma de vida, pelo menos para os habitantes da cidade, de resto, atualmente a maioria da população brasileira.

Contudo, a forma de produção familiar não foi a única do passado brasileiro, nem aquela que gerou mais riqueza. Quando se pensa o trabalho, especialmente no período colonial e imperial, nossa visão é obnubilada pela realidade abrangente da escravidão. De fato, uma das características do escravismo brasileiro foi que o trabalhador cativo esteve presente em praticamente todos os ramos de atividades, do trabalho agrícola ao trabalho ao ganho, dos ofícios especializados à atividade artística, do trabalho doméstico ao comércio.<sup>4</sup> Nessa situação, a muitos historiadores pareceu mesmo não haver espaço para o trabalho livre familiar e foi mesmo afirmado que a sociedade escravista reduzir-se-ia ao binômio senhor-escravo. Entre a minoria de donos de escravos e a vasta multidão de cativos, encontrar-se-ia

---

<sup>3</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. *História dos camponeses franceses: da Peste Negra à Revolução*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Entre as pp.197-202 há uma interessante descrição do cotidiano típico de trabalho e alimentação do camponês francês na qual se pode visualizar a importância da divisão de tarefas entre homens e mulheres na sociedade rural.

<sup>4</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópolis: Vozes, 1988, esp. capítulo 02 “O escravo e a cidade”.

uma população livre pobre, segundo as palavras de Caio Prado Jr., “minguada”, “inútil” e “inadaptada”.<sup>5</sup>

Todavia, se a disseminação do trabalho mancipio foi considerada na historiografia um fator que reduz a importância da produção livre familiar, é bom que se adiante que a maioria da população brasileira enquanto durou a escravidão não teve entre seus bens um escravo. Essa realidade privilegiava a poucos: em Minas apenas um terço dos domicílios tinham escravos no século XIX.<sup>6</sup> Para toda São Paulo, de 74 e 77% dos fogos da capitania/província entre 1798 e 1828 produziam sem o concurso de escravos.<sup>7</sup> Fogos com escravos eram menos de um quinto no Paraná e Santa Catarina na virada do século XVIII para o XIX.<sup>8</sup> Na primeira metade do XIX, na freguesia fumageira de São Gonçalo dos Campos no Recôncavo Baiano, quase dois terços dos fogos (64,5%) não tinham escravos.<sup>9</sup>

No nosso caso particular de investigação, encontramos a freguesia de S. José do Rio das Mortes em 1795 com escravos em metade dos fogos. Porém, perto de três quartos (71,1%) desses fogos com escravos não tinham mais do que cinco trabalhadores cativos. Quase quarenta anos depois, em 1831, a presença de escravos diminuiu para apenas dois de cada cinco domicílios. Novamente predominavam os fogos com poucos escravos: próximo de dois terços (61,5%) não contava com mais do que cinco trabalhadores mancipios. Portanto, nos dois momentos, 85% dos domicílios não tinham escravos ou não ultrapassavam o limite de cinco desses indivíduos. Esses dados preliminares nos sugerem que o trabalho realizado na maioria dos fogos sanjoseenses dependia principalmente da mão-de-obra legalmente livre que neles residia, em parte dos casos auxiliada por uma força de trabalho escrava complementar.

---

<sup>5</sup> PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.159.

<sup>6</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.77.

<sup>7</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.105.

<sup>8</sup> COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992.

<sup>9</sup> BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.245.



Nessas circunstâncias, cabe questionar como se organizava o trabalho nesses fogos. Que relações eram mais importante no estabelecimento de um fogo, as familiares ou escravistas? Qual o perfil da mão-de-obra livre e escrava empregada nesses fogos e de quais atividades ela se ocupava?

Esta pesquisa nasceu desses questionamentos que acenam para o lugar e função das pequenas unidades produtivas na sociedade escravista. Nesse sentido, o pequeno produtor não é encarado como uma categoria explicativa definida *a priori*, mas como um problema, cujos limites e definições são buscados neste trabalho. Situados entre os grandes fazendeiros e comerciantes e a massa escrava, os pequenos produtores ocupavam um “ponto médio” ainda obscuro da sociedade escravista. Ligados aos extremos sociais e sendo a maioria produtiva, a formação, manutenção e reiteração desse grupo oferecem, através das relações de trabalho que engendraram, focos privilegiados de análise da sociedade mineira escravista. Acreditamos que as questões aqui propostas informam sobre as formas de pensar da sociedade em tela e que tais formas de pensar estão umbilicalmente ligadas ao fazer social destes atores, não devendo ser descoladas da produção material de suas existências, vale dizer, das formas de trabalho encontradas. O trabalho surge, destarte, como categoria fundamental na explicação histórica, iluminando o contexto onde se teciam as relações sociais e os limites do possível nas relações entre produtores e suas famílias, agregados e escravos.

### ***Os marcos espaço-temporais***

Adotamos como marco espacial a freguesia<sup>10</sup> da vila de São José do Rio das Mortes (atual Tiradentes) que originalmente incluía, além da própria vila de São José, os seguintes distritos: Passatempo, Oliveira, Cláudio e Desterro (mais ou menos correspondentes aos

---

<sup>10</sup> A freguesia, ou paróquia, corresponde ao território sob a administração religiosa de uma igreja matriz e não necessariamente coincide com os limites da administração civil. No caso específico da vila de São José, partes do território sob governo civil da câmara da vila ficavam sob a cura da freguesia de Prados, Lavras e São João del Rei. Quando nos referimos aqui à paróquia/freguesia remetemo-nos ao território constituído pela igreja matriz e suas capelas filiais (também chamadas capelas *aplicadas* ou *aplicações*).

atuais municípios dos mesmos nomes), Lage e Japão (respectivamente correspondentes aos atuais municípios de Resende Costa e Carmópolis), São João Batista (um distrito do município de Oliveira, re-denominado Morro do Ferro), Pilar do Padre Gaspar e Penha da França do Bichinho (atualmente Elvas e Vitoriano Veloso, distritos do município de Prados).

Mapa.1: Termo da vila e extensão da freguesia de São José do Rio das Mortes na década de 1820



Fonte: Elaboração própria a partir das informações sobre distritos e limites em RAPM, VI, p.175: "Limites da vila de São José"; RAPM, II, p.53. "Mappa da população que contém o termo da villa S. José, anno de 1826"; RAPM, XIII, p.591-593: "Villa de S. Jozé, parte da Comarca do Rio das Mortes".

Apenas na década de 1830 dois dos distritos mais povoados e importantes requisitaram autonomia administrativa e eclesiástica da Vila de São José: Passatempo e Oliveira foram elevados à paróquia em 1832 e o processo que elevou Oliveira a município teve lugar entre 1838 e 1840. Assim, o território original da freguesia sofreu desmembramentos apenas após o

período em tela. A maior parte do território do termo da vila estava sob a jurisdição da freguesia de S. José como vemos no mapa 01. Ao partir de um quadro institucional estável, como o recorte da freguesia, buscamos a homogeneidade das fontes.<sup>11</sup> No nosso caso, corresponde à unicidade administrativa da freguesia de S. José uma invejável fartura documental composta pelos registros de batismo, casamento e óbito. Além desses documentos, o precioso *Rol dos Confessados* de 1795 também foi elaborado pela Igreja e cobre toda a freguesia. Da administração civil, vêm as listas nominativas da década de 1830 e correspondências da Câmara.

Por outro lado, a freguesia de São José do Rio das Mortes integra uma região mais ampla, singular no sentido de que, de modo geral, sua vitalidade não estava diretamente vinculada à tradicional economia colonial de exportação, mas à produção para o mercado interno. Região que gravitava o pólo comercial de São João del Rei, vila que, se por um lado intermediava as trocas entre a Comarca do Rio das Mortes e a Corte no Rio de Janeiro, absorvia parte da riqueza desta Comarca.<sup>12</sup> Apesar de que a formação da vila de São José em si ser creditada à extração de ouro, na maior parte da freguesia a inexistência ou pobreza dos depósitos aluviais sustentou apenas esforços passageiros de mineração, sendo que foram os solos férteis da região e a crescente demanda por alimentos básicos vinda dos distritos mineradores vizinhos que atraíram colonizadores ao local. Nos inventários de S. José encontramos farta produção de laticínios, derivados suínos, conservas de frutas, grãos e panos grossos da indústria têxtil caseira; artigos, a princípio, destinados à sustentação das áreas urbanas e de mineração, e posteriormente dirigidos aos mercados do Rio de Janeiro. Sua produção de milho, feijão, arroz, aguardente e açúcar era provavelmente destinada ao consumo no interior da capitania/província.

---

<sup>11</sup> O que, de acordo com o historiador, é parte do trabalho do historiador. Ver as opiniões do autor em CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>12</sup> Como demonstra Afonso de Alencastro Graça Filho, além de centro comercial, São João del Rei assumiu a função de precoce centro creditício na província mineira. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais; São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.

Tomamos como recorte temporal o período que se estende das décadas finais do século XVIII à primeira metade do século XIX. As principais fontes que utilizamos, o *Rol dos Confessados de 1795* e as listas nominativas de 1831, proveram informações censitárias básicas sobre a freguesia de S. José que permitram recompor sua evolução sócio-demográfica entre os anos 1790 e 1830. Essas fontes, portanto, praticamente ajustaram nosso recorte de estudo.

Por outro lado, o período em tela foi privilegiado para os cultivos brasileiros de exportação e para o desenvolvimento da pequena produção. Segundo Stuart Schwartz, no final do século XVIII a produção de mantimentos, geralmente em escala reduzida e dependente do braço familiar, ganhou impulso. Para ele, o pequeno produtor constituiu uma “classe rural” cujo surgimento pode ser localizado na passagem do século XVIII para o XIX. Sua gênese esteve ligada a uma série de fatores como: a enorme demanda por gêneros alimentícios nos mercados consumidores das zonas de lavoura de exportação, nas cidades litorâneas e nos centros de garimpo; a ocupação de terras livres para a produção de alimentos no interior da colônia; e o crescimento da população rural devido aos índices de manumissão, à miscigenação e ao crescimento natural.<sup>13</sup> Contudo, Schwartz aponta que um dos problemas da classificação desse extrato social é a atração que agricultura comercial e o uso de escravos exerceram sobre esses produtores, o que tornara imprecisos os limites entre as formas de produção de caráter familiar e as formas escravistas.<sup>14</sup>

O catalisador dessa expansão rural no interior do Brasil foi o crescimento da agroexportação no período em tela. Por um lado, os principais mercados para os produtos brasileiros se expandiam: a Europa sofrera nesse momento forte concentração urbana, mudanças nos padrões de vida, de produção industrial e agrícola, que ampliaram a demanda

---

<sup>13</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p.126.

<sup>14</sup> *Idem, Ibidem*, p.129.

por produtos tropicais.<sup>15</sup> Por outro lado, os maiores concorrentes dos produtos brasileiros encontravam-se embaraçados por guerras, revoluções e bloqueios. A Revolução Haitiana tirou de cena o principal produtor mundial de açúcar e café,<sup>16</sup> enquanto as guerras napoleônicas no início do século XIX dificultaram a vida dos produtores ingleses e franceses de açúcar do caribe. Além disso, a demanda inglesa de algodão abriu um importante espaço para a fibra brasileira, apenas superada com o desenvolvimento dessa cultura nos Estados Unidos. A partir de 1815, com a derrota de Napoleão, o fortalecimento de laços comerciais entre a nação independente dos Estados Unidos e a Inglaterra, a produção inglesa e francesa de açúcar em colônias no oceano Índico e o desenvolvimento da indústria europeia de açúcar de beterraba, os preços dos produtos tropicais no mercado internacional se estagnaram ou caíram.<sup>17</sup>

O momento de expansão dos mercados e alta dos preços internacionais provocou na economia brasileira o que ficou conhecido como “renascimento agrícola”, isto é, o crescimento dos cultivos de exportação e sua ampliação espacial na colônia que teve como desenvolvimento correlato dilatação das oportunidades para produtores de mantimentos.<sup>18</sup> Mas, o fôlego novo da agroexportação em fins do XVIII e início do XIX apresentou algumas particularidades. Em primeiro lugar, para o Brasil como um todo, esse ressurgimento foi caracterizado pela diversificação. Como destaca Bert Barckman, o crescimento nas exportações de produtos tradicionais como o açúcar, o fumo e os couros foi acompanhado após 1780 por aumentos no comércio de produtos relativamente novos: o algodão, o café, o arroz, o cacau e até o trigo, enquanto ocorreram experiências com a pimenta, a canela, o chá,

---

<sup>15</sup> Ver MAURO, Frédéric. *A expansão europeia (1600-1870)*. São Paulo: Ática, 1980.

<sup>16</sup> Segundo Hebert S. Klein, a colônia francesa de São Domingos ocupava a liderança mundial na produção de açúcar, respondendo por 30% de todo volume mundial. KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.106.

<sup>17</sup> Idem Ibidem, pp.136-137. De acordo com João Luis Fragoso, a virada do século XVIII para o XIX situa-se em um ciclo de Kondratieff, marcado por uma fase A, de aumento de preços, de 1792 e 1815, e por outra negativa (B), de queda nos preços, que se estende de 1815 a 1850. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 (2ª ed.), p.270.

<sup>18</sup> PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

o cravo-da-índia e outros produtos.<sup>19</sup> Em segundo lugar, diferentemente do que já se pensou, a estabilidade dos mercados internacionais pós-1815, não colocaram um ponto final na expansão econômica brasileira vivida a partir da última década do século XVIII.<sup>20</sup> Segundo os estudos de José Jobson A. Arruda, o comportamento da economia brasileira fugiria, nos anos de 1810 e seguintes, às tendências de crise desenhadas em Portugal e na Europa: enquanto nos anos 1815-17 assiste-se à depressão mundial, o movimento das importações e exportações brasileiras apresenta um ritmo de crescimento econômico.<sup>21</sup> Tal disparidade entre a tendência econômica mundial e o ritmo da economia colonial brasileira foi explicada por João R. Fragoso através da existência de um mercado interno colonial, da possibilidade de acumulações endógenas e da existência de uma elite econômica residente que controlava o crédito e o tráfico de escravos.<sup>22</sup> Esses fenômenos permitiram uma relativa autonomia da economia colonial frente às flutuações internacionais.<sup>23</sup>

De acordo com Fragoso, em torno do abastecimento das *plantations* exportadoras, das cidades e portos, se articularam diferentes complexos agropecuários responsáveis pela produção dos mantimentos que sustentaram em funcionamento a economia colonial. Esse “mosaico de formas não-capitalistas de produção” desenvolveu-se a partir das estruturas históricas que caracterizaram cada complexo agropecuário. Em Minas Gerais, o exemplo mais notável de desenvolvimento regional a partir dos mercados do litoral foi o da Comarca do Rio

---

<sup>19</sup> BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.51. Sobre algumas tentativas malogradas de introdução de novos cultivos para exportação em Minas Gerais ver MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.54;

<sup>20</sup> As análises tradicionais de Roberto Simonsen e Celso Furtado falam em “falsa euforia” na virada do XVIII para o XIX e em recessão na primeira metade do XIX. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982.

<sup>21</sup> ARRUDA, Jose Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, pp.626-638.

<sup>22</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 (2ª ed.), p.272-273.

<sup>23</sup> *Idem, Ibidem*. Segundo o autor, a presença de acumulação interna permitia a disponibilidade de capitais, enquanto o controle sobre o abastecimento de mão-de-obra via tráfico e sobre o financiamento da produção, davam à economia colonial a possibilidade de decidir e investir. Finalmente, a existência de um mercado interno possibilitava à *plantation* obter localmente e à baixo custo os fatores de produção, tornando possível a atividade econômica, mesmo com os preços internacionais em baixa.

das Mortes. Outras regiões mineiras, no entanto, se expandiram para atender ao mercado intraprovincial das cidades e da mineração. Nesse caso, talvez o melhor exemplo seja o da Comarca do Serro do Frio, que abastecia de víveres a região do distrito diamantino.<sup>24</sup>

No caso da região do Rio das Mortes, o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro provavelmente remetia ao fim do século XVIII, pois, em 1808 as vilas de S. João e S. José afirmavam estarem prontas a remeter àquela praça, sobre o lombo de bestas e cavalos, tudo quanto fosse necessário para tornar mais fácil o estabelecimento do príncipe regente em solo brasileiro. Em janeiro deste ano, o ouvidor geral e corregedor da Comarca do Rio das Mortes enviava edital às câmaras avisando aos “Generosos Vassallos Americanos” da chegada de D. João VI e sua real família ao Rio de Janeiro e requisitando os seguintes víveres e gêneros: gados, toucinhos, carnes de porco, arroz, queijos, farinha de trigo, açúcar, farinha de mandioca e feijão. Segundo o mesmo edital, os tropeiros deveriam, ainda, manter suas “tropas invernadas e promptas para saírem com ellas para apreditta Cidade [do Rio de Janeiro] ao primeiro aviso que eu lhes fizer, bem entendido que será sem demora”.<sup>25</sup>

Bem, para que os administradores coloniais esperassem que os produtores e tropeiros da Comarca do Rio das Mortes atendessem prontamente as necessidades do abastecimento alimentar do Rio de Janeiro quando da chegada da corte, era preciso, não só que a Comarca tivesse uma produção abundante dos artigos requisitados, mas também que preexistissem ligações de comércio e transporte de mercadorias entre Minas e a cidade do Rio de Janeiro. Ambas as condições existiam desde o século XVIII. Por um lado, sabemos a exploração do ouro foi responsável pelo surgimento de uma grande população no interior da colônia, distante do litoral e de suas vias tradicionais de provimento de víveres. A primeira necessidade dessa população interiorana era se alimentar. Conseqüentemente, a mineração criou a demanda de mantimentos, e de outros artigos destinados à vida material, que

---

<sup>24</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

<sup>25</sup> *RAPM*, X, pp.721, jul.-dez. 1905.

estimulou a produção agropecuária desde os currais do rio São Francisco, passando pelos engenhos de Mariana e Sabará até as criações de bovinos e suínos, produção de milho e fabricação de queijos no sul de Minas.<sup>26</sup> Assim, a economia do ouro criou um mercado interno, articulado em torno dos centros urbanos e das zonas de garimpo, particularmente propício para os produtos agropecuários. Por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro ganhou precedência na ligação com as minas desde a abertura do Caminho Novo por Garcia Rodrigues Paes, a proibição do comércio com a capitania da Bahia e o alijamento dos paulistas do controle administrativo da área mineradora.<sup>27</sup> Comerciantes do Rio, ou seus emissários, percorriam as Minas fazendo negócios em que a região do ouro era, sobretudo, importadora.<sup>28</sup> Mas não é descabido pensar que, com o crescimento da população carioca depois do Rio tornar-se capital da colônia e sua necessidade crescente de alimentos, os circuitos mercantis que ligavam o Rio às Minas tenham invertido seu sentido e os comerciantes não perderiam o bom negócio de vender toucinho mineiro às populações cariocas.<sup>29</sup>

As necessidades materiais e alimentares para manutenção da vida e realização da exploração mineral fez com que ao longo dos Setecentos,

*a agricultura de abastecimento alimentar [tornou-se] uma forma de acesso à riqueza e uma resposta econômica à necessidade de sobrevivência das populações crescentes da área mineradora. Mesmo antes da diminuição desta*

---

<sup>26</sup> Ver a proposta de regionalização do espaço mineiro no século XVIII proposta em CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. *In Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

<sup>27</sup> Sobre os projetos de abastecimento das minas ver o capítulo 01 “O negócio das Minas” em ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no caração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008. Sobre a interdição dos caminhos que ligavam Minas à Bahia, RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. *In RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (org's). História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

<sup>28</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999, p.194.

<sup>29</sup> Sobre o comércio mineiro depois dos tempos coloniais ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, Vol.08, nº15, pp.93-110, jul.2003.



*atividade, a diversificação da economia se dava em direção à produção agrícola, ao comércio, ao artesanato etc.*<sup>30</sup>

Na virada do século XVIII para o XIX a agropecuária constituía-se no setor dinâmico da economia mineira, capaz de sustentar uma importante diferenciação econômica e produtiva na província e de participar ativamente do tráfico de escravos que irrigava os planteis brasileiros nesse momento.<sup>31</sup>

Sobre esse último aspecto, um derradeiro comentário sobre o período diz respeito aos ritmos do tráfico de escravos para a região. Usamos aqui a cronologia proposta por Douglas Libby, segundo a qual as décadas de 1790 e 1800 são de baixa na entrada de africanos novos na freguesia, enquanto o período seguinte, de 1810 a 1830 é de rápido ingresso de escravos africanos.<sup>32</sup> Libby usa os batismos de africanos adultos em cinco paróquias mineiras como índices indiretos da importação de escravos. As tendências para a paróquia de S. José podem ser acompanhadas pela figura a seguir:

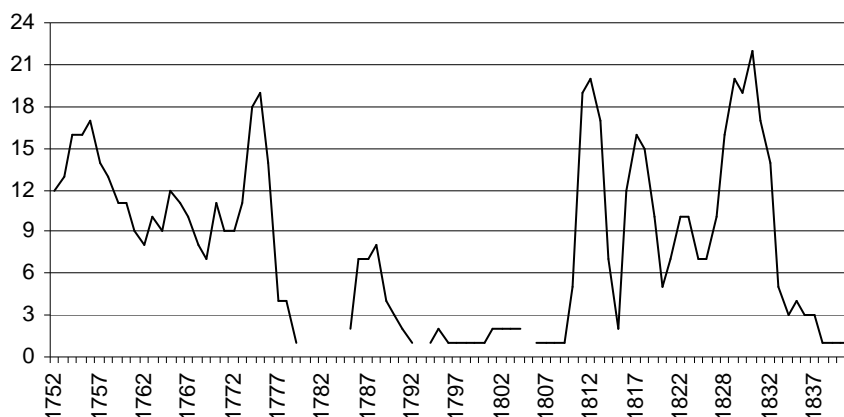
---

<sup>30</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.151.

<sup>31</sup> Sobre a diferenciação econômica no XIX ver LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Sobre o apego à escravidão em Minas ver MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. E sobre o tráfico de escravos para o país nesse momento, KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>32</sup> Originalmente LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro e as populações escravas de Minas Gerais c. 1720 – c. 1850. *LASA 2006: Decentering Latin American Studies*. San Juan, Puerto Rico: March 2006. Ver a publicação recente em LIBBY, Douglas Cole. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ Fapemig/ PPGH-UFMG, 2008, pp.457-480.

Figura 1: Batismos de africanos adultos na paróquia de S. José (médias móveis trienais)



Fonte: LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro e as populações escravas de Minas Gerais c. 1720 – c. 1850. LASA 2006: Decentering Latin American Studies. San Juan, Puerto Rico: March 2006.

O último período da cronologia de Libby é confirmado pelos registros de despachos de escravos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte entre 1819 e 1833, nos quais Minas aparece como destino de, mais ou menos, 40% dos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro.<sup>33</sup> Essa cronologia será a base de boa parte da análise sobre a mão-de-obra servil alocada em pequenas posses e fundamentará hipóteses sobre a participação dos pequenos produtores no tráfico.

### *As fontes*

As principais fontes das quais lançamos mão neste trabalho são de caráter demográfico: o “*Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente anno de 1795*”<sup>34</sup> e um conjunto de listas nominativas provinciais datadas de 1831 e 1832.<sup>35</sup> Ambos são tentativas de contagem da população que listam nominalmente os moradores de acordo com seus domicílios. O *Rol* é um

<sup>33</sup> FRAGOSO, João L.; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In BOTELHO, Tarcísio R. e outros (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

<sup>34</sup> Banco de Dados digital. Org. Douglas C. Libby; Clotilde A. Paiva. Original: IHGT, Tiradentes, MG.

<sup>35</sup> Banco de dados digital. CEDEPLAR-UFGM. Coord. Clotilde A. Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro.

arrolamento populacional bastante minucioso de todas as pessoas aptas a se confessar que viviam sob a administração religiosa da paróquia de Sto. Antônio da vila de S. José. Assim, são listadas apenas os indivíduos que receberam o sacramento da comunhão, o que exclui a parcela da população com menos de sete anos.<sup>36</sup> Para os habitantes arrolados, são fornecidos os principais predicados: idade, estado conjugal, os designativos de cor/origem e condição com um preciosismo que já foi notado em outro lugar.<sup>37</sup> No entanto, praticamente não há dados sobre ocupação, embora títulos militares e de prestígio sejam demarcados.

As listas nominativas fazem parte de uma tentativa de censo provincial encetada na década de 1830. Essa fonte também apresenta informações sobre cada habitante listado, embora sem o mesmo cuidado que o *Rol dos Confessados*. Para os recenseadores apenas importavam a diferenciação entre livres e escravos, logo, os libertos encontram-se subcontados nessa fonte.<sup>38</sup> Outras informações importantes também são omissas para uma expressiva parcela da população, notadamente a relação de parentesco que liga o habitante do fogo ao chefe do domicílio e dados de ocupação.<sup>39</sup> Para oferecer mais segurança na comparação entre os resultados oferecidos pelas listas e os resultados do *Rol*, decidimos não considerar para 1831 a população com menos de 7 anos de idade.

Os assentos paroquiais de casamento constituem outro fundo documental amplamente usado. A série documental para o nosso período começa em 1783. Infelizmente não existem livros de casamento com datas anteriores, o que sugere terem sido destruídos ou extraviados.

---

<sup>36</sup> Muito provavelmente, alguns indivíduos que não podiam cumprir os preceitos religiosos, como dementes e surdos-mudos, foram deixados de fora do *Rol*. Manoel Dias de Oliveira, um pardo, pequeno produtor do distrito da Matriz, faleceu e teve o inventário aberto no mesmo ano do *Rol*, em 1795. Três de seus filhos que figuram no inventário não aparecem listados no *Rol*: José de 25 anos, Joaquim de 21 e Theresa de 14 eram todos mudos e dementes. AHET II, IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* OLIVEIRA, Manoel Dias de Cx. 181, 1795.

<sup>37</sup> Um estudo detalhado desta fonte e da freguesia de S. José em 1795 pode ser encontrado em LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

<sup>38</sup> Douglas Libby e Afonso de Alencastro já demonstram o desaparecimento da condição de forro/liberto nessa fonte. Ver LIBBY, Douglas Cole & GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, Reconstruindo a liberdade – Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*. Nº 30, pp.112-151, julho 2003.

<sup>39</sup> Para mais informações sobre essa fonte, consultar PAIVA, Clotilde A. e GODOY, Marcelo M. Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

Para São José do Rio das Mortes, os livros de casamento contemplam no mesmo livro os matrimônios de livres e os de escravos – realidade não constatada em vários casos<sup>40</sup>. Tais registros são assentos com textos padronizados, mudando apenas os campos referentes às informações pessoais dos nubentes. Há dados sobre título, raça, cor, filiação e origem dos noivos. No caso de escravos, também estão presentes informações sobre seus proprietários e em alguns casos de libertos constam informações sobre seus antigos donos. Nem sempre todas estas informações estão disponíveis. Nos casos de escravos, dados sobre a filiação são raros e praticamente impossíveis para os africanos. Os dados sobre cor e condição são pouco confiáveis, uma vez que alguns sujeitos mudavam de “cor” ou condição. Esperamos demonstrar essas possibilidades como o cotejo desses registros com os censos, mas se pode adiantar que é bastante provável que questões como a memória do pároco, a respeitabilidade dos casais e o consenso social sobre sua situação pudessem ter interferido no momento de notar cor e condição.<sup>41</sup>

\* \* \*

Propomos uma investigação sobre o principal fator para uma história do trabalho na sociedade agrária, os homens, seu número, características, formas de emprego. Nesse sentido, abordamos especialmente a organização da mão-de-obra nos domicílios dos pequenos produtores e as teias de sociabilidade construídas por estes atores através do casamento. Antes desse percurso, na primeira parte do trabalho, nos ocupamos da dinâmica espacial e demográfica da freguesia de São José do Rio das Mortes. Na segunda parte, adentramos os fogos sanjoseenses para conhecer as relações que uniam as pessoas que os habitavam, qual o perfil dos trabalhadores nas pequenas unidades produtivas, quem eram os agregados e como eram os fogos em que viviam, e a estrutura ocupacional no século XIX. Na parte final,

---

<sup>40</sup> Como é o caso do norte fluminense, analisado por Sheila Faria, onde existem livros separados para livres e escravos. Ver FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

<sup>41</sup> Como sugere Sheira Faria. Ver *Ibidem*, pp.304-312.

tratamos do momento formador de um novo fogo e de reprodução da mão-de-obra, o matrimônio, buscando conhecer como, e com quem, se uniam os filhos dos pequenos produtores e que padrões podem ser observados em seus casamentos.

## 1. A FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DO RIO DAS MORTES: ESPAÇO E POPULAÇÃO

Esta primeira parte do texto apresenta a freguesia de S. José do Rio das Mortes e seu contexto populacional na virada do século XVIII para o XIX. Trata-se de uma região de ocupação antiga que se originou do ímpeto minerador e que se expandiu por novas áreas graças à produção mercantil de alimentos. Nesse sentido, percebemos primeiramente que o desenvolvimento regional direcionava-se, sobretudo, ao oeste, agregando terras férteis e campos abertos seguindo os trechos da antiga “Picada de Goiás”. As povoações surgiram em torno das capelas primitivas erguidas pelos primeiros sesmeiros e a agropecuária nelas desenvolvida sustentou altas proporções de escravos que aumentaram entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX.

A análise demográfica mostra que a população da freguesia, de modo geral, cresceu ao longo dos quase quarenta anos cobertos pelas fontes. A população livre cresceu num ritmo superior ao contingente escravo, que sofreu um pequeno aumento para o qual se conjugaram a importação de africanos novos e a reprodução interna.

É provável que a expansão da freguesia seja um movimento cujas origens remontem à segunda metade do século XVIII, período em que já se forjavam suas principais características: a ocupação das terras propícias à agricultura no entorno da vila<sup>42</sup> e a chegada de migrantes, sobretudo brancos, à S. José. A sede da freguesia, no entanto, desenha uma tendência de retração que parece ser um fenômeno do século XIX, ligado à consolidação das atividades agropecuárias como motor da economia mineira e à posição hegemônica de São João del Rei como centro comercial e creditício da comarca do Rio das Mortes.<sup>43</sup>

O crescimento da população paroquiana, todavia, foi limitado pelo esgotamento de terras disponíveis na freguesia, o que parece ter acontecido por volta da década de 1820,

---

<sup>42</sup> Pelo menos desde a década de 1730, as solicitações por sesmarias referentes às áreas fora da Vila pautavam-se em atividades agropastoris. Ver: TEIXEIRA, Maria L. R. C.. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o distrito de Lage (1780-1850)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998, (dissertação de Mestrado).

<sup>43</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002.

segundo os testemunhos deixados pelos camaristas e pelo pároco da vila. É possível que por essa mesma década um movimento de emigração tenha se iniciado, como sugerem os índices de masculinidade registrados no fim do período de observação em 1831.

### ***1.1. Apresentando a freguesia e suas divisões.***

A origem da freguesia da vila de São José do Rio das Mortes é antiga e data ainda dos primeiros anos do século XVIII. As notícias dão conta do descobrimento de ouro no lugar denominado “Ponta do Morro” em 1702, mas divergem entre os nomes dos taubateanos Tomé Portes del Rei e João de Siqueira Afonso como descobridores do metal e primeiros moradores do lugar.<sup>44</sup> Esses conquistadores transformaram a região num posto avançado da ocupação do sul mineiro e de parte do oeste da capitania. Após cruzar o caudaloso rio que batizou de Grande, o bandeirante Tomé Portes instalou-se nas margens do rio das Mortes onde “era senhor da canoa da passagem” e vendia mantimentos aos passageiros.<sup>45</sup> Assim, ao criar um porto de passagem sobre o rio das Mortes e um local de pouso para os viajantes de São Paulo ao centro das Minas, Tomé Portes estabeleceu as bases para as expedições que encontraram ouro nos sítios vizinhos de São João del Rei e Prados e para os sesmeiros que, margeando o rio das Mortes e se espraiando rumo ao oeste, fundaram, até meados do século XVIII, vários povoados rurais que integraram a freguesia de Sto. Antônio da vila de S. José.<sup>46</sup> Esta, no final do século XVIII era composta pela Matriz e mais nove capelas aplicadas (ou aplicações), a saber: as capelas do Bichinho, Pe. Gaspar, Lages, Passatempo, Oliveira, Cláudio, Carmo do Japão, São João Batista e Desterro (ver mapa). Apenas a partir da década de 1830 o território

---

<sup>44</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p.350 e outras referências em *RAPM*, XIII, pp.591-593,1908 e *RAPM*, XX, pp.112-113, 1924.

<sup>45</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p.318.

<sup>46</sup> A freguesia da vila de S. José foi criada logo após o povoado ser elevado a vila, o que aconteceu em 1718, embora, apenas em fevereiro de 1724 a paróquia tenha se tornado colativa. Ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p.351.

submetido à paróquia de S. José começou a sofrer desmembramentos com a sucessiva elevação das capelas aplicadas de Passatempo e Oliveira a condição de freguesia.

Como outras localidades mineiras que remontam ao começo do século XVIII, é certo que S. José tenha se originado da mineração; porém, pelo menos duas condições embrionariamente ligadas ao abastecimento condicionaram seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, como já foi indicado, os próprios descobridores do ouro rapidamente assentaram fazendas de mantimentos a serem vendidos aos adventícios e aos passantes rumo às minas do centro da capitania. Em segundo lugar, a mineração concentrou-se na vila propriamente, e outros lugares da acidentada Serra de São José, notadamente o arraial de Prados e do Bichinho. Os esforços de obtenção de ouro foram apenas esparsos ou inexistentes nos demais distritos que, por sua vez, especializaram-se no agropastoreio – de resto, opção viável e lógica dados a disponibilidade e qualidade de terras, a modéstia dos investimentos para um empreendimento pequeno e o amplo mercado consumidor nas minas. Desse modo, a atividade mineradora e a produção de alimentos puderam conviver na freguesia de S. José uma vez que os filões de metal estiveram relativamente concentrados nos morros e riachos da vila e existiram condições propícias para a agricultura comercial de alimentos nos distritos como a disponibilidade de terras e o mercado consumidor dos garimpos. A esse propósito, convém lembrar que tais condições transformaram a Comarca do Rio das Mortes numa área especializada na produção de alimentos ainda no século XVIII. Como considerou Caio Prado Júnior, o Sul de Minas teria constituído a única economia escravista regional baseada na agropecuária para o mercado doméstico durante a época colonial.<sup>47</sup>

Um par de características da trajetória da freguesia de S. José chamam atenção. Uma primeira é que a área de influência da paróquia expandiu-se, sobretudo, para o oeste. De fato, parte do leste do termo da vila ficava sob a guarda da freguesia de Nossa Senhora da

---

<sup>47</sup> PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp.197-203.



Conceição de Prados e a parte mais oriental do município, a região da Borda do Campo, tornou-se vila de Barbacena em 1791.<sup>48</sup>

No ocidente, a paróquia expandiu-se seguindo os trechos iniciais da “Picada de Goiás”. De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa, a expressão “Picada de Goiás”, ou “Picada dos Goiazes”, como às vezes encontramos na documentação, era a designação escolhida para todas as sesmarias situadas nas vizinhanças do caminho que levava de S. João del Rei a Paracatu.<sup>49</sup> Como mostra o mesmo autor, menções à picada de Goiás eram freqüentes nas primeiras sesmarias distribuídas em localidades que vieram a fazer parte da freguesia de S. José, como é o caso de Oliveira, Cláudio, Desterro, Japão e S. João Baptista. Todas essas aplicações, e esse é um segundo aspecto interessante, surgiram a partir de capelas erigidas por fazendeiros locais, o que mais uma vez reforça sua origem na produção agropecuária e avaliza o historiador Sérgio da Mata quando este propõe a vinculação da religiosidade com a formação dos espaços proto-urbanos nas Minas. De acordo com da Mata, a dimensão religiosa constituía-se no principal espaço para a sociabilidade nas Minas Setecentistas e foi, junto com elementos como o comércio e a mineração, um dos principais fatores para o surgimento de nucleações populacionais.<sup>50</sup>

Apesar de a ereção da capela ser um dado importante para referendar o adensamento demográfico que caracterizou as aplicações rurais que aqui temos em vista, acreditamos que foi o mercado criado pelos centros de garimpo que estimulou sua formação. Nesse sentido, o exemplo da constituição do território da paróquia de S. José se afina com as proposições de Alexandre Mendes Cunha sobre a origem dos núcleos populacionais em Minas. De acordo com Cunha, no século XVIII a base urbana criada pela mineração foi responsável pela

---

<sup>48</sup> Sobre a criação de vilas no período colonial uma boa e recente síntese pode ser encontrada em MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (org's). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autentica, 2007, pp. 55-85.

<sup>49</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p. 227.

<sup>50</sup> MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais*. Brasil. Século XVIII-XIX. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.

articulação do espaço rural mineiro. A atividade mineradora teria criado as primeiras vilas de Minas Gerais a partir do espaço da produção do ouro, ao qual foram se superpondo outros espaços – da circulação (comércio), religiosidade (enquanto base da sociabilidade mineira), administração (após a vila ser institucionalizada) – que juntos criaram a vivência urbana e a demanda por víveres.<sup>51</sup> O mercado constituído pelos centros de garimpo e de população estimularam a formação de fazendas e a produção de alimentos, articulando as regiões não mineradoras em direção à produção agropastoril:

*Da mineração como atividade inicial para uma vida urbana com adensada estrutura de serviços e ampla atividade comercial é, como se disse, que se qualifica a necessidade de fluxo regular de abastecimento, polarizando os espaços produtivos do entorno e articulando áreas um pouco mais distantes dentro do território com a decorrente necessidade do estabelecimento de nucleações intermediárias.*<sup>52</sup>

Na Comarca do Rio das Mortes, que respondeu prontamente às necessidades de fornecimento de mantimentos das áreas de mineração, a vila de S. José foi o local de povoamento inicial da freguesia e possivelmente de toda a futura Comarca. Conhecida nos primeiros tempos como Arraial Velho de Sto. Antônio, concentrou os principais esforços de mineração, sendo declarada vila no ano de 1718.<sup>53</sup> É bastante provável que a extração de ouro tenha diminuído sua pujança na segunda metade do século XVIII, reduzindo-se à atividade de faiscação que, como veremos, perdurava nos anos trinta do século XIX.<sup>54</sup> Não obstante, a vila concentrava grande número de moradores no final do Setecentos. Sua população, registrada pelo *Rol dos Confessados de 1795*, atingia 4.005 almas, mais de 36,5% dos habitantes de toda freguesia. Provavelmente as funções de centro de serviços, local de comércio e núcleo da

---

<sup>51</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Niterói: ICHF/UFF, 2007 (Tese de doutorado), pp.93-94.

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*, p.94. Segundo o esquema proposto por Cunha, no século XVIII a mineração criou os espaços urbanos que, com suas demandas, gerou o espaço rural, enquanto no século XIX, as demandas da atividade agropecuária é que organizariam as cidades; o sentido de urbano que predominou na fase da mineração – superposição dos espaços de produção, comércio, administração – não estaria presente nessas novas cidades, uma vez que no XIX a urbe perderia o espaço da produção, nesse momento eminentemente rural.

<sup>53</sup> *RAPM*, II, p.97, jan.-mar.1897.

<sup>54</sup> Salvo uma tentativa efêmera de mineração em profundidade intentada pelos ingleses na década de 1830, da qual trataremos adiante.

administração colonial exercidas pela vila atraíam toda essa população. Mas esse contingente diminuiu mais de um terço em 1831, quando foram contadas 2.683 pessoas vivendo na vila (uma queda de 37%). A diminuição é, na verdade, ainda maior, pois nas listas nominativas de 1831 a população da capela do Bichinho foi agregada à da Matriz, uma vez que a capela era considerada parte da vila pela administração civil responsável pela feitura do censo.

Capelas	1795		1831*			
	população	n de fogos	população	n de fogos		
Passatempo	782	7,16%	137	1186	8,87%	191
Claudio	1030	9,42%	165	2420	18,09%	461
Lage	840	7,69%	83	1024	7,65%	121
Japão	747	6,84%	89	1568	11,72%	178
Matriz	4005	36,65%	729	2683	20,06%	497
Desterro	262	2,40%	43	471	3,52%	59
Pe Gaspar	401	3,67%	58	579	4,33%	117
Oliveira	1713	15,67%	225	2809	21,00%	475
S. João Baptista	487	4,46%	57	637	4,76%	75
Bichinho	662	6,06%	133			
Total	10929	100%	1719	13377	100%	2174

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831

\* Não considerados em 1831 as crianças com menos de sete anos.

Como interpretar a contração do principal centro urbano da freguesia? A decadência da mineração já ia longe algumas décadas para servir de explicação a esse decréscimo. Como esclarece Maria Augusta do Amaral Campos, o declínio da vila de São José deveu-se, em parte, ao êxodo de habitantes que cada vez mais estabeleciam residência permanente nas suas propriedades rurais e, em parte, ao rápido crescimento da vizinha São João del Rei, que, até a virada do século XVIII, assumiria uma posição hegemônica como centro comercial e creditício da comarca do Rio das Mortes.<sup>55</sup>

<sup>55</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998 (Dissertação de Mestrado). Segundo o professor Afonso de Alencastro Graça Filho, os negociantes da vila de S. João del Rei concentravam os empréstimos e drenavam o comércio atacadista da Comarca do Rio das Mortes em vista da falta generalizada de liquidez e do controle do crédito pelos comerciantes usurários. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais; São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 105.

Um sinal claro da perda de importância da vila de S. José como centro demográfico e produtivo é a queda de sua população escrava. A Matriz concentrava, até o fim do século XVIII, 40% dos escravos da freguesia; já no século XIX, não retêm mais que 18,5% dos cativos. A mão-de-obra servil que aí residia reduz-se pela metade no período de observação: de 2.126 indivíduos em 1795 cai para 1.064 em 1831.<sup>56</sup>

Tabela 1.2								
População da freguesia de S. José, por capelas e condição								
Capelas	1795				1831			
	livre		escravo		livre		escravo	
Passatempo	480	8,57%	298	5,60%	651	8,54%	535	9,30%
Claudio	637	11,38%	392	7,37%	1700	22,30%	720	12,51%
Lage	354	6,32%	486	9,14%	449	5,89%	575	9,99%
Japão	356	6,36%	391	7,35%	662	8,68%	906	15,75%
Matriz	1874	33,47%	2126	39,96%	1619	21,24%	1064	18,49%
Desterro	143	2,55%	119	2,24%	238	3,12%	233	4,05%
Pe Gaspar	265	4,73%	136	2,56%	391	5,13%	188	3,27%
Oliveira	941	16,81%	772	14,51%	1643	21,55%	1166	20,26%
S. João Baptista	179	3,20%	308	5,79%	270	3,54%	367	6,38%
Bichinho	370	6,61%	292	5,49%				
Total	5599	100,00%	5320	100,00%	7623	100,00%	5754	100,00%

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831

\* Não considerados em 1831 as crianças com menos de sete anos.

Na contramão do que acontecia com a Matriz, todas as capelas rurais tiveram seu contingente escravo aumentado entre fins do XVIII e as primeiras décadas do XIX. Em algumas o incremento de cativos foi realmente impressionante, como no caso da aplicação da capela do Japão que passou de 391 a 906 escravos no período. Nessa capela, assim como nas capelas da Lage e de São João Batista, os escravos eram mais da metade da população.

A capela de Nossa Senhora da Penha de França do Bichinho<sup>57</sup> era considerada pela administração civil como parte da vila e não foi recenseada em separado nas listas nominativas de 1831. Sabemos apenas que ela somava 662 habitantes em 1795, 370 livres e 292 escravos. Era muito próxima da Matriz, da qual se distanciava apenas léguas e meia, e de

<sup>56</sup> A vila chegou a ser suprimida pela lei nº360 de 30 de setembro de 1848, que incorporou seu território ao município de São João del Rei, mas foi restaurada um ano depois, em outubro de 1849. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p.351.

<sup>57</sup> Correspondente ao distrito de Vitoriano Veloso, no município de Prados.

ocupação quase tão antiga quanto ela, sendo o templo erigido por provisão de 1729,<sup>58</sup> quando o povoamento já deveria ser bastante para justificar a instalação de um vigário.

Também nas cercanias da Matriz surgiu a capela de Nossa Senhora do Pilar do Padre Gaspar.<sup>59</sup> Sua ocupação inicial é anterior à década de 1730, uma vez que data de janeiro de 1731 a provisão dada ao Pe. Gaspar da Silva Pimenta “e seus vizinhos” para ampliarem e fazerem corpo à primitiva capela de Nossa Senhora do Pilar da Boa Vista do Campo.<sup>60</sup> Junto com a vila e o arraial do Bichinho, na localidade de Pe. Gaspar praticou-se a mineração. Todavia, as menções a essa atividade aparecem apenas no começo do século XIX, o que leva a crer que os depósitos de metal foram descobertos tardiamente. De qualquer modo, a mineração não acarretou nenhuma mudança demo-econômica significativa para o povoado de Pe. Gaspar, que permaneceu tendo proporções módicas em relação aos demais da freguesia. Em 1795 possuía 401 moradores e apenas 579 em 1831. Os escravos não passaram de um terço dos habitantes ao longo do período.

Não muito distante da vila de S. José estava a capela da Lage,<sup>61</sup> surgida ainda na primeira metade do século XVIII. Segundo nos conta Waldemar de Almeida Barbosa, a primitiva capela de N. Sra. da Penha, no “lugar da Lage”, foi autorizada por provisão de dezembro de 1749.<sup>62</sup> Mas aí, como nas outras capelas, um povoamento ralo e disperso pelo campo deve ter precedido a formação do arraial e mesmo a distribuição de sesmarias em alguns anos. Próxima das vilas de S. José (cinco léguas e meia) e de S. João del Rei, a aplicação da capela de Nossa Senhora da Penha da Lage deve ter sido ocupada inicialmente para a produção de alimentos destinados a abastecer essas aglomerações urbanas, uma vez

---

<sup>58</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p. 371.

<sup>59</sup> É atualmente um distrito do município de Prados, redenominado Elvas.

<sup>60</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p. 234.

<sup>61</sup> A capela da Lage corresponde ao atual município de Resende Costa.

<sup>62</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p. 279.

que não há notícias de mineração.<sup>63</sup> As fazendas e o pequeno arraial agrupavam uma população de 840 pessoas em 1795. Mas o número aumentou para 1.024 em 1831. Em todo o período mais da metade da população da capela da Lage era escrava.

Não resta dúvida de que esse crescimento populacional e apego à escravidão na capela da Lage seja resultado da produção rural. Como mostra Maria Lúcia Teixeira, as solicitações por sesmarias referentes a essa localidade pautaram-se em atividades agropastoris e foram mais abundantes na segunda metade do século XVIII.<sup>64</sup> Em 1840 a capela foi elevada a freguesia e desmembrada da paróquia de S. José.<sup>65</sup>

Embora as primeiras sesmarias concedidas na área da capela de Nossa Senhora da Glória do Passatempo<sup>66</sup> sejam datadas de meados do século XVIII, existem indicações de que alguns sesmeiros ali vivessem desde 1730. Waldemar de Almeida Barbosa acredita que o lugar provavelmente foi ocupado apenas por fazendas, sítios e sesmarias por algumas décadas até que se organizasse o arraial no final do século XVIII, uma vez que em sesmarias concedidas até a década de 1750 não há menção à circunscrição religiosa da capela ou aplicação.<sup>67</sup> O certo, porém, é que em 1795 a capela do Passatempo era aplicada a freguesia de S. José e reunia 782 almas, 38% delas cativas. Esse distrito também cresceu nas primeiras décadas do século XIX e apresentava 1.186 pessoas em 1831, quando os escravos somavam 45% da população. O crescimento populacional, conjugado à distância da Matriz, 14 léguas, ajudam a explicar porque em 1832 Passatempo foi elevado à categoria de freguesia, constituindo o primeiro desmembramento da paróquia de S. José.

A expansão para o oeste, em busca de terras para pastos e cultura e seguindo os rumos da Picada de Goiás, caracterizou a ocupação de Oliveira e de outras aplicações da freguesia de

---

<sup>63</sup> TEIXEIRA, Maria L. R. C.. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o distrito de Lage (1780-1850)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998 (Dissertação de Mestrado), p.40.

<sup>64</sup> *Idem Ibidem*, p.40.

<sup>65</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p.279.

<sup>66</sup> Correspondente ao atual município de mesmo nome.

<sup>67</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p. 241.

S. José. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a primeira sesmaria de Nossa Senhora de Oliveira data de 1754; nos quatro anos seguintes foi construída a capela e, ao longo da década de 1760, concedidas novas sesmarias. Contudo, como admite Barbosa, muitas pessoas ali se estabeleceram sem a preocupação de legalizar suas posses.<sup>68</sup> Oliveira ficava a 16 léguas da Matriz e atraiu muitos moradores devido à disponibilidade de terras, ou ao preço destas, uma vez que as primeiras sesmarias concedidas foram rapidamente negociadas. De acordo com Barbosa, o primeiro morador de que se tem notícia em Oliveira é Domingos Vieira da Mota, residente no Passatempo e que obteve sesmaria em 1754, cedendo-a em 1758 a Antônio de Oliveira Jorge. Na década de 1760, outro sesmeiro, Manuel Martins Gomes, vendeu sua sesmaria a Ricardo Pereira Leitão e Mateus Ferreira, e estes ao Pe. Manuel de Oliveira Silva que, por sua vez, passou adiante a José Friz. Martins. Esses exemplos apontam um mercado precoce de terras num momento em que a freguesia caracterizava-se pela fronteira aberta.

No final do século XVIII, Oliveira já contava com 1.713 pessoas, 15,7% da população da freguesia, quase metade delas escravos. Em 1831 a população de Oliveira superava a da Matriz e contavam-se 2.809 pessoas nesta capela, 21% da população da freguesia. O número de escravos em Oliveira superava por pouco os da Matriz em 1831 (1166 cativos em Oliveira contra 1064 na vila de S. José); a proporção entre escravos e livres manteve-se em torno de 40% de cativos ao longo do período. Dada sua importância, no ano de 1832 a capela de Oliveira foi elevada a freguesia por decreto regencial e instituída canonicamente no ano seguinte. No final da década, em 1839, o arraial foi elevado a vila e em 1840 foi instalado o novo município.<sup>69</sup> Sua influência estendia-se pelo oeste e garantiu a Oliveira a administração civil dos distritos mais ocidentais da freguesia de S. José, como Cláudio, Passatempo, Carmo do Japão e São João Batista; salvo este último que permanece um distrito oliveirense, todas

---

<sup>68</sup> *Idem Ibidem*, p.227.

<sup>69</sup> *Idem Ibidem*, p.228.

essas localidades tornaram-se cidades após serem desmembradas do atual município de Oliveira.

Uma provisão de janeiro de 1765, renovada em setembro de 1768, autorizava a criação da capela de S. João Baptista<sup>70</sup> na “Serra do Sal, Picada de Goiasés”, a 11 léguas da Matriz de S. José. Dois sesmeiros do lugar se encarregaram da constituição do templo, o que indica que a ocupação inicial tenha se dado em meados do século por produtores de mantimentos.<sup>71</sup> Contava S. João Baptista com 487 moradores em 1795 e 637 em 1831. Nos dois momentos a maior parte deles eram escravos: quase dois terços no final do XVIII e 58% na terceira década do XIX.

Continuando em direção oeste, a capela do Desterro<sup>72</sup> contava apenas 262 moradores em 1795 e 471 em 1831. Mas boa parte deles eram escravos, sendo 45% de cativos no primeiro momento e 50% no segundo.

A 19 léguas da Matriz surgiu a capela de Nossa Senhora do Carmo do Japão<sup>73</sup> em meados do século XVIII.<sup>74</sup> Esta não concentrava mais do que 7% da população da freguesia em 1795, mas, acompanhando a tendência de crescimento das capelas rurais, mais que dobrou sua população nos quarenta anos seguintes, passando a 1.568 pessoas, quase 12% do contingente da freguesia em 1831. Embora a população livre tenha aumentado significativamente, foram os escravos os maiores responsáveis por esse crescimento: de 391

---

<sup>70</sup> Redenominada Morro do Ferro é atualmente um distrito do município de Oliveira.

<sup>71</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p.212.

<sup>72</sup> Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a capela de Nossa Senhora do Desterro da freguesia de S. José é, atualmente, distrito de Itapeçerica sob o nome de Marilândia. Idem, *Ibidem*, pp.197-198 e p.114. Todavia, as fontes paroquiais de S. José mencionam que a Capela Nova do Desterro distava 12 léguas da Matriz, o que, mais ou menos, corresponde ao atual município de Desterro de Entre Rios. Marilândia, por sua vez, está a mais de 20 léguas de São José. A indicação fornecida por Barbosa, portanto, não bate com as informações das fontes. *Lista fiel de todas as almas capelas curadas, filiais, e hermidas que constão haver em toda a Freguesia de Santo Antonio da Vila de São José da qual é Parocho Antonio Xavier de Sales Mattos: dada a 4 de dezembro de 1822*. Arquivo Paroquial da Diocese de São João del Rei, pasta 19. Além desse, ver o *Mappa da População que Contem o Termo da Villa S. José, anno de 1826*. RAPM, II, p. 46, 1897.

<sup>73</sup> Correspondente ao município de Carmópolis de Minas.

<sup>74</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p.82.



indivíduos em 1795 para 901 em 1831; em ambos os momentos os escravos ultrapassavam os 50% da população.

Contígua à aplicação de N. Sra. de Oliveira, a capela de Nossa Senhora Aparecida de Cláudio distava 22 léguas da vila de S. José. Seu povoamento inicial é de meados do século XVIII, sendo a data provável da construção da capela o ano de 1761.<sup>75</sup> A capela de Cláudio foi uma das que experimentaram o crescimento mais impressionante no período que nos ocupa. De 1.030 moradores no final do século XVIII, saltou para 2.420 em 1831. Os escravos eram parte importante dessa população, embora em nenhum momento tenham sido a maioria. Eles representavam 38% da população de Cláudio em 1795, quanto somavam 392 pessoas. Em 1831, Cláudio tinha 720 escravos, perto de 30% de sua população total. Foi elevada a freguesia em 1848 e desmembrada da paróquia de S. José, permanecendo sob a administração civil da vila de Oliveira.

Sintetizando essa primeira parte da investigação, pudemos perceber que o espaço da freguesia de S. José foi, ainda que em sua maior parte indiretamente, gestado pela atividade mineradora e remonta a meados, senão à primeira metade, do século XVIII. Os núcleos rurais da freguesia foram aparecendo em resposta ao mercado criado pela atividade mineradora. Porém, esses núcleos sobreviveram à mineração e adaptaram-se bem aos novos mercados que se abriram no Rio de Janeiro, especialmente após a vinda da Corte. Em contraste com a vila, que perdeu população na virada do XVIII para o XIX, as aplicações rurais da freguesia de S. José cresceram e passaram a englobar a maior parte do trabalho escravo. No entanto, a antiguidade do território marcará os limites do desenvolvimento de sua população.

---

<sup>75</sup> *Idem Ibidem*, p.89.

## ***1.2. Evolução demográfica em 40 anos (1795-1831)***

As melhores estimativas para a população da capitania/província de Minas Gerais na virada do XVIII para o XIX dão conta de um crescimento da capitania da ordem de 1,2 ou 1,3% ao ano entre 1776 e 1835, uma população que saltou de algo em torno de 320 mil pessoas para quase 700 mil.<sup>76</sup> Porém, a análise regional mostra que a abrangente Comarca do Rio das Mortes, que no século XVIII abarcava todo o Sul de Minas, parte do Sudoeste, parte da Zona da Mata e da área mineradora central, teve o desempenho mais contundente nesse período, pois praticamente triplicou sua população. Segundo o clássico estudo de Kenneth Maxwell, a população da Comarca do Rio das Mortes passou de 82.781 habitantes em 1776, para 213.617 em 1821. Para o autor, ocorreu uma transferência da população em contrapartida ao deslocamento do eixo econômico das atividades mineratórias para o agropastoreio.<sup>77</sup> Como sugere Bergard, é bastante provável que tal crescimento corresponda a um rearranjo da população da capitania, dada a virtual ausência de migrações de pessoas livres para Minas nesse período.<sup>78</sup>

A freguesia de S. José participa desse movimento mais amplo e aumenta sua população das 10.929 pessoas registradas pelo Rol dos Confessados em 1795 para 13.377 moradores relacionados pelas listas nominativas do ano de 1831.<sup>79</sup> É um crescimento mais modesto do que o da Comarca, ampliação de pouco mais de um quinto (22%) em quase quarenta anos. Como mostra Alexandre Cunha, as antigas vilas de mineração não foram o palco destacado do aumento populacional da Comarca Rio das Mortes; este crescimento se

---

<sup>76</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Niterói: ICHF/UFF, 2007 (tese de doutorado), p.101.

<sup>77</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.110.

<sup>78</sup> BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.169-189. Todavia, como veremos um pouco mais a seguir, pessoas provenientes de Portugal e ilhas atlânticas aparecem comumente como noivos em S. José até a década de 1820. O fato de não conhecermos as idades desses nubentes não permite que saibamos se S. José foi seu primeiro destino em Minas, ou se lá chegaram vindos de outra região mineira.

<sup>79</sup> Lembrando que o Rol dos Confessados de 1795 exclui as crianças com menos de 7 anos e que, para fins de homogeneidade entre as fontes, também desconsideramos a população com menos de 7 anos nas Listas Nominativas de 1831.

deu principalmente nas novas áreas ao Sul, especialmente as vilas de Campanha, em um primeiro momento ainda em fins do XVIII, e depois, Baependi e Jacuí, onde ainda havia muita terra disponível.<sup>80</sup>

A população da freguesia, conquanto tenha aumentado pouco, cresceu de formas diferentes de acordo com seus extratos. A tabela 1.3 abaixo sumariza a evolução demográfica da freguesia de S. José agrupando a população em cortes por condição e cor. Já as tabelas 1.4 e 1.5 a seguir retratam detalhadamente a população sanjoseense pelas cores e condições tal qual é listada nas fontes.

Tabela 1.3			
Evolução da população na freguesia de S. José			
		1795	1831*
Livres	Brancos	2364	3027
	Não-Brancos	3208	4088
	s/ inf.	27	508
Escravos		5320	5754
Total		10919	13377

Fontes: *Rol dos Confessados de 1795* e listas nominativas de 1831

\* Não considerados em 1831 as crianças com menos de sete anos.

O grupo de pessoas legalmente livres ampliou-se mais do que a média global, descrevendo um crescimento por volta de 28%. Os brancos cresceram mais do que os livres de cor, mas permaneceram sendo a minoria da população. No final do século XVIII, os brancos chegavam a pouco mais de um quinto (21,7%) dos moradores. Aumentaram sua proporção algumas décadas depois e foram a 22,3%, ou exatamente um quarto se considerarmos as pessoas livres sem informação de cor como livres brancos.

Apesar de minoria, pessoas brancas, ou designadas como tal, controlavam a maior parte do prestígio da sociedade sanjoseense, e de seus escravos também. A maior parte das patentes militares listadas no *Rol* estão nas mãos de homens brancos: das 120 patentes listadas, apenas um quarto contemplava negros e pardos. Outros títulos listados no *Rol* são exclusivamente ostentados por brancos, como os títulos de desembargador e licenciado. O

<sup>80</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Niterói: ICHF/UFF, 2007, p.104.

pronome de distinção “dona”, por sua vez, era privilégio de mulheres designadas como brancas. Quanto à propriedade escrava, em 1795 homens ou mulheres brancos eram senhores de quase dois terços das posses (61,66%) e de 87,9% das escravarias com mais de dez escravos. Além disso, 80% da população branca vivia em fogos com a presença de escravos. Em 1831, 68,4% das escravarias estavam nas mãos de brancos, que também eram donos de 84,2% das posses com mais de dez escravos; 71,4% dos livres brancos viviam em domicílios com escravos. Assim, a população branca compunha a elite social e escravocrata em S. José. Contudo, como notaram Libby e Paiva, diferentemente dos senhores de escravos do sul estadunidense, os brancos donos de escravos de S. José não puderam contar com uma expressiva população branca não-proprietária para manter a ordem escravista. Sua solução foi cooptar a população mestiça e negra criando espaços para que eles se tornassem senhores de escravos. De fato, tanto em 1795, quanto em 1831, próximo de um terço das posses de escravos pertenciam a negros ou mestiços. Mas antes disso, a classe senhorial branca teve de despender alforrias em número suficiente para criar um grupo de negros livres e donos de escravos e para manter a miragem da liberdade como horizonte sempre possível para os cativos que internalizassem o comportamento esperado.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A.. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

Tabela 1.4  
População da freguesia de Santo Antônio da vila de S. José em 1795

<b>Livres</b>	Frequência	% no grupo	% na população
S/inf.	27	0,6	0,25%
branco	2364	56,7	21,65%
crioulo	246	5,9	2,25%
pardo	1375	33	12,59%
cabra	69	1,7	0,63%
mestiço	71	1,7	0,65%
bastardo	19	0,5	0,17%
Total	4171	100	38,20%

<b>Forros</b>	Frequência	% no grupo	% na população
S/inf.	1	0,1	0,01%
preto	38	2,7	0,35%
crioulo	379	26,5	3,47%
pardo	763	53,4	6,99%
cabra	57	4	0,52%
bastardo	1	0,1	0,01%
angola	48	3,4	0,44%
benguela/banguela	20	1,4	0,18%
cabinda/camunda	6	0,4	0,05%
congo	10	0,7	0,09%
mina	91	6,4	0,83%
rebolo	9	0,6	0,08%
guanguela	5	0,4	0,05%
Total	1428	100	13,08%

<b>Escravos</b>	Frequência	% no grupo	% na população
S/inf.	24	0,5	0,22%
preto	5	0,1	0,05%
crioulo	1710	32,1	15,66%
pardo	253	4,8	2,32%
cabra	138	2,6	1,26%
angola	1117	21	10,23%
benguela/banguela	1064	20	9,74%
cabinda/camunda	90	1,7	0,82%
cassange	40	0,8	0,37%
congo	269	5,1	2,46%
mina	232	4,4	2,12%
rebolo	182	3,4	1,67%
nagô	30	0,6	0,27%
monjolo	11	0,2	0,10%
guanguela	81	1,5	0,74%
mansagano	3	0,1	0,03%
mogumbe	44	0,8	0,40%
quissamã	2	0	0,02%
bamba	1	0	0,01%
mutemo	1	0	0,01%
ambaca/ baca	5	0,1	0,05%
xamba	4	0,1	0,04%
caburu	1	0	0,01%
fula	2	0	0,02%
cabo verde	6	0,1	0,05%
mossoço	3	0,1	0,03%
cobu	2	0	0,02%
Total	5320	100	48,72%
<b>Soma:</b>	10919		100,00%

Nota: não considerados 10 pessoas para as quais a condição não foi mencionada.

Tabela 1.5  
População da freguesia de Santo Antônio da vila de S. José em 1831\*

<b>Livres</b>	Frequência	% no grupo	% na população
s/inf.	506	7,02%	3,78%
branco	3027	41,98%	22,63%
crioulo	710	9,85%	5,31%
pardo	2858	39,64%	21,37%
cabra	106	1,47%	0,79%
outros	3	0,04%	0,02%
<b>Total</b>	<b>7210</b>	<b>100,00%</b>	<b>53,90%</b>

<b>Forros</b>	Frequência	% no grupo	% na população
s/inf.	2	0,48%	0,01%
preto	76	18,40%	0,57%
crioulo	145	35,11%	1,08%
pardo	113	27,36%	0,84%
cabra	5	1,21%	0,04%
africano	50	12,11%	0,37%
angola	6	1,45%	0,04%
benguela/banguela	8	1,94%	0,06%
ganguela	1	0,24%	0,01%
songo	1	0,24%	0,01%
congo	4	0,97%	0,03%
costa	1	0,24%	0,01%
mina	1	0,24%	0,01%
<b>Total</b>	<b>413</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,09%</b>

<b>Escravos</b>	Frequência	% no grupo	% na população
s/inf.	7	0,12%	0,05%
preto	1011	17,57%	7,56%
crioulo	2428	42,20%	18,15%
pardo	503	8,74%	3,76%
cabra	98	1,70%	0,73%
africano	652	11,33%	4,87%
angola	367	6,38%	2,74%
benguela/banguela	396	6,88%	2,96%
cabinda/camunda	49	0,85%	0,37%
cassange	8	0,14%	0,06%
congo	131	2,28%	0,98%
costa	34	0,59%	0,25%
mina	3	0,05%	0,02%
moçambique	4	0,07%	0,03%
nação	1	0,02%	0,01%
rebolo	29	0,50%	0,22%
monjolo	15	0,26%	0,11%
ganguela	16	0,28%	0,12%
songo	2	0,03%	0,01%
<b>Total</b>	<b>5754</b>	<b>100,00%</b>	<b>43,01%</b>
<b>Soma</b>	<b>13377</b>		<b>100,00%</b>

Nota: 1 escravo designado como branco foi incluído na categoria sem informação. 91 pessoas de origem africana apareciam no censo designadas como livres, quando só poderiam ser libertas, e foram incluídas entre os forros. Elas somavam 49 africanos, 27 pretos, 6 benguelas, 4 congos, 3 angola, 1 costa e 1 mina.

Fontes: *Rol dos Confessados de 1795* e listas nominativas de 1831

\* Não considerados em 1831 as crianças com menos de sete anos.

Como já foi observado, os dados de 1831 são frágeis no tocante à condição dos indivíduos recenseados. Sabemos que a recomendação para os juizes de paz que elaboraram as listas nominativas era que anotassem a condição dos indivíduos se “escrava”. Assim, no distrito da vila não foi assinalado sequer um liberto. Os poucos forros registrados em toda a paróquia no ano de 1831 devem-se ao preciosismo de alguns recenseadores, claramente mais cuidadosos com as hierarquias sociais. Em 1795 os forros eram 1.428 indivíduos e representavam 13% da população. Os designados como pardos eram a maioria dentre eles, seguidos pelos crioulos, o que demonstra que, naquele momento, a alforria estava mais acessível para os cativos nativos da colônia e com a cor de pele mais clara, no caso dos pardos. Em 1831, os forros somam 413 pessoas, apenas 3% da população. Nesse ano os crioulos (35% dos forros) superam os pardos (27%), diferença que deve ter sido causada porque muitos pardos libertos não tiveram sua condição assinalada.

Apenas a omissão dos recenseadores explicaria a diminuição dos forros entre a contagem de 1795 e a de 1831? Douglas Libby e Afonso de Alencastro sugerem que não. Segundo os autores, “em 1795, os forros africanos representavam 7,0% da população nascida na África e de acordo com as listas nominativas de 1831, a porcentagem correspondente era de 5,3%. Em se tratando de um indicador tosco, isto sugere que tanto as alforrias quanto os libertos haviam declinado em cerca de um quarto”.<sup>82</sup> Essa taxa certamente corresponde mais à realidade do que o grande decréscimo assinalado pelas listas nominativas de 1831. Outro indício de que as alforrias estivessem declinando no século XIX é a diminuição do número de quartados. Estes escravos que compravam parceladamente sua alforria eram 55 indivíduos em 1795, cerca de 1% dos escravos neste ano, e em 1831 apenas 24 indivíduos, menos de 0,5% dos escravos. Todos os quartados foram considerados como escravos neste trabalho.

---

<sup>82</sup> LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade – Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*. Belo Horizonte: vol.30, pp.112-151, julho 2003.

Tendo em vista essas peculiaridades das fontes, preferimos avaliar a população da freguesia de S. José a partir da divisão dos livres em “brancos” e “não-brancos”, incluindo nessa última categoria os forros. Esse último grupo fica longe de ser homogêneo, como pode ser constatado pelas tabelas 1.4 e 1.5, e nele estão indivíduos nascidos no Brasil em liberdade, mestiços libertos e africanos forros. De qualquer forma a cor da pele na hierárquica sociedade escravista fazia referência à posição social do indivíduo. A esse respeito, é conveniente o que diz a historiadora Silva H. Lara:

*... a cor da pele estava associada à condição que separava a liberdade da escravidão. (...) ela era lida, no Reino e na América portuguesa, como uma entre as muitas marcas simbólicas de distinção social. Incorporada à linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais, a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social.<sup>83</sup>*

Nesse sentido, segundo Lara, nomear as pessoas como negros, cafuzos, pardos, pretos e crioulos era uma forma de afastá-las do universo dos brancos, o universo do domínio do prestígio e da riqueza. Mas, à medida que essas pessoas de cor conseguiam através dos mais variados recursos ingressar nesse universo, elas poderiam “mudar de cor”. Roberto Guedes apresenta o caso inusitado de Plácido das Neves, morador de Porto Feliz, em São Paulo. Ao longo da vida, Plácido, que era pardo, ascendeu a branco e retornou a pardo nas listas nominativas de Porto Feliz. Para Guedes, são fatores da mudança de cor, e do *status* a ela relacionado, as relações familiares e comunitárias traçadas pelo sujeito.<sup>84</sup> Nessa mesma direção, Maria Luiza Marcílio cita vários exemplos extraídos das listas nominativas de Ubatuba (SP), em que indivíduos passaram de jornaleiros a proprietários, ou então obtiveram

---

<sup>83</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.143.

<sup>84</sup> GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor, Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In FRAGOSO, João R. L. *et. alli. (org's). Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006, pp.447-488.



patente militar, e sofreram uma “mudança de cor”, comumente mudando de pardos a brancos. Segundo Marcílio, o desenvolvimento da vila de Ubatuba nas primeiras década do XIX ampliou ligeiramente a proporção de brancos em detrimento dos mulatos na população, o que indica que o enriquecimento era também um fator que “embranquecia”.<sup>85</sup>

Em S. José, as pessoas não-brancas foram a maioria da população livre e cresceram num ritmo praticamente igual ao da população branca.<sup>86</sup> A participação dos pardos, livres ou libertos, na população geral – cerca de um quinto em 1795 e 1831 – assinala, além da alforria, a miscigenação como um processo importante na configuração demográfica da freguesia. Lembrando que a população negra chegou à América como escravos, a miscigenação entre homens brancos e mulheres negras e a produção de mestiços envolvia também relações de poder. De acordo com Higgins, a miscigenação em Minas foi o resultado da exploração sexual infligida por homens brancos a concubinas negras, com as quais nunca se casavam e às quais negavam o direito da herança.<sup>87</sup> Eduardo Paiva, sem querer vitimar senhores ou escravos, assinala que mulheres escravas não se acanhavam em utilizar seus atrativos femininos para seduzir os homens livres e com eles estabelecer relacionamentos. Comprovando seu argumento, Eduardo Paiva demonstra que as mulheres foram as principais receptoras de alforrias em Minas no século XVIII.<sup>88</sup>

Os escravos eram mais de dois quintos da população de S. José ao longo do período em tela e, tanto esse índice relativo, quanto as quantias absolutas que variaram de 5.320 indivíduos em 1795 a 5.754 em 1831, denunciam o vigor da economia escravista sanjoseense. Este grupo apresentou uma taxa de crescimento menor, apenas 8,2% nas quatro décadas em

---

<sup>85</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, pp.117-118.

<sup>86</sup> A seguir, pretendo mostrar que parte do crescimento dos brancos no período deveu-se à chegada de migrantes à S. José. No caso dos livres de cor, a alforria deve ser um fato exógeno que deve ser considerado para o crescimento do grupo.

<sup>87</sup> HIGGINS, Kathe J. “*Licentious Liberty*” in *a brazilian gold-mining region: slavery, gender and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais*. University Park PA, 1999.

<sup>88</sup> PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001 e mais incisivamente Paiva, Eduardo F. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

análise. Mas, vale notar que os escravos nativos, notadamente crioulos e pardos, ampliaram sua participação no grupo: eram 39,5% dos escravos em 1795 e subiram para 52,6% em 1831. O aumento do número de escravos nativos pode ser tomado como um bom indício de que a reprodução interna tenha, pelo menos em parte, sustentado a manutenção da população escrava sanjoseense.

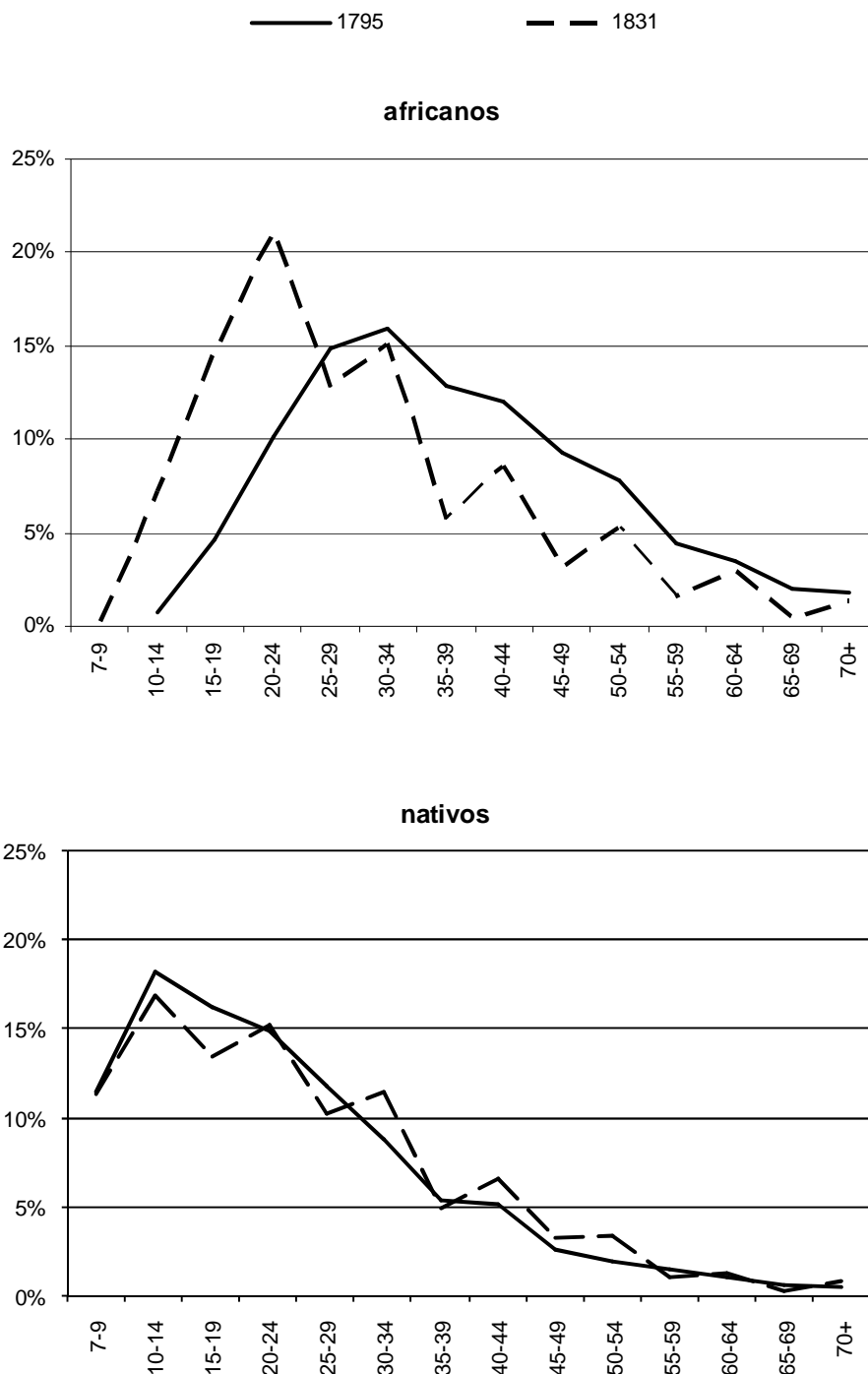
Além de se ampliar, a escravaria sanjoseense renovou-se no período em tela. Em 1795, 28,6% dos escravos africanos tinham mais de 44 anos; em 1831 apenas 13,8% dos africanos podiam ser considerados velhos. Além disso, em 1795, 29,5% dos escravos africanos encontravam-se entre 15 e 30 anos, isto é, em plena idade produtiva; já em 1831 a porcentagem era bem maior: 45,3%. A análise etária da população escrava sanjoseense, como mostram os gráficos da página seguinte, oferece sinais de uma renovação pela importação de novas “peças” africanas. A figura mostra claramente como a curva de idade dos africanos no final do século XVIII desenha seu cume em faixas etárias mais adiantadas: a partir dos 25-29 anos e permanece alta até 35-39 anos. No século XIX, no entanto, o pico aparece numa faixa de idade bem mais jovem (20-24 anos). Como sabemos que apenas a importação provê novos escravos africanos, o tráfico deve ter se conjugado à reprodução interna na reiteração da escravaria sanjoseense. A esse respeito, é suficientemente conhecido que Minas Gerais absorveu grande parte dos escravos recém-desembarcados no porto do Rio de Janeiro a partir da década de 1810,<sup>89</sup> e parece muito provável que a comarca do Rio das Mortes, como uma das regiões mais dinâmicas de Minas, tenha recebido muitos desses novos escravos.<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833 in BOTELHO, Tarcísio R. et al (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

<sup>90</sup> LIBBY, Douglas Cole. As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (org's). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

Figura 1.1. Idade dos escravos em S. José, por origem



Fontes: *Rol dos Confessados de 1795* e listas nominativas de 1831

A figura acima também indica que as novas peças chegavam bastante jovens quando o tráfico estava a pleno vapor: 7,34% dos africanos tinha 14 ou menos anos. Sobre a idade dos escravos importados, Herbert S. Klein afirma que o século XIX foi o momento na história do

tráfico Atlântico de escravos de maior entrada de crianças de ambos os sexos no mercado americano. De acordo com Klein, as proporções de homens, mulheres e crianças transportados nos navios negreiros variaram conforme o porto de embarque e as condições do transporte, mas é possível uma síntese geral nos seguintes termos:

*No período inicial – isto é, no século XVII (onde há perfis etários e sexuais razoáveis para as populações embarcadas) – sabemos que 60 por cento dos escravos eram homens e cerca de 12 por cento crianças (definidos como meninos e meninas com menos de 15 anos de idade). No século XVIII (até 1809) tal proporção subiu para uma taxa geral de 60 por cento para os homens e 23 por cento para as crianças e no tráfico do século XIX esses números atingiram 72 por cento para os homens e uma marca muito elevada de 46 por cento para as crianças.<sup>91</sup>*

No século XIX, portanto, ingressavam em S. José meninos e meninas africanos que revigoravam a mão-de-obra escrava.

A distribuição etária e as proporções de homens e mulheres na população escrava nativa, no entanto, sugerem fortemente que a reprodução interna tenha se conjugado ao tráfico no processo de renovação da escravaria sanjoseense. No período entre a contagem de 1795 e a de 1831, apesar das importações, os africanos diminuem sua participação total em 15%. Em 1795 os africanos somavam 3.195 e constituíam 60,32% dos escravos; em 1831 eram 2.718 indivíduos, ou 47,3% dos escravos. Por outro lado, tanto em 1795 quanto em 1831 há um relativo equilíbrio de homens e mulheres entre os escravos nativos do Brasil que perpassa todos os grupos de idade. Na verdade, esperava-se que, nos grupos mais velhos, o número de mulheres superasse o de homens, o que, no entanto, não se verifica. Nesse caso, a concessão preferencial de alforrias para as mulheres deve ter influenciado nos resultados.<sup>92</sup> De qualquer forma, uma situação tão equilibrada como a que se apresenta não pode ser pensada sem referência à reprodução endógena. Nesse mesmo sentido, a fração crioula da escravaria

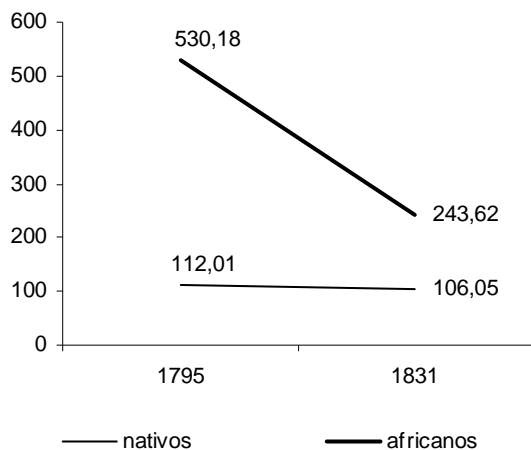
---

<sup>91</sup> KLEIN, Herbert S.. *O tráfico de escravos no Atlântico*. (trad. Francisco A. Moura Duarte et al.). Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2004, p.162.

<sup>92</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

sanjoseense amplia-se de 2.101 indivíduos em 1795 para 3.030 em 1831, um aumento de 44,2% que não é acompanhado de forte desequilíbrio nas razões de masculinidade.

Figura 1.2. Razões de masculinidade na população escrava de S. José por origem



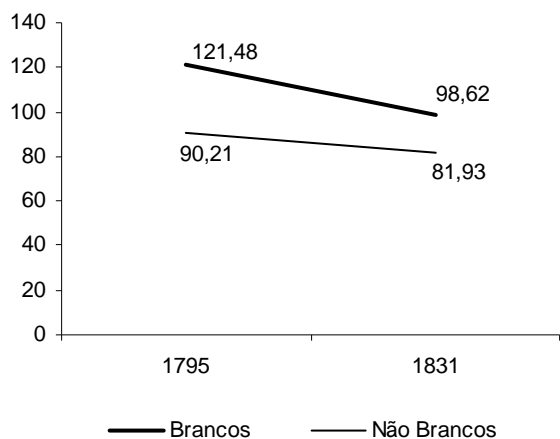
Fontes: *Rol dos Confessados de 1795* e listas nominativas de 1831

Concluindo essa análise sobre o desempenho demográfico da freguesia de S. José entre 1795 e 1831, percebemos que a localidade estava se expandindo apesar de essa expansão ter sido mais contida do que o verificado em outras áreas da Comarca do Rio das Mortes. A ocupação precoce da fronteira agrária, como veremos no próximo item, deve ter contribuído para essa diferença. A camada livre aumentou mais do que o setor escravo da população e tornou-se proporcionalmente maioria. Deve-se destacar a miscigenação e a migração de brancos para a freguesia como fatores importantes nesse crescimento. A alforria, apesar da subnumeração de libertos pelas Listas Nominativas de 1831, deve ter se tornado menos comum no XIX, embora a minguada classe senhorial branca não pudesse abrir mão dela. A maioria livre registrada na população de S. José em 1831 sugere a crescente importância de formas de trabalho não escravo. Contudo, a força de trabalho servil de S. José renovou-se, sinalizando a capacidade econômica da região em absorver escravos novos. Apesar da retomada do tráfico na década de 1810, o contingente crioulo da freguesia cresceu mais do que o africano e apresentou maior equilíbrio entre os sexos, o que aponta a possibilidade da reprodução interna.

### 1.3. Fronteira e migração

Alongando-se a oeste e incorporando povoações que surgiam em volta de uma capela, a freguesia de S. José acomodava uma população crescente ao longo do século XVIII. Uma das características desse desenvolvimento é que seus habitantes conviveram com a fronteira aberta, sinalizando a possibilidade de incorporação de terra para a agricultura ou a criação de animais. Essa situação permaneceu até o final do Setecentos, como muito bem apontaram Douglas Libby e Clotilde Paiva. Encontrando uma razão de masculinidade na população nascida livre (i.e., excluindo os forros) de 109,8 homens para cada 100 mulheres em 1795, os autores sugeriram que a região de São José estava atraindo imigrantes masculinos livres e que a paróquia constituía uma espécie de fronteira interna no final do século XVIII.<sup>93</sup> A figura a seguir apresenta os números de homens e de mulheres na freguesia de S. José corroborando a indicação de Libby e Paiva e mostrando, ainda, que os principais migrantes que chegavam à paróquia em 1795 eram brancos.

Figura 1.3. Tendência das razões de homens para cada 100 mulheres entre a população livre de S. José



Fontes: *Rol dos Confessados de 1795* e listas nominativas de 1831

De acordo com Laird Bergad, a Comarca do Rio das Mortes em 1821 concentrava a maior parte da população branca de toda Minas Gerais, o que, para o autor, seria um resultado

<sup>93</sup> LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A.. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000..

claro do deslocamento de homens e mulheres brancos de outros lugares para a região.<sup>94</sup> O motivo desse deslocamento seria a ocupação de terras disponíveis para a agricultura e criação.

Segundo Bergard, na Comarca do Rio das Mortes,

*os distritos municipais, áreas de agricultura e criação de animais onde havia terra disponível no início do século 19, possuíam a maior concentração de população branca da capitania e eram claramente os destinos mais importantes dos migrantes brancos, provavelmente originários das áreas tradicionais da mineração onde já não havia terra disponível.*<sup>95</sup>

Na figura 1.3 percebemos que na década de 1830 o contingente masculino da freguesia era sobrepujado pelo feminino, especialmente entre os livres de cor. É provável que nessa década a tendência verificada por Libby e Paiva no final do XVIII tenha se invertido, e, uma vez ocupada a fronteira em S. José, parte da população passasse a emigrar. Tal movimento de emigração podia dirigir-se a destinos dentro da própria Comarca do Rio das Mortes, uma vez que as regiões de Baependi e Jacuhy ainda podiam ser consideradas de fronteira na década de 1820.<sup>96</sup> Todavia, migrantes originários da Comarca do Rio das Mortes foram detectados como responsáveis pela ocupação do noroeste paulista, especialmente a região da Vila Franca do Imperador, em princípios do século XIX. Nessa região, os mineiros desenvolveram esparsamente a mineração e reproduziram a agropecuária voltada para abastecimento que caracterizou a economia da Comarca do Rio das Mortes.<sup>97</sup> O noroeste paulista também foi destino de parte da elite da Comarca do Rio das Mortes, provavelmente também como consequência do fechamento da fronteira mais ao sul da província. Ficam,

---

<sup>94</sup> BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p.188.

<sup>95</sup> Idem, *Ibidem*, p.186.

<sup>96</sup> Como mostram BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p.198, e CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Niterói: ICHF/UFF, 2007, p.104. Embora ambos estes autores incluam Campanha nesse rol, a década de 1820 nos parece adiantada demais para se propor a existência de fronteira aberta nessa vila. Conf. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, especialmente o capítulo 01: “Campanha da Princesa: formação e expansão de uma vila no Império”.

<sup>97</sup> Segundo CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986 *Apud* OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS, 1997.

nesse sentido, os exemplos recolhidos por Marcos Ferreira de Andrade sobre o clã Junqueira originário da vila de Campanha.<sup>98</sup>

Um claro vestígio da migração mineira para São Paulo no século XIX nos é fornecida pelo estudo de Maria Luiza Marcílio sobre a naturalidade dos habitantes daquela capitania/província. Embora essa informação não seja completa para todos os moradores arrolados nas listas anuais de habitantes, ela está presente para 50 a 57% da população. Nessa amostra, Marcílio revela que nos anos selecionados de 1808, 1818 e 1828 pessoas nascidas em Minas Gerais formam o maior grupo de forasteiros em São Paulo e crescem em proporção ao longo do tempo. As regiões paulistas em que os mineiros mais se destacaram foram o vale do Paraíba, no início do século XIX, e o noroeste – a região da vila Franca – a partir da terceira década daquele século. Como mostra Marcílio, no ano de 1808 são registrados 1.756 naturais de Minas em São Paulo; destes 1.170 vivem no vale do Paraíba e 370 no oeste paulista. No ano de 1818 foram 1.927 os mineiros registrados, 1.060 no vale do Paraíba e 570 no oeste Paulista. O ano de 1828 parece marcar a ocupação mineira do oeste paulista; lá foram registrados 4.095 dos 5.512 mineiros registrados em São Paulo naquele momento.<sup>99</sup>

Uma indicação de que a paróquia de São José sofreu emigração de parte da população foi deixada pelo pároco local em um mapa de população elaborado no ano de 1825. Segundo o vigário Antônio Xavier de Salles Matos, não havia grande esperança de aumento populacional em S. José “*por ser esta freguesia circundada de outras limítrofes, e não confinar por parte alguma com sertões para onde se extenda*”.<sup>100</sup> Na opinião de Salles Mattos, não havia mais “sertões”, ou terras livres a apropriar na freguesia de S. José que sustentassem o crescimento de sua população. Além disso, o vigário acrescenta:

---

<sup>98</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Ver p.214.

<sup>99</sup> MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.147, tabelas 34 a 37.

<sup>100</sup> “*Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto. Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825*”. AEDSJDR, Mappas populacionais, pasta 19.



*O termo da Freguesia tem tido considerável diminuição por que sendo na maior parte de terras de cultura, estas seguindo o método adotado nesta província se vão deteriorando ate chegarem a pouco produzir, esta a causa por que os Parochiannos vão em mudança procurar melhoramento ainda que várias vezes se enganem.*<sup>101</sup>

Ainda sobre a ocupação da fronteira na década de 1820, os camaristas da vila, respondendo a um questionário do Conselho da Província no ano de 1826, afirmavam que “Todo o Termo esta occupado por titulos de Sismarias, e posses, e não restão terras algumas devolutas”.<sup>102</sup>

A falta de terras “devolutas”, contudo, não significa que todas as terras do termo fossem cultivadas. Pelo contrário, o método tradicional de plantio, que consistia em fazer queimadas, exigia o descanso das terras usadas (pousio) e o uso, durante o repouso da terra, de outras parcelas recuperadas ou virgens. Assim, as fazendas tinham, geralmente, mais terras do que eram capazes de plantar, ou de ocupar com suas criações, pois precisavam dessa reserva para a manutenção de suas atividades.<sup>103</sup>

São vários os relatos do sistema extensivo de uso do solo em Minas, mas vale deixar aqui os comentários do diplomata suíço J. J. von Tschudi. De acordo com o viajante, a principal técnica era a *coivara* e o instrumento mais importante a enxada. Segundo ele:

*Derruba-se um pedaço de mata virgem, a madeira mais seca é queimada e as cinzas são espalhadas. Sobre a roça assim obtida, entre tocos de árvores e troncos meio calcinados, as culturas são plantadas com enxada. Quando, depois de repetidas colheitas sem intervalo entre si, o solo está esgotado, ele é posto a descansar por alguns anos, e vai se cobrindo novamente com arbustos e mato (capoeiras). Ao chegar a uma determinada altura ou idade, esse mato é novamente derrubado, queimado e o solo replantado. O ciclo se repete tantas vezes que por fim a terra já não pode produzir nenhuma*

---

<sup>101</sup> Idem Ibidem.

<sup>102</sup> RAPM, II, p. 46, 1897 (grifo nosso).

<sup>103</sup> Como mostra Carla Almeida, os inventários de Mariana citavam grande quantidade de terras virgens e capoeiras que constituíam uma reserva para a expansão do cultivo. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado), p.168.

*colheita, pois todos os nutrientes são retirados e nunca são minimamente repostos.*<sup>104</sup>

O desgaste dos solos só não era maior porque, como diz Tschudi, “por meio da circulação do gado, o chão é esterçado e assim se retarda o seu esgotamento”.

Segundo Maria Yedda Linhares e Francisco C. T. da Silva, as técnicas adotadas na produção de alimentos no Brasil resultaram do esforço de adaptação dos alimentos europeus às características das terras tropicais, assim como no desenvolvimento e na domesticação dos vegetais aqui encontrados. Nesse esforço os empréstimos feitos à agricultura indígena foram essenciais. O sistema de plantio indígena aproximava-se bastante do descrito por Tschudi e é também conhecido por *forest fallow* – o pousio prolongado com revestimento florestal. A adoção deste procedimento pelos europeus representou um profundo impacto das condições ecológicas locais sobre o sistema de cultivo vigente na Europa e uma quebra do progresso técnico verificado em Portugal. Para Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos, “aqui, a abundância de terras e a facilidade em adquiri-las [...] permitiu a volta a uma agricultura que não mais era praticada na Europa havia pelo menos mil anos”.<sup>105</sup>

Desenvolvendo uma agricultura e criação que precisava de mais terras do que as unidades realmente ocupavam, a freguesia de S. José expandiu-se sobre as áreas abertas situadas a oeste, agregando nesse processo homens e mulheres brancos que chegavam à região. Mas essa frente de ocupação parece ter se esgotado por volta dos anos 1820 e a população crescente buscado na emigração, para Minas ou áreas mais longínquas, novos espaços para a produção.

Os registros de casamentos celebrados na freguesia de S. José apresentam pistas que confirmam os movimentos da população conforme temos levantado. Ao indicar a origem dos

---

<sup>104</sup> HALFELD, H. G. F. e TSCHUDI, J. J. von. *A Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, s/d, p.111.

<sup>105</sup> LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp.137-139.

nubentes, tais registros esboçam os ritmos de integração de estrangeiros à sociedade local.

Nossa série de registros de casamentos se estende de 1783 a 1850.

Tabela 1.6						
Origem dos nubentes livres na paróquia de S. José do Rio das Mortes, 1783-1850						
Regiões de nascimento	1783-1800		1801-1825		1826-1850	
	H	M	H	M	H	M
Comarca do Rio das Mortes	295	398	782	940	223	261
Comarca de Vila Rica	55	33	94	48	12	4
Comarca de Sabará	41	15	67	42	6	6
Comarca do Serro	1	1	5	1	1	0
Outras Capitânias/Províncias	11	1	8	5	1	0
Portugal e Ilhas	36	15	61	32	16	12
<i>TOTAL</i>	<i>439</i>	<i>439</i>	<i>1.011</i>	<i>1.011</i>	<i>259</i>	<i>259</i>

Fonte: AEDSJDR, Livros de Casamentos.

Pessoas de fora da comarca do Rio das Mortes eram, pelo menos, um quarto dos nubentes a se casar em S. José em todas as décadas até 1820; a partir de então e até 1850 casaram-se quase exclusivamente pessoas daquela comarca. Entre os adventícios, há ligeiro predomínio dos homens, mas o grande número de mulheres sugere que ocorreram migrações em família. Esses migrantes eram oriundos da região central mineira, notadamente da Comarca de Vila Rica, seguidos por pessoas oriundas da Comarca de Sabará e, em terceiro lugar, de Portugal e Ilhas. Portugueses, entretanto, têm importância destacada até o segundo momento considerado. Outro dado importante é que as pessoas vindas de fora da freguesia, tanto homens como mulheres, casavam-se, sobretudo, nas capelas aplicadas, raramente na Matriz, indicando que fixavam residência não na vila, mas nos distritos rurais em expansão na virada do XVIII para o XIX.

Obviamente os registros de casamento não retratam quantitativamente os fluxos de migração que atingiram S. José. Mas a intenção, nesse caso, é fornecer uma idéia do deslocamento e integração de forasteiros à sociedade sanjoseense. Reforçando a sugestão de Libby e Paiva de que a região constituiria uma área de atração de migrantes em fins do XVIII, os registros de casamentos mostram também que essa atração parece mais clara até as duas décadas iniciais do século XIX.

## **2. POR DENTRO DOS FOGOS SANJOSEENSES: COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, FORÇA DE TRABALHO E ESTRUTURA OCUPACIONAL.**

Pensar o trabalho nas sociedades pré-capitalistas do passado coloca duas ordens de considerações. Em primeiro lugar, muitas das atividades que hoje reunimos sob o conceito de trabalho (como este texto faz) eram consideradas sob várias outras categorias como obrigação, dever, caridade etc. Além disso, o divórcio instituído pela industrialização entre espaço doméstico e espaço do trabalho era praticamente inexistente, o que tornava a lógica e os ritmos de trabalho dependentes da organização domiciliar.<sup>106</sup> Embora predominassem os laços familiares, pessoas unidas pelas mais diversas relações dedicavam-se a uma miríade de pequenas atividades realizadas no interior do fogo de forma subsidiária à atividade principal. Tais atividades eram distribuídas de acordo com o sexo, a idade e as condições físicas da força de trabalho. Por isso justifica-se a análise do trabalho e da mão-de-obra tendo como foco central os fogos.

Nesse sentido, esta parte do trabalho empreende um exame das estruturas dos domicílios em S. José, cujo propósito é mostrar as relações que os membros do fogo mantêm com o chefe e, a partir delas, categorizar os domicílios. Os resultados apontam a predominância de domicílios que se estruturam a partir das relações de parentesco nucleares, isto é, daquelas que ligam pai/mãe e filhos.

Quanto à organização da força de trabalho no interior dos domicílios, percebe-se que a sociedade sanjoseense permaneceu fortemente escravista ao longo de todo o período e que o elemento servil encontrava-se disperso em propriedades, em sua maioria, pequenas. A amplitude da escravidão em S. José nos levou a indagar como a posse de um escravo – o bem primordial da sociedade – modificava a organização dos domicílios. Os resultados mais claros

---

<sup>106</sup> Como demonstra LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

apontados pela historiografia indicam que não existiram grandes dessemelhanças entre os moradores de fogos com escravos e habitantes de fogos sem essa propriedade no que se refere à indicadores como masculinidade, idade, sexo e estado conjugal,<sup>107</sup> muito embora houvesse um gradiente nessas características que acompanha a escala de posse de cativos, mostrando que a base da pirâmide proprietária compartilhava muito mais características com os não-proprietários de escravos do que com a elite escravista.<sup>108</sup>

O grande número de domicílios com poucos escravos, simultaneamente, indica a convivência do trabalho escravo e livre dentro da mesma unidade produtiva. O uso do braço livre e escravo, aliás, segue proporções inversas como demonstram a figura 2.1 na página seguinte.

Embora não haja convergência entre estudiosos sobre entre quais idades se situaria a força de trabalho ativa,<sup>109</sup> adotamos a faixa entre 15 e 44 anos, sem distinção para sexo ou condição do trabalhador, crente de que esse seria o seu melhor período produtivo; esse corte representa, *grosso modo*, o potencial ativo da força de trabalho e a capacidade reprodutiva no setor feminino da população. Sendo assim, verifica-se que nos fogos com dois escravos a força de trabalho livre praticamente se iguala à servil tanto em 1795 quanto em 1831. No entanto, no final do XVIII os trabalhadores escravos ultrapassam o livres já nos fogos com três cativos, enquanto no XIX essa superação ocorre timidamente nos fogos com quatro escravos e apenas se destaca nos fogos com cinco ou mais cativos. Até a casa dos fogos com 10 escravos, trabalhadores livres são, pelo menos, um em cada cinco pessoas em idade

---

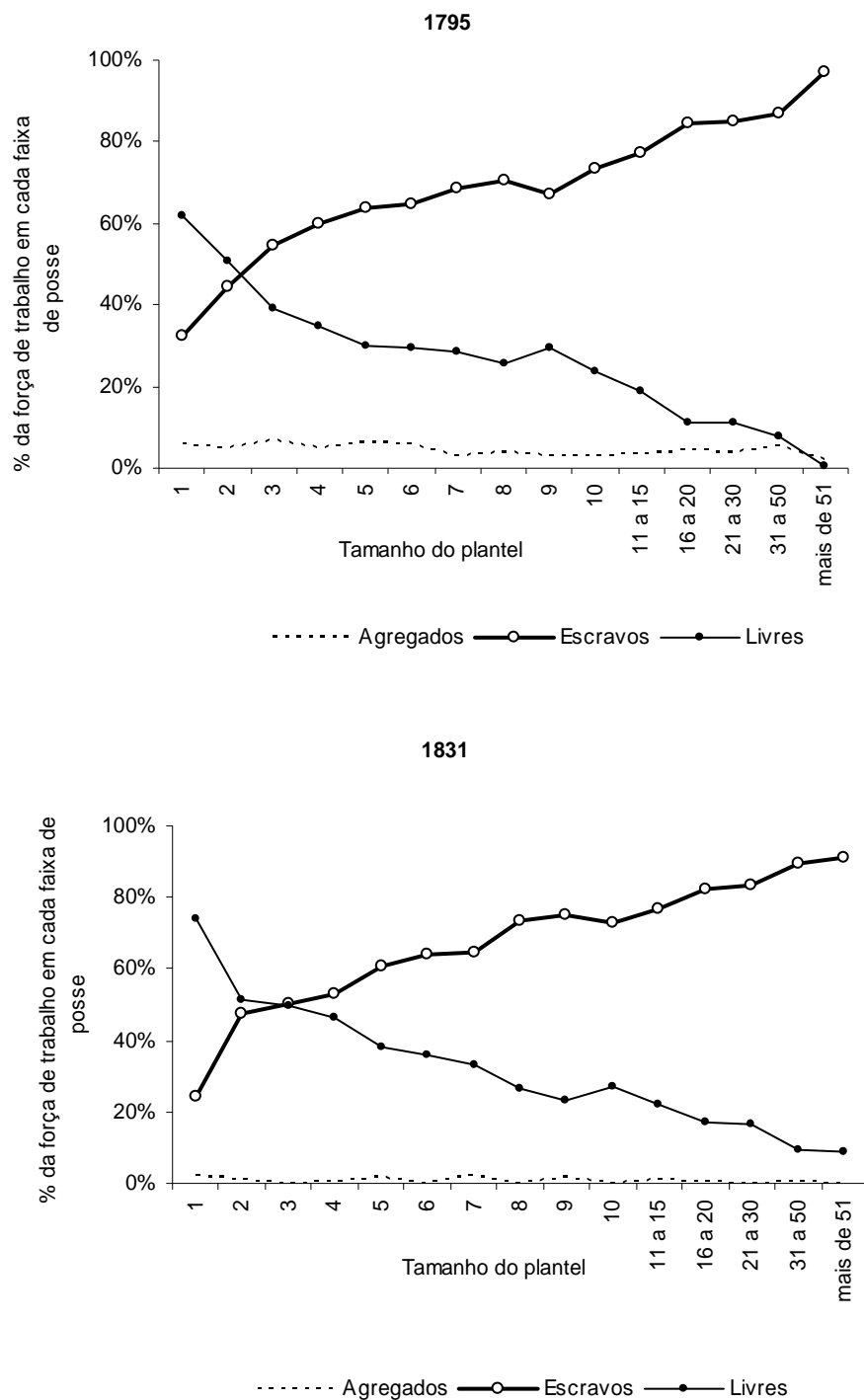
<sup>107</sup> Conforme mostra COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992.

<sup>108</sup> Conforme ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX*. Mariana:1820-1850. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007 (dissertação de Mestrado).

<sup>109</sup> Iraci Costa localiza a idade ativa entre 15 e 64 anos. *Arraia Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992, p.25. Carlos Bacellar desloca essa faixa para entre 8 e 50 anos. BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.148, nota: 199. Bergad fala em melhor idade útil para os escravos entre 15 e 40 anos. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p.222. Por fim, SCHWARTZ, Stuart B. aponta essa faixa para entre 14 e 44 anos para os escravos. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

produtiva. Nesse sentido, é provável que até o patamar de dez escravos o trabalho livre familiar se mesclasse com a mão de obra servil. Assim, privilegiamos os fogos com até dez cativos para perceber a estrutura da força de trabalho escrava.

Figura 2.1. Distribuição da mão-de-obra ativa (15-44 anos) em S. José, segundo a faixa de posse de escravos do domicílio.



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

Os gráficos supra também mostram que os agregados eram uma parcela subsidiária de mão-de-obra na freguesia de S. José, muito diferente do que acontecia nas regiões paulistas de Sorocaba e Itu estudadas, respectivamente, por Carlos Bacellar e Eni Samara. No ano de 1810 em Sorocaba, nos domicílios com entre 1 e 15 escravos os agregados chegavam a representar 70% da força de trabalho dos fogos com menos de cinco cativos e até um quinto dos trabalhadores nos fogos maiores. Em Itu, o agregado representava 10% de toda a mão-de-obra disponível no final do século XVIII, mas sua significância foi progressivamente diminuindo no XIX na medida em que a agricultura comercial de cana-de-açúcar se desenvolvia.<sup>110</sup> Apesar da variedade de relações que os agregados ostentavam com os chefes de fogo, as informações censitárias disponíveis no *Rol dos Confessados* e nas listas, nos levou a considerá-los, como propõe Bert Barickman, um “fundo comum” de mão-de-obra domiciliar disponível na unidade produtiva.<sup>111</sup>

### **2.1. As estruturas domiciliares.**

Um primeiro e importante problema metodológico que se apresentou a nosso objetivo de estudar as estruturas domiciliares em S. José foi selecionar, dentre a variedade de relações que os membros do fogo mantinham entre si, aquelas mais significantes do ponto de vista da organização do trabalho. Nesse caso, a primeira providência foi quantificar essas relações e verificar as mais recorrentes.

Consideramos cinco categorias de vínculo entre o habitante do fogo e seu chefe. As pessoas unidas pelo matrimônio – o chefe e seu cônjuge –, pela descendência direta, como os filhos, netos e bisnetos do chefe, e os parentes ascendentes e colaterais do chefe ou de seu

---

<sup>110</sup> BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.149. SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. SP: Edusp, 2005, p.108.

<sup>111</sup> BARICKMAN, Bert J.. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.221.

cônjuge como pai, mãe, irmãos, tios, primos(as), sobrinhos(as), sogro(a), cunhados(as) vinculavam-se ao fogo em que habitavam através de *relações familiares*. Outra categoria importante de morador, presente em metade dos fogos em 1795 e em dois quintos deles em 1831, eram os escravos, atados ao domicílio em que viviam por laços de *servidão*. Tanto o *Rol dos Confessados*, quanto as listas nominativas designam alguns *agregados*, mais numerosos no *Rol*, que são aqui considerados como outra categoria de vínculo ao fogo. Esse tipo, como já foi contemplado, constituía uma fração pequena da população e uma parcela subsidiária da mão-de-obra. Os chefes de fogo que se encontravam solitários ou que não possuíam um parente, ritual ou sangüíneo, no seu domicílio foram considerados como *sem nenhuma relação* com os demais moradores do fogo. A tabela a seguir sintetiza os resultados alcançados.

	1795		1831*	
	N	%	N	%
relações familiares	4452	40,7	3467	25,9
servidão	5298	48,5	5757	43,0
agregado	512	4,7	138	1,0
nenhuma relação	569	5,2	899	6,7
não informado pela fonte	96	0,9	3116	23,3
Total	10927	100	13377	100

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831

\* Não considerados em 1831 as crianças com menos de sete anos.

Percebe-se que as relações familiares e de servidão despontam como as mais importantes para explicar como se organizavam os domicílios em S. José nos dois anos considerados. No entanto, quase um quarto da população sanjoseense listada no censo provincial de 1831 não teve seu vínculo com o chefe do fogo mencionado. Essa ausência de dados constituiu o segundo problema metodológico com que nossa análise da estrutura dos fogos teve de lidar.

Quem seriam essas pessoas que o juiz de paz responsável pelo recenseamento não se preocupou em relacionar ao chefe do domicílio? É possível que aí existissem agregados, o



que, em parte, explicaria porque em 1831 houve uma diminuição tão grande relativamente ao número de agregados registrados em 1795. Parentes do chefe como irmãos, pais e sobrinhos também poderiam estar encobertos. Mas o mais provável é que a omissão dos juizes de paz ocultasse os filhos do chefe ou casal. A idade das pessoas sem relação de parentesco explicitada com o chefe aponta nessa direção: 44% delas tinha entre 7 e 14 anos, ou seja, eram crianças. Na mesma direção, os domicílios que tiveram os filhos do chefe claramente declarados não contavam com moradores sem relação de parentesco explicitada. Ainda, a maior parte dos casos sem menção de relação com o chefe vivia em domicílios que se estruturavam em torno de um chefe não idoso ou de um casal. No fogo em que Severino Pinto Ribeiro de 54 anos vivia com sua esposa, Clara Maria, de 39, residiam também cinco pessoas com 17, 16, 15, 14 e 8 anos de idade e que as listas não mencionam que relações tinham com Severino e sua mulher. Outros exemplos: no fogo de Alexandre Ferreira da Silva de 42 anos e de sua esposa Violante Francisca de 34, moravam as crianças José, de onze anos, e Melianna, de nove. No fogo do capitão Bartholomeu Ferreira de 38 anos, viviam sua mulher, D. Rita Maria, de 27 anos, e Francisca, Annanias e Maria, crianças com, respectivamente, 12, 11 e 9 anos. Joanna Maria de 29 anos vivia no distrito de Cláudio apenas em companhia da pequena Adrianna, de 10 anos. As crianças, em todos esses exemplos, não tiveram suas relações de parentesco com o chefe do fogo mencionadas pela fonte.

Outros casos são mais enfáticos: segundo as listas nominativas de 1831, no fogo de Joaquina Thereza de Jesus, viúva de 50 anos, figura a jovem Joaquina, com 19 anos e sem relação de parentesco explicitada com a chefe. Tivemos a comprovação de que Joaquina é filha de Joaquina Thereza através de seu registro de casamento.<sup>112</sup> O noivo de Joaquina era José Martins da Silva, de 28 anos que morava em companhia de seus pais, Antônio Martins da Silva, de 57 anos, e Maurícia Constancia, de 44 anos. Novamente, nenhuma indicação das

---

<sup>112</sup> AEDSJDR, Livro de Casamentos. Lv. 27, fl.37v.

listas nominativas mencionava que José era filho de Antonio e Maurícia. Segundo os livros de casamentos sabemos que Balbina Cláudia de Oliveira, 22 anos, era filha de Francisco da Costa, 60 anos, embora as listas nominativas não a vinculem ao chefe do fogo em que vivia antes de casar.<sup>113</sup> Os registros de casamentos também mostram que o músico Jozé Joaquim de Santa Anna, de 24 anos, era filho de Roza Nogueira, viúva de 60 anos, e chefe do fogo no qual Joaquim foi listado sem relação de parentesco explicitada com a chefe em 1831.<sup>114</sup> Encontramos vários exemplos como esses quando buscávamos nas listas nominativas informações sobre os nubentes de S. José na década de 1830. Muitos outros podem se suceder. Mas o que importa é deixar a clara indicação de que entre as muitas pessoas que não tiveram suas relações de parentesco indicadas nas listas nominativas, se escondem muitos filhos e filhas dos chefes do fogo.

Tendo essa recomendação em mente, podemos passar à tipologia das estruturas domiciliares na freguesia de S. José. A principal bibliografia na qual nos baseamos trata dos domicílios de São Paulo na época colonial e no século XIX. Basicamente absorvemos as categorias fundamentais que resumiriam as formas de organização familiar na sociedade paulista do século XIX propostas por Eni Samara.<sup>115</sup> Uma diferença importante entre as proposições de Samara e nossa apropriação de sua tipologia reside em que não consideramos que a presença de escravos, agregados ou outros indivíduos não aparentados ao chefe do fogo modifique significativamente a estrutura dos domicílios. Uma unidade em que habitam pais e filhos e outra na qual residem pais, filhos e seus escravos *organizam-se a partir das mesmas relações familiares*, mesmo que a quantidade de escravos supere o tamanho da família. Enquanto Samara está ocupada com o estudo da organização das famílias, nossa preocupação

---

<sup>113</sup> AEDSJDR, Livro de Casamentos, Lv. 27, fl. 62v.

<sup>114</sup> AEDSJDR, Livro de Casamentos, Lv. 27, fl. 39v.

<sup>115</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. A constituição da família na população livre (São Paulo no Século XIX). *Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro: v.4, pp.2135-2158, 1984.

é com as *estruturas domiciliares*, conceito que envolve realidades mais amplas do que o de família, incluindo o fenômeno da agregação e a escravidão.

Segundo Maria Luiza Marcílio podemos pensar a “família” como uma noção abrangente que envolve todo o sistema de relações de parentesco ritual ou sangüíneo no qual o indivíduo está envolvido e que pode inter-relacionar vários fogos ou comunidades. Já o fogo deve ser tomado como a unidade de coresidentes, parentes entre si ou não, cujos membros vivem num mesmo domicílio e sob a autoridade de um chefe.<sup>116</sup> Assim, quando pensamos aqui nas estruturas domiciliares que caracterizaram os fogos, mais do que com a constituição e os tipos de famílias, nos preocupamos com a organização dos grupos domésticos. Estes foram tipificados segundo as seguintes categorias:

- 1) *domicílio singular*: constituído apenas pelo chefe;
- 2) *domicílio desconexo*: aquele no qual não se identificam relações familiares entre o chefe e os outros membros do fogo, como nos fogos habitados pelos chefe e seus escravos ou agregados;
- 3) *domicílio nuclear*: estruturado a partir do matrimônio e/ou da descendência direta (presença de filhos); inclui os fogos em que vivem apenas o casal, o casal e seu(s) filho(s), um dos pais e seu(s) filho(s) podendo ou não aparecer escravos ou agregados;
- 4) *domicílio extenso*: aquele que apresenta parentes ascendentes ou colaterais do chefe ou casal como pai, mãe, irmão, primo, sobrinho e mesmo sogros, podendo ou não ter escravos ou agregados.
- 5) *domicílio sem chefe*: fogos com o chefe ausente.

Junto com essas categorias mais genéricas, apresentamos também classes mais específicas de organização do domicílio. Os resultados seguem na tabela abaixo.

---

<sup>116</sup> MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.64.



tradicionais caracterizar-se-iam por famílias extensas, nas quais várias gerações de um mesmo grupo familiar viveriam sob o governo de um *pater*; mas, à medida em que essas sociedades transformavam-se em urbano-industriais, prevaleceriam as famílias conjugais. No entanto, os estudos de Demografia Histórica e de Antropologia do ocidente rural desmentiram essa teoria.

Segundo Marcílio,

*Tem-se observado, ao contrário, que a família conjugal, composta unicamente pelo pai e/ou mãe e filhos solteiros, tomada como produto da industrialização e da vida urbana, já era predominante em grande parte das sociedades agrícolas tradicionais da cristandade ocidental, antes do século XIX. De resto, a pequena esperança de vida ao nascer, ou em outras palavras, a forte mortalidade que caracterizava a demografia das populações pré-industriais, por si só não possibilitava a predominância de grupos domésticos onde coexistissem três gerações.*<sup>117</sup>

Na freguesia de S. José, nota-se a predominância de fogos que se organizam em torno de relações nucleares de parentesco, os fogos *nucleares* em nossa categorização, que somam mais da metade dos domicílios (57%), tanto em 1795, quanto em 1831. Mas, nessa última data a proporção desse tipo de estrutura domiciliar deve ser maior, tendo em vista que muitos filhos de casais e de homens e de mulheres solteiros ou viúvos não foram mencionados pela fonte, como já indicamos anteriormente.

Semelhante preponderância do domicílio nuclear foi percebido para o termo da cidade de São Paulo por Elizabeth A. Kuznesof, embora nos bairros rurais daquela cidade formas nucleares de organização do fogo fossem ainda mais destacadas do que no aglomerado urbano.<sup>118</sup> De qualquer forma, segundo a autora, a lógica familiar da organização social durante os séculos XVIII e XIX não pode ser reduzida ao domicílio; ela era mais ampla e envolvente, englobando o parentesco ritual, o compartilhamento de um sobrenome e mesmo as relações de proteção e clientelagem. Kuznesof fala em “posição dominante” das relações

---

<sup>117</sup> MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.62.

<sup>118</sup> KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development: São Paulo 1765 to 1836*. Colorado: Westview Press, 1986 (Dellplain Latin American Studies, nº18), pp.154-156, esp. tabelas VI:1 e VI:2.

de parentesco e do lugar central da família “como uma instituição social no Brasil” e, mais importante, mostra que o familismo não estava vinculado à família extensa.<sup>119</sup> A lógica de uma sociedade familiar, portanto, ultrapassava os limites do domicílio e estava mais relacionada a uma forma específica de organização do poder do que à estrutura de moradia.<sup>120</sup>

Embora alta, a proporção de fogos *nucleares* que assinalamos fica aquém do registrado por Maria Luiza Marcílio para a capitania/província de São Paulo nos anos de 1798 e 1828. Nestas datas, Marcílio verifica que os domicílios de família simples – com apenas um núcleo familiar – eram quase 90% dos fogos sem escravos e, em média, 75% dos fogos que possuíam cativos.<sup>121</sup> De alguma forma, a economia dinâmica da freguesia de S. José deve ter oferecido oportunidades de manutenção para um significativo percentual de domicílios cujos membros prescindiam de laços parentais. Em São José, os altos níveis de uso do trabalho escravo devem ter, ao contrário de São Paulo, possibilitado a vários domicílios sustentarem-se sem a presença de um núcleo familiar. Simultaneamente, também serve de explicação o fato de que, segundo Marcílio, a vida na capitania de São Paulo era basicamente caracterizada pela atividade agrícola pouco mercantilizada (pelo menos até o ingresso de cultivos de exportação na década de 1830); nesse contexto econômico a aquisição de escravos era limitada e a dependência de braços familiares fundamental.

---

<sup>119</sup> KUSNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e Grupos de Convívio. Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.9, nº17, pp.37-64, set.1988-fev.1989, p.44. Para Kusnesof, essa forma familiar de ordenamento do mundo marcou o desenvolvimento da maior metrópole brasileira, São Paulo, e era claramente perceptível na década de 1980, quando escrevia. De acordo com ela: “A existência generalizada de ligações pessoais para lidar com problemas em uma sociedade, em geral significará que os esforços para a mobilidade social e conquista de objetivos através de meios impessoais será ineficaz. Assim, a persistência de métodos personalistas de organização no Brasil necessariamente conterà qualquer esforço para criar regras impessoais para tratar de tais assuntos. Com efeito, os brasileiros, na sua maioria, não favorecem tais aplicações impessoais da lei.” Idem, *Ibidem*, p.64.

<sup>120</sup> Ver a discussão sobre o conceito de patriarcalismo empreendida por FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.47-49 e BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX*. Niterói: IFCH/UFF, 2002 (Tese de doutorado), pp.50-54.

<sup>121</sup> MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.102. Ver tabela 19.

Na freguesia de S. José, como discutiremos com mais vagar no item 2.4, o agropastoreio era o setor dinâmico, capaz de agregar a maior parte da força de trabalho livre e escrava, porém, pelo menos um terço dos fogos dedicava-se a atividades de transformação. Ora, parece-nos factível que o artesanato tenha permitido o sustento de uma grande parcela de fogos suscetíveis de se estruturar sem a presença de um núcleo familiar.

A relação entre estruturas domiciliares baseadas na família nuclear e uma economia agrícola parece mais procedente ao observarmos que na freguesia de S. José os fogos singulares sofreram destacada contração entre 1795 e 1831: de um quinto, essa categoria caiu a um décimo dos fogos entre os anos considerados. Acreditamos que o declínio do aglomerado urbano da vila contribuiu para a redução dos fogos singulares ao diminuir o mercado e as oportunidades para os solitários. Ao mesmo tempo, o deslocamento da população da freguesia para o oeste na passagem do século XVIII ao XIX deve ter ampliado a participação do setor agrário na economia local, conquanto não dispomos de dados de ocupação para o século XVIII. Fica a forte sugestão de que a ruralização da freguesia no XIX tenha exigido de seus habitantes cada vez mais o amparo de laços familiares.

Consideramos necessário, após essas considerações, demarcar que os sentidos para a constituição de uma família, o casamento e a geração de filhos, eram mais amplos e iam além da manutenção do fogo/unidade produtiva. Há sentidos sociais importantes ligados à formação de família como a conservação de *status*, a ampliação de laços de pertença, a integração na comunidade que este trabalho abordará em sua última parte. Neste momento, nos são importantes os laços que uniam uma determinada força de trabalho no âmbito do domicílio, o que nos leva a ressaltar os sentidos econômicos da constituição do fogo.

Retornando à tabela 2.2, suas informações sugerem que o conjunto de fogos em que os chefes não mantinham nenhum laço de parentesco com os outros membros do domicílio (a soma das categorias *singulares* mais *desconexos*) sofreu aumento, o que não nos parece

realidade. Esse conjunto abrangia cerca de um terço dos fogos em 1795 e se amplia a mais de 42% em 1831, graças a um inchaço da categoria *desconexo* (que sobe de 12,8% a 31,8% dos fogos). Porém, deve-se notar que o tipo de estrutura domiciliar de fogo desconexo que mais cresce é aquela formada pelo chefe mais pessoa(s) sem relação de parentesco explicitada pela fonte (estrutura “2d” na tabela acima). Como já especulamos, a maior parte dessas pessoas anotadas sem relação de parentesco com chefe no censo de 1831 são crianças, possivelmente filhos dos chefes. Nesse caso, a proporção de domicílios organizados a partir de famílias nucleares deve ter abrangido por volta de três quartos dos domicílios em 1831 (somando “2d” ao total da categoria *nuclear*). Portanto, acreditamos não ser equivocado falar num aumento das estruturas domiciliares organizadas a partir de relações nucleares. Esse aumento sublinha o sentido econômico da formação de uma família no ambiente rural.

Percebemos que os domicílios cujas estruturas puderam ser consideradas como *extensas* por envolver parentes ascendentes e/ou colaterais do chefe também diminuem. Novamente, em razão da ausência sistemática de dados sobre a relação dos indivíduos do fogo com o chefe, irmãos, tios, pais, genros e sogros dos chefes podem ter sido omitidos. Mas, como acreditamos tratar-se de crianças os indivíduos sem relação de parentesco explicitada, a comparação entre os dados de 1795 e os de 1831 torna-se mais segura e a redução dos domicílios extensos mais plausível. A diminuição do conjunto de domicílios em que parentes do chefe coabitam como dependentes aponta que a prosperidade que atingiu S. José no intervalo em tela permitiu que esses sujeitos tivessem oportunidade de empreender seus próprios domicílios.

Outro grupo que diminui sua participação nos domicílios é o dos agregados, que passam a estar presentes em menos fogos na década de 1830 do que em 1795. Esse grupo será melhor discutido algumas páginas a frente, mas muitas das pessoas que o constituíam eram casadas e tinham suas próprias famílias em 1795. Já em 1831, a maior parte dos agregados



registrados é de solteiros e estão presentes em quantidade muito inferior à anotada no fim do século XVIII. A diminuição de agregados como componentes das estruturas domiciliares em S. José, bem como a contração dos fogos coabitados por parentes do chefe sinaliza que esses tipos sociais foram cada vez mais absorvidos por uma sociedade paulatinamente mais nuclear. A ocupação de frentes de expansão no oeste da freguesia e a montagem de unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar provavelmente foram os fatores mais importantes para essa transformação.

Os fogos sem chefe tem presença destacada em 1795, quando 43 unidades foram registrada como habitadas apenas por agregados e/ou escravos. Supomos que se tratassem de unidades produtivas cujos chefes habitavam ou foram registrados como moradores em residências na vila ou nos arraiais. Não nos parece ser o caso de absenteísmo, dadas as pequenas distâncias entre a vila e os arraiais, o que propiciaria uma administração próxima e mesmo um contato cotidiano, mesmo o proprietário não sendo residente na unidade. O fato de que praticamente não são registrados fogos sem chefe na quarta década de XIX sublinha, assim nos parece, que o decréscimo populacional da vila este, de fato, ligado à migração de proprietários que fixam moradia permanente em suas fazendas.<sup>122</sup>

## ***2.2. A força de trabalho escrava em S. José***

A freguesia da vila de S. José permaneceu com uma forte concentração de escravos ao longo do período em tela. O número de domicílios com escravos era bastante alto para o contexto mineiro e não sofreu nenhuma grande alteração: em 1795 os escravos estavam presentes em 50,4% dos fogos, enquanto em 1831 eles aparecem em 40,6%.

---

<sup>122</sup> Como apontou Maria A. A. Campos em seu estudo sobre a vila de São José. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998 (Dissertação de Mestrado).

Tabela 2.3 Distribuição da propriedade de escravos em S. José								
Faixas de posse de escravos	1795				1831			
	<i>N de posses</i>		<i>N de escravos</i>		<i>N de posses</i>		<i>N de escravos*</i>	
1	236	27,28%	236	4,44%	194	22,00%	185	3,22%
2	140	16,18%	286	5,38%	109	12,36%	208	3,61%
3 a 5	239	27,63%	905	17,01%	239	27,10%	811	14,09%
6 a 10	118	13,64%	877	16,48%	175	19,84%	1141	19,83%
11 a 20	83	9,60%	1189	22,35%	105	11,90%	1315	22,85%
21 a 30	26	3,01%	636	11,95%	28	3,17%	609	10,58%
31 a 50	16	1,85%	646	12,14%	19	2,15%	655	11,38%
mais de 51	7	0,81%	545	10,24%	13	1,47%	830	14,42%
Total	865	100,00%	5320	100,00%	882	100,00%	5754	100,00%

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

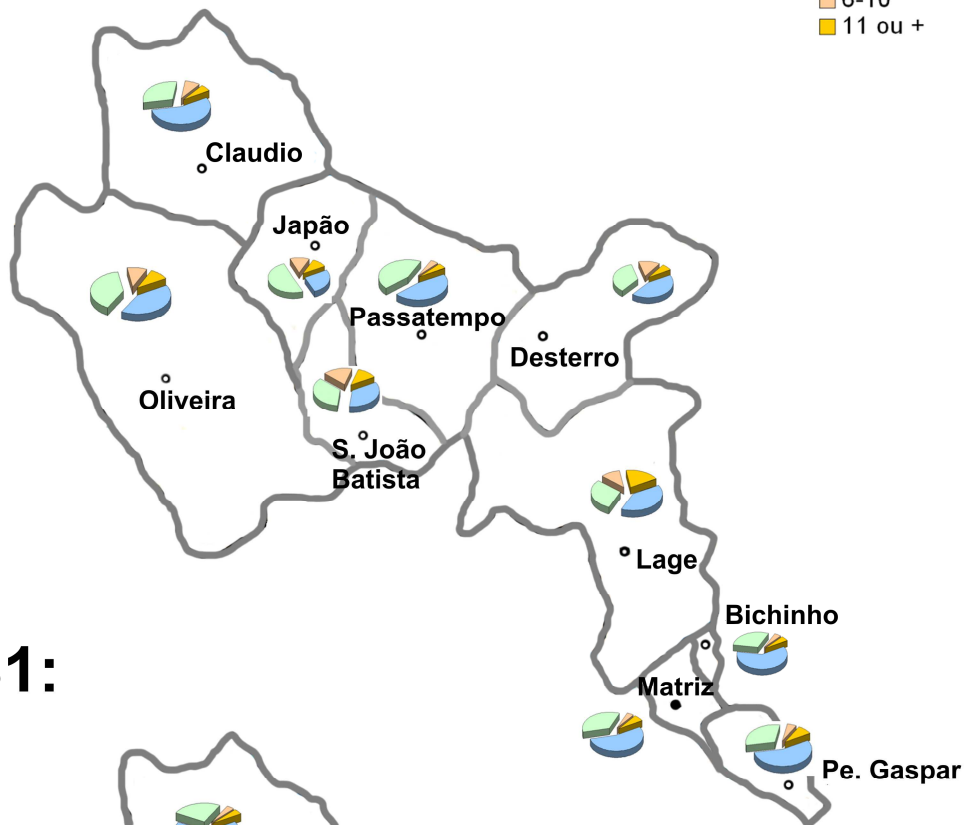
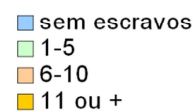
\* Não considerados em 1831 as crianças com menos de sete anos.

Mas, embora pequena, a diminuição do número de fogos com escravos foi acompanhada pela redução de posses com um ou dois escravos, bem como declínio do número de escravos retidos nessas posses, o que sinaliza uma contração na base da pirâmide de proprietários. Nessa direção, verificamos que em 1795, 43,5% das posses tinham 1 ou 2 cativos e reuniam 522 escravos (ou 9,82% da escravaria da freguesia). Três décadas e meia depois, as posses com 1 ou 2 escravos eram 32,4% e reuniam 393 cativos (ou 6,8% da escravaria total). O crescimento da população escrava de S. José nesse período nutriu principalmente posses médias com mais de 5 e menos de 20 escravos – embora as posses com mais de 50 cativos tenham quase dobrado de número (de 7 para 13) e ampliado o plantel retido em 50% (de 545 para 830 escravos).

A figura a seguir ilustra a dinâmica das escravarias no espaço da freguesia. Apesar do crescimento significativo da população escrava nas aplicações orientais da paróquia, a força de trabalho cativa passou a se concentrar em menos mãos. Nota-se que a parcela de fogos sem escravos aumentou em quase toda a freguesia (a única exceção foi a aplicação de Cláudio) e teve ampliação ainda mais destacada no distrito da vila. Do distrito da Lage para o oeste, as propriedades com mais de dez cativos eram um pouco mais frequentes em 1831 do que no final do século XVIII.

Figura 2.2. Distribuição das posses de escravos entre os domicílios das aplicações da freguesia de S. José

**1795:**



**1831:**



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

Já foi afirmado que na primeira metade do século XIX Minas apresentava uma estrutura de posse de escravos mais “democrática” do que em outras áreas escravistas do Império.<sup>123</sup> O exemplo de S. José aponta nesse mesmo sentido,<sup>124</sup> porém, demonstra uma dispersão ainda maior da posse de escravos no final do século XVIII. É provável que o declínio populacional da vila no início do XIX, as dificuldades na importação de escravos novos na virada do XVIII para o XIX e o desenvolvimento da produção mercantil de alimentos juntos contribuíram para a concentração da posse em unidades médias no século XIX. Nesse contexto, a retomada do tráfico nas décadas de 1810 e 1820 deu-se privilegiadamente entre médios e grandes proprietários.

Tão importante quanto conhecer o número de escravos controlados por cada domicílio é seja avaliar a capacidade deste escravo para o trabalho e inferir as possibilidades de utilização do braço escravo para os pequenos produtores. Para realizar uma caracterização da força de trabalho escrava nos fogos de pequenos escravistas até 10 cativos, desagregamos suas escravarias nas seguintes faixas: escravos em idade infantil, até 14 anos; escravos em idade produtiva, entre 15 e 44 anos; escravos idosos, a partir de 45 anos.<sup>125</sup> Lembramos que o *Rol dos Confessados de 1795* exclui as crianças com menos de sete anos e que realizamos esse mesmo corte na população das listas nominativas de 1831, portanto, em ambos os instantes as crianças estão subrepresentadas. De qualquer forma, nosso corte etário despreza a ampla exploração do braço escravo na América que, como avalia Herbert S. Klein, os trabalhadores provavelmente representavam perto de 70 por cento de toda população escrava, o que significava que os idosos e as crianças eram intensamente empregados como mão-de-obra. Essa margem de aproveitamento, coloca as populações de escravos nas plantações do

---

<sup>123</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.77 e segs., baseando-se na comparação da estrutura de posse de escravos em Minas com outras regiões do país.

<sup>124</sup> LIBBY, Douglas C., PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

<sup>125</sup> Seguindo a classificação etária utilizada por Stuart Schwartz SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Novo Mundo entre as mais economicamente ativas em comparação com qualquer outra classe trabalhadora conhecida na história.<sup>126</sup> Em nossa análise, tomando a idade produtiva como o relativamente curto espaço entre os 15 e 44 anos, consideramos perto de 60% dos escravos tanto em 1795, quanto em 1831.

No final do século XVIII, os escravos em idade produtiva chegavam, em alguns casos, a representar mais de 70% da escravaria das pequenas posses. As participações de escravos em idade infantil – feita a ressalva de que o *Rol* exclui crianças com menos de sete anos – é bastante pequena nos fogos com um ou dois escravos, em média 5% dos cativos, mas aumenta progressivamente e fica entre 10% e 15% nas posses de 6 a 10 escravos. Nas grandes escravarias com 30 ou mais escravos a proporção de crianças volta a ser pequena, menos de 10%. Isso sugere que no contexto de dificuldade de importação de escravos na década de 1790, os senhores de um ou dois escravos davam preferência a cativos imediatamente produtivos. A racionalidade do pequeno senhor parece ser a do máximo aproveitamento dessa mão-de-obra, uma vez que a aquisição de um escravo era um grande investimento. O aspecto negativo dessa estratégia é que os escravos em idade avançada acabaram sendo uma parte importante das pequenas escravarias. Existem mais cativos com 45 ou mais anos nas posses de um ou dois escravos do que crianças, o que demonstra a dificuldade desses senhores de renovar seus plantéis.

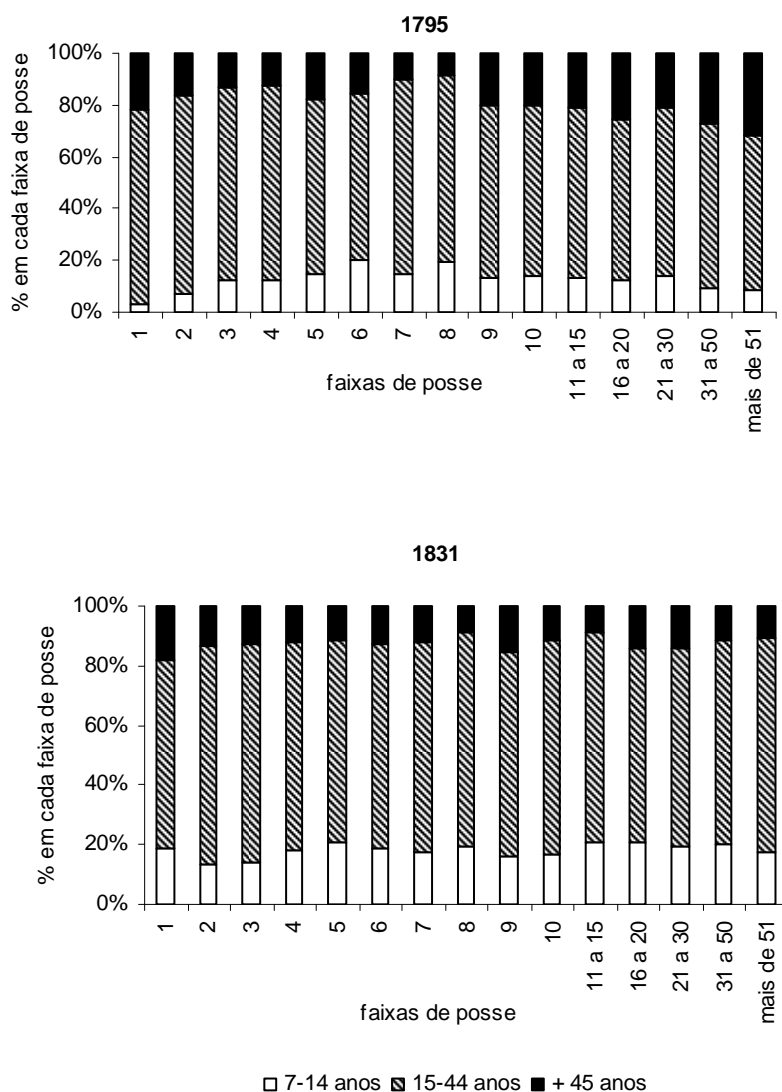
A participação de escravos idosos, entretanto, diminuiu progressivamente até a faixa de oito cativos, para depois ampliar-se, até chegar a mais de um quarto nas posses de 30 a 50 cativos e perto de um terço naquelas com mais de 50. Nos fogos com entre cinco e dez escravos, as crianças cativas eram um percentual importante da escravaria, o que pode ser um resultado da reprodução interna dessa mão-de-obra, reprodução que quase não se vislumbra nas posses com um ou dois escravos apenas.

---

<sup>126</sup> KLEIN, Herbert S.. O tráfico de escravos no Atlântico. (trad. Francisco A. Moura Duarte et al.). Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2004, p.163.

Nos plantéis maiores, o grande percentual de escravos em idade avançada denuncia um período de dificuldades na reposição dessa mão-de-obra. Simultaneamente, a pequena proporção de crianças sugere a seleção de escravos prontamente produtivos, como se verificou para os senhores de um ou dois escravos. A diferença é que os grandes escravistas tinham recursos suficientes para selecionar os escravos produtivos e, nesse sentido, como veremos adiante, selecionavam, sobretudo, homens.

Figura 2.3. Composição das escravarias de S. José – por grupos etários e faixas de posse de escravos



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

No início do século XIX, escravos em idade infantil aparecem, de um modo geral, em proporções mais altas, sempre superiores a percentagem de escravos idosos em todas as faixas

de posse. Nas posses com apenas um escravo, registra-se quase um quinto de cativos com menos de 14 anos, apontando que essas crianças tenham sido separadas dos pais tão logo puderam ter o trabalho utilizado, o que parece ter sido uma prática mais comum no século XIX do que no XVIII.<sup>127</sup>

Passando a analisar o uso da mão-de-obra escrava feminina entre os pequenos produtores, é importante atentar para o que afirma Herbert Klein:

*As mulheres executavam quase as mesmas tarefas manuais dos homens nas plantações da América e, de fato, constituíam a maioria dos muitos grupos de pessoas nos campos de cana-de-açúcar, café e algodão. O uso difundido de mulheres não-especializadas e semi-especializadas em trabalhos manuais urbanos e rurais desmente qualquer preferência declarada por escravos homens. Não apenas as mulheres formavam metade de todos os grupos que capinavam plantavam e colhiam em todas as plantações da América, como também elas estavam bem representadas em todos os setores básicos produtivos dessas atividades de exportação.*<sup>128</sup>

Em resumo, segundo Klein, mulheres escravas eram usadas em qualquer atividade não especializada da mesma forma que homens cativos.<sup>129</sup>

Em relação ao sexo dos escravos de pequenas posses, em 1795, segundo o *Rol*, as escravarias com um ou dois escravos eram formadas predominantemente por homens, que eram mais de 70% dos escravos arrolados nessas posses. Já as escravarias que contavam com 3 a 10 escravos tinham percentuais masculinos um pouco menores, em torno de dois terços, às vezes pouco menos. A partir de 10 escravos percebemos que os fogos maiores e possivelmente com melhores condições de atravessar o período de diminuição nas importações mantinham a maior parte de sua escravaria masculina. Nesses, a participação

---

<sup>127</sup> A análise sobre a separação de crianças escravas dos seus pais nas partilhas dos inventários de proprietários em S. José mostrou que essas separações eram mais comuns nas primeiras décadas do século XIX. 52,5% dos filhos separados estavam na faixa etária inferior a dez anos. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et alli.*. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. 23(37), pp.184-207, jan/jun 2007, pp.195-196.

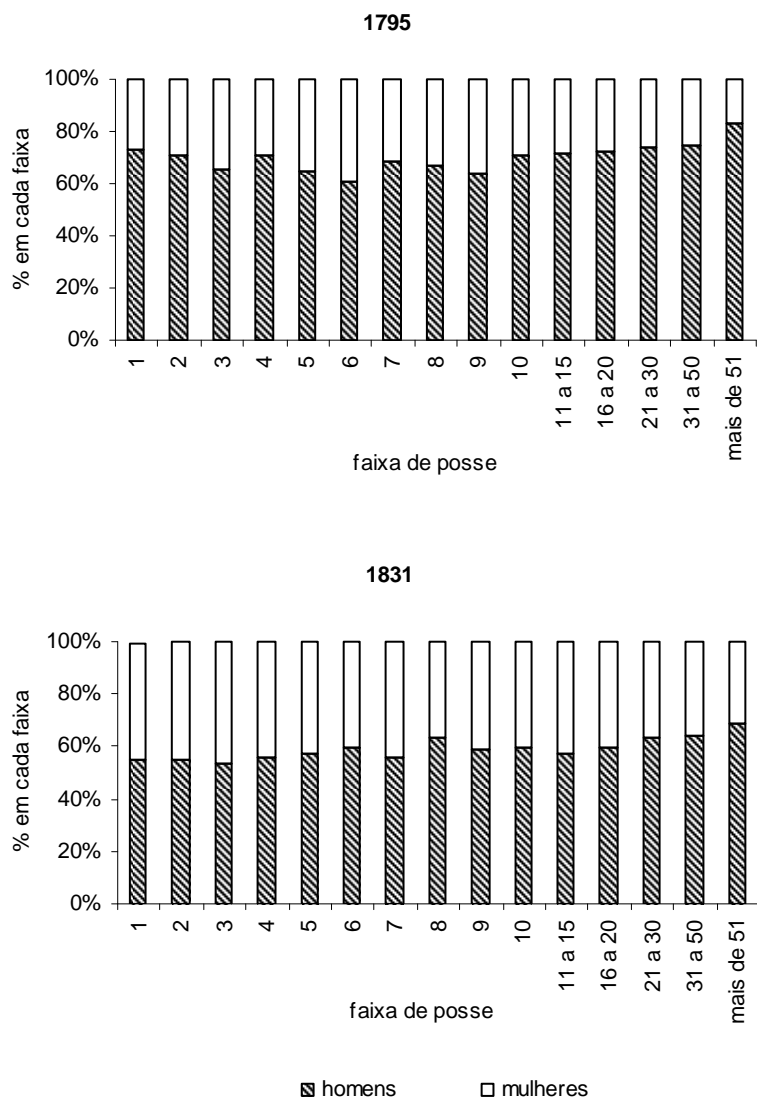
<sup>128</sup> Herbert S. Klein. *O tráfico de escravos no Atlântico*. (trad. Francisco A. Moura Duarte *et al.*). Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2004, p.162.

<sup>129</sup> Idem, *Ibidem*. Ver também as considerações de Klein sobre a oferta africana de escravos e sua preferência em reter as mulheres em KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.166-167.

percentual de mulheres nas escravarias diminui, sendo que elas representam um quarto dos escravos arrolados nos fogos de 21 a 50 cativos, e apenas 16,57% nos acima de 50 escravos.

Em 1831, as mulheres são mais de um terço da mão-de-obra escrava disponível em todas as faixas de posse consideradas, sendo sua participação percentual declinante na medida em que se amplia o número de escravos possuídos. Nos fogos com um, dois ou três escravos, 45% dos cativos são mulheres. Estas são dois quintos dos cativos nas faixas até 20 escravos, declinando para menos de um terço nas grandes escravarias com mais de 50 escravos.

**Figura 2.4. Composição das escravarias de S. José – por sexo e faixa de posse de escravos**



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.



O emprego da mão-de-obra feminina nas pequenas posses aponta uma estratégia produtiva que visava, dada a dificuldade de acesso ao cativo novo e masculino, complementar o trabalho da família com uma mão-de-obra auxiliar o mais polivalente possível. Carlos Bacellar avalia que a alta presença de mulheres escravas nos domicílios sorocabanos era resultado do seu baixo preço em relação ao escravo masculino e de uma maior versatilidade de seu uso. De acordo com ele, “muito provavelmente, as cativas eram utilizadas de forma complementar seja na lavoura, seja nas atividades de ganho, dentro de um ambiente doméstico onde a falta de recursos não permitiria a alocação de um escravo em uma única esfera do trabalho”.<sup>130</sup> Assim, nos intervalos das atividades da lavoura em pequena escala, a escrava poderia trabalhar em atividades manuais ligadas ao universo feminino, como a costura e fiação.

A versatilidade da mão-de-obra feminina, que tornava a escrava atrativa para o pequeno produtor sorocabano, parece importante para explicar a composição das pequenas escravarias de S. José. Uma amostra dos inventários da vila de S. José distribuídos entre 1780 e 1840 mostra que em 57 inventários de produtores com 1 ou 2 escravos, metade possuía teares e/ou rodas de fiar denunciando atividades têxteis, costumeiramente exercidas por mulheres. Mais amplamente, 287 inventários com propriedades entre 1 e 10 escravos apresentam teares ou rodas de fiar em 45%. A mão-de-obra escrava feminina empregada nessas posses certamente trabalhava na fiação e/ou tecelagem e em outras atividades produtivas no interior da unidade.

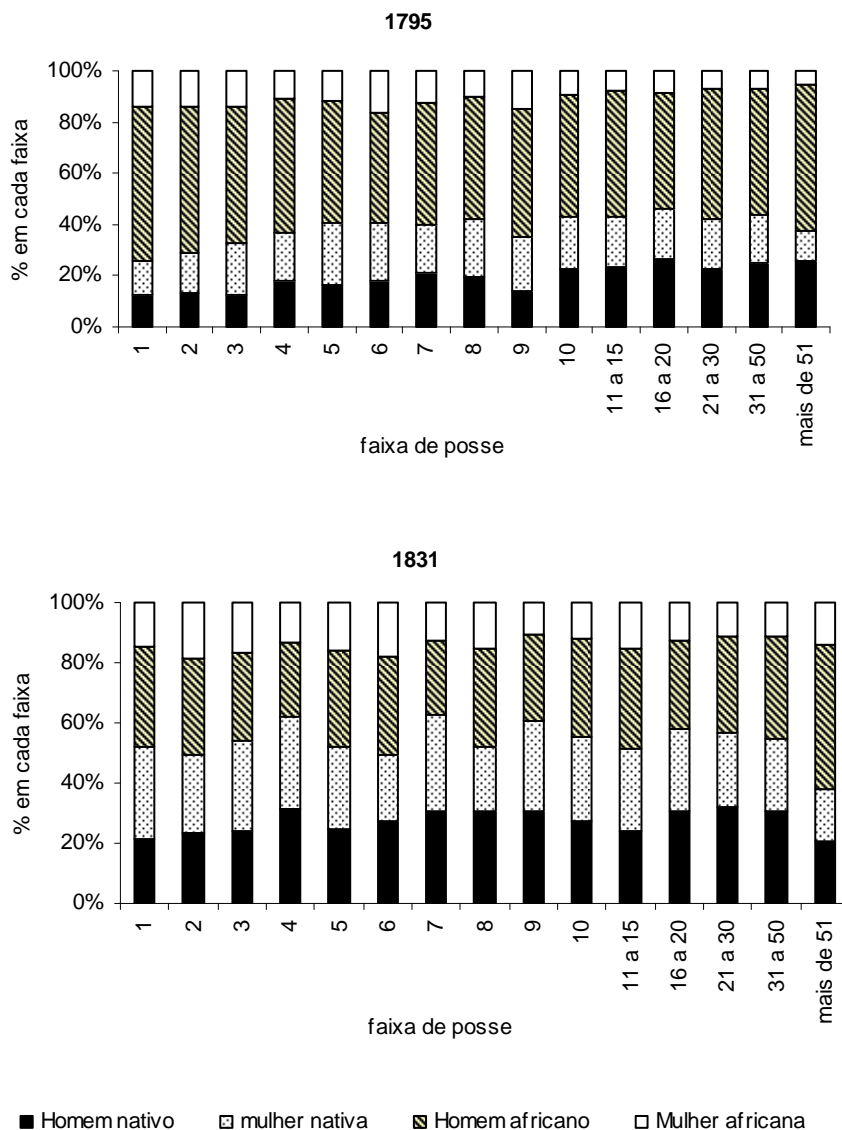
A população escrava de S. José torna-se claramente mais feminina no século XIX. As razões para esse fenômeno podem ser encontradas no aumento do setor nativo entre os escravos, parcela que apresentava maior equilíbrio sexual, e na importação de escravas

---

<sup>130</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p.147.

africanas, como mostra a composição das escravarias sanjoseenses por origem apresentada nas figuras a seguir.

Figura 2.5. Composição das escravarias de S. José – por sexo, origem e faixa de posse de escravos.



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

Apesar da conjuntura de queda na importação de escravos, em 1795 os homens africanos ainda formavam a maior parte dos escravos retidos em todas as faixas de posse. São mais da metade dos escravos nas pequenas posses com um a quatro escravos. Nas escravarias com 5 a 20 cativos, os homens africanos diminuem sua proporção para, mais ou menos, 45% do plantel, mas voltam a mais de 50% nas faixas de posse maiores, com mais de 21 cativos.

Em seguida, a segunda maior proporção é de homens nativos da colônia, seguidos de perto pelas mulheres de mesma origem. Os escravos masculinos nascidos na colônia são mais comuns nas escravarias com mais de 10 cativos. Já as mulheres nativas aparecem com maior importância nas posses com de 5 a 9 cativos. As mulheres africanas são o menor grupo e estão melhor representadas nas faixas de posse que vão de cinco a dez escravos.

É possível que as unidades maiores absorvessem escravos nativos e em idade produtiva daquelas menores. Essa hipótese explica a grande concentração de homens nativos nas posses com mais de 10 escravos e, ao contrário, a grande presença de mulheres nativas nas posses com entre 5 e 10 cativos. Sendo o homem escravo mais valorizado, a venda de um “crioulo” poderia ser uma forma de capitalização para as unidades pequenas.

Em 1831 têm-se escravarias com maior equilíbrio quanto ao sexo e origem dos escravos. Africanos seguidos de homens e mulheres nascidos na colônia aparecem em percentuais bastante semelhantes, embora as “peças” africanas e masculinas predominem. Os homens africanos, apesar de compor mais de um quinto dos escravos retidos em cada faixa de posse considerada, são mais representativos nas posses com mais de dez cativos, demonstrando a maior capacidade destas unidades em comprar trabalhadores. Porém, a disseminação de escravos africanos, homens e mulheres, pelas pequenas posses em 1831 sugere que os pequenos senhores não estivessem apartados do tráfico, embora não participassem dele de forma privilegiada.

Contudo, o aumento do percentual de mulheres entre os escravos retidos em pequenas posses acena para dificuldades de manutenção de planteis masculinos – mais caros – por parte dos pequenos produtores.

Já adiantamos que no século XIX houve uma retomada do tráfico que, conjugada à produção interna da mão-de-obra escrava, foi responsável por uma sensível renovação das escravarias sanjoseenses. A análise destas escravarias por faixas de posse desagregadas, no

entanto, mostra particularidades importantes envolvidas nessa tendência geral e, sobretudo, permite observar com mais cuidado como a conjuntura do tráfico reverberou nas pequenas posses. Os senhores de poucos escravos, um ou dois somente, diminuíram proporcionalmente na passagem do século XVIII para o XIX. Também diminuiu a quantidade de escravos que eles controlavam. Eles tinham cativos mais velhos no final do século XVIII e mais femininos no XIX. Porém, a força de trabalho feminina alocada nas pequenas produções em 1831 era adequada à lógica de diversificação da produção familiar empreendida pelos pequenos proprietários. A significativa presença de infantes nessas propriedades pode ser resultado da reprodução natural dessa força de trabalho. Por outro lado, a presença de escravos idosos sugere que a capacidade mercantil dos donos de poucos escravos fosse reduzida de tal forma que eles não conseguiram passar do primeiro, ou segundo cativo, e os mantiveram até o fim de suas vidas.

### **2.3. Os agregados**

No final do século XVIII os agregados somavam 512 pessoas na freguesia de S. José, o que equivale a 4,7% da população, um número quase dez vezes inferior ao de escravos. Esse cenário é contrastante ao delineado, por exemplo, para a vila de Itu, onde Eni Samara demonstra que em 1785 os agregados chegam a 9,1% da população. Essa defasagem pode ser explicada pela baixa difusão da mão-de-obra escrava na região paulista, se a compararmos com a vila de São José: em Itu, os escravos representavam 25,1% da população no período, enquanto que em São José esse número chega a 48,17% no fim do século XVIII.<sup>131</sup>

Em 1831 o número de agregados registrados na freguesia de S. José foi muito menor, apenas 138 pessoas. Sabendo que a população da freguesia aumentou nesse período, podemos

---

<sup>131</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005. Ver LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A.. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000..

pensar em duas hipóteses para explicar a diminuição do número de agregados. A primeira é que o *status* de agregado de boa parte da população tenha sido omitido. Como já discutimos, existiu uma grande omissão dos laços entre os moradores do fogo e seu chefe no censo de 1831 que talvez acobertem a presença de agregados.

Porém, nos distritos de Pe. Gaspar e Japão a omissão do dado de relação com o chefe do fogo foi baixo, apenas algo em torno de 2% da população registrada em cada um desses distritos não teve seu parentesco como o chefe do fogo descrito. Nesses lugares a contagem do *Rol de 1795* registrou 62 agregados, 20 em Pe. Gaspar e 42 no Japão. Na contagem de 1831 o número de agregados caiu para 40, 16 em Pe. Gaspar e 24 no Japão. Assim, apesar da possibilidade de que os agregados estivessem subrepresentados nas listas nominativas de 1831, pode-se sugerir que houve queda real no número dessa mão-de-obra entre 1795 e 1831. Em Pe. Gaspar e Japão a diminuição registrada é da ordem de um terço, provavelmente uma cifra mais real do que a comparação entre os dados brutos do *Rol* e das listas.

Admitindo-se que o número de agregados tenha *efetivamente* diminuído no período, e não sido apenas subcontados, nos parece aceitável supor que sua redução possa estar relacionada às conjunturas do tráfico de escravos. Com a diminuição da entrada de escravos novos na freguesia no final do século XVIII e a conseqüente dificuldade de renovação dos plantéis, a utilização de agregados parece ter sido um recurso interessante. A retomada do tráfico no século XIX proveria novamente o escravismo com peças novas e tornaria o trabalho do agregado menos atraente.

De acordo com Maria Luiza Marcílio, a presença de agregados na sociedade rural paulista esteve relacionada à necessidade de mão-de-obra dos fogos. De acordo com ela:

*... o costume de se aceitarem os chamados "agregados", parentes ou não dentro dos agrupamentos domésticos foi a maneira encontrada pela sociedade para complementar a diminuta força de trabalho familiar e a estrutura da população livre com baixa razão de masculinidade nas idades*

*adultas. Os fogos de famílias de maiores recursos recorriam à importação da mão-de-obra escrava, de preferência adulta e masculina.*<sup>132</sup>

Também em S. José o agregado aparece como alguém capaz de contribuir com o seu trabalho para o domicílio em que vive. A análise da idade dessas pessoas mostra que a maioria delas estava numa fase ainda bastante produtiva de suas vidas. Em 1795, 62% dos agregados tinha entre 15 e 45 anos, 12% eram crianças entre 7 e 14 anos e um quarto ingressava na velhice.<sup>133</sup> Em 1831, as proporções são semelhantes: dois terços dos agregados estavam em idade produtiva, 11% eram crianças e 22% pessoas mais velhas. Mais uma vez é bom afirmar que crianças a partir de uma certa idade e velhos ainda saudáveis não eram desocupados nas unidades produtivas de base familiar; existiam uma gama de tarefas que eles poderiam executar e que auxiliavam na manutenção da casa e/ou ofereciam suporte à atividade principal. Assim, cuidar da horta, olhar as crianças, administrar a cozinha, preparar os alimentos eram atividades fundamentais para o funcionamento do domicílio e nas quais crianças e pessoas maduras poderiam ser empregues.

Mas, apesar da caracterização do agregado como mão-de-obra complementar, o estatuto do agregado na sociedade escravista é confuso. Pessoas de toda condição, origem e situação conjugal aparecem como agregados. Por exemplo, o português Gervásio Pereira de Alvim, próspero fazendeiro e patriarca de uma linhagem de grandes comerciantes do distrito da Lage, era agregado no fogo de sua sogra em 1795. Nesse mesmo fogo habitavam João Rodrigues de Abreu e José Joaquim Rodrigues com suas esposas, todos pardos forros e sem nenhuma relação de parentesco dada a conhecer com o chefe do domicílio. Agregadas em outros domicílios, figuravam em 1795 a negra mina Helena Moreira e a crioula Quitéria de Moura e Silva, ambas escravas em semi-liberdade, isto é, quartadas.

---

<sup>132</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.107.

<sup>133</sup> Nesse ano, sete pessoas a idade não foi informada, por isso as porcentagens não somam 100.

Também Eni Sâmara, em seu clássico estudo sobre os agregados, reconhece a multiplicidade de sujeitos que eram assim designados. Segundo ela o agregado podia ser parente ou protegido, algumas vezes doente, idoso e dependente da família, ou, ainda, abrigados pela caridade alheia, como mendigos ou crianças, estas eram educadas e prestavam pequenos auxílios ao dono do lar.<sup>134</sup>

Parece-nos bastante provável que indivíduos designados como agregados tivessem outras relações com o chefe do fogo. Por exemplo, segundo o *Rol dos Confessados*, no domicílio da viúva Helena Gurgel do Amaral, Manoel Benfica de 34 anos aparece como agregado, mas no inventário de Helena, aberto em 1796, Manoel é listado como filho.<sup>135</sup> Ao todo, o *Rol dos Confessados de 1795* apresenta 17 pessoas que tinham algum laço de parentesco dado a conhecer com o chefe do fogo e eram, simultaneamente, designados como agregados em seu domicílio. Nesses casos, que representam apenas 3,3% dos agregados, levamos em consideração apenas o vínculo de parentesco.

Finalmente, casos que parecem perverter a noção de que os agregados eram um grupo subalterno, percebemos alguns agregados mais prósperos do que a família que os agrega. A mina forra Úrsula Martins, por exemplo, era a única proprietária de escravos do fogo em que vivia agregada. Da mesma forma, a agregada Josefa Inácia, branca de 62 anos, era a dona dos cinco escravos que existiam no fogo em que vivia.

Mas o termo agregado podia ir além do que os censos mostram e envolver pessoas que não habitavam o mesmo teto do chefe do fogo. É o caso do trabalhador que, com a permissão do proprietário, cultivava para si em terra alheia, constituindo, dessa forma, um outro domicílio.<sup>136</sup> Embora esse sentido específico do agregado não possa ser percebido nem pelo

---

<sup>134</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.

<sup>135</sup> AHET II - IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* AMARAL, Helena Gurgel do. Cx. c02, 1796.

<sup>136</sup> Seria o típico agregado encontrado na documentação judicial consultada por MOTTA, Márcia Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, esp. capítulo 2. Segundo Hebe Maria Mattos, “Os

*Rol dos Confessados*, nem pelas listas nominativas, trata-se de um arranjo que parecia ser comum em S. José no período em tela. O fato de que as grandes unidades produtivas, em geral, tinham mais terras do que sua capacidade de produção,<sup>137</sup> tornava comum que proprietários instalassem agregados nas franjas de suas propriedades. Isso poderia assegurar a posse da terra no caso de algum litígio com os vizinhos,<sup>138</sup> além de garantir o agregado como mais um dependente.

Uma pista importante que sinaliza nesse sentido vem de uma disputa de terras datada de 1794. No processo Mariana Páscoa da Fonseca move ação contra o Alferes Domingos Gonçalves Lopes devido à derrubada de uma cerca pelo réu na região em que suas terras confrontavam com as da denunciante. Entre as testemunhas convocadas pelo Alferes Domingos Lopes várias delas no processo são definidas como agregadas. No entanto, o *Rol dos Confessados* apresenta essas testemunhas como chefes de fogos independentes, ou seja, são listadas como cabeças de seus domicílios e não agregados em terras de outras pessoas.<sup>139</sup> A caracterização de um produtor independente como agregado, nesse sentido, dependeu dos interesses do proprietário das terras nas quais esse produtor tinha sua roça.

Outros indícios de agregados que vivem em domicílio independente do fogo do proprietário das terras vêm de meio século após o citado processo de força nova: tratam-se de dois processos crime, um instaurado em 1843 no distrito do Bichinho, outro aberto em 1866 no distrito de Sta. Rita do Rio Abaixo. No primeiro, a agregada Ana Joaquina de Faria, mulher solteira, acusava o dono das terras onde tinha seu fogo e roçado, José Antônio de

---

dependentes livres, identificados como agregados, habitavam, em sua maioria, construções separadas no interior das grandes propriedades”. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>137</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado), p.168.

<sup>138</sup> Conforme Márcia Motta, as intenções do proprietário poderiam ser frustradas se o agregado resolvesse assumir aquela posse como sua propriedade. MOTTA, Márcia Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>139</sup> AHET II, IPHAN/SJDR – Processo de Força Nova, FN, Cx.001, 1794, S. José. FONSECA, Mariana Pascoa da.



Marcelhas, pardo e casado, de furto e dano.<sup>140</sup> Após ter convidado sua agregada para a “consumação de atos libidinosos” e ser rejeitado, José Marcelhas, em companhia de um homem preto, invadiu-lhe a casa e, não a encontrando, rasgou suas roupas e destruiu outros trastes; levou consigo instrumentos de trabalho, meadas de fios e algumas galinhas; arruinou seu roçado o quanto pode e soltou os porcos para que terminassem a devastação. Antes que o processo corresse, Marcelhas e sua agregada Ana Joaquina concordaram em um termo de bem viver em que o acusado se comprometia a restituir os prejuízos causados.

Esse caso passional apresenta elementos interessantes para pensarmos nas condições de vida de um agregado. Ana Joaquina não tinha escravos e vivia apenas na companhia de sua mãe idosa. Mas apesar da capacidade de trabalho reduzida de seu domicílio, havia ali uma unidade produtiva diversificada que empregava seus poucos recursos na criação de pequenos animais – galinhas e porcos –, no artesanato com algodão – a fiação – e no cultivo de hortaliças e milho. Além dessa contribuição, o processo mostra que existiam limites nas relações entre o proprietário das terras e o agregado, isto é, o homem livre não-proprietário não vivia completamente à mercê do senhor de terras. Em última instância, havia o recurso à justiça.<sup>141</sup>

No ano de 1866 no distrito de Santa Rita do Rio Abaixo,<sup>142</sup> Bonifácio Ribeiro da Silva, então com mais de 60 anos, foi agredido a pauladas na cabeça por seu agregado, o pardo Gabriel José de Resende.<sup>143</sup> Entre os dois envolvidos não havia nenhuma relação de parentesco, tampouco habitavam o mesmo fogo. Mas, Bonifácio tinha mais terra do que era

---

<sup>140</sup> AHET II, IPHAN/SJDR – Processo Crime 50/04-06, MARCELLAR, José Antônio; FARIA, Anna Joaquina de.

<sup>141</sup> Como mostra Ivan de Andrade Vellasco, ao longo do século XIX o aparelho judicial do Império expandiu-se e procurou envolver (seduzir) mesmo os setores pobres da sociedade brasileira. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. Bauru/São Paulo: Edusc/ANPOCS, 2004. Ver item “A clientela da ordem”, pp.199-215.

<sup>142</sup> O distrito de Santa Rita do Rio Abaixo, atual Ritópolis, estava sob a administração civil do termo da vila de São José, mas fazia parte da freguesia de São João del Rei. Portanto, está fora do nosso recorte espacial, o que, acreditamos, não invalida o caso aludido, uma vez que as características sócio-econômicas em todo o termo da vila eram muito semelhantes.

<sup>143</sup> AHET II, IPHAN/SJDR – Processo Crime 401/25-04, 1866, S. José REZENDE, Gabriel José de; SILVA, Bonifácio Ribeiro da.

capaz de cultivar – era idoso, não possuía escravos e toda sua prole, exceto um garoto de doze anos, era feminina – e, além disso, quase tudo o que produzia era consumido pelo grupo familiar. Gabriel, que também era casado e tinha filhos pequenos, pediu uma parte das terras de Bonifácio para fazer uma roça de feijão e auxiliar no tratamento de sua família. Bonifácio cedeu a esse pedido e quase todos os dias Gabriel aparecia nas terras de Bonifácio para cuidar da plantação. O arranjo entre os dois personagens era baseado apenas no uso da terra e nada ao longo do processo crime dá a entender que desandou por dúvida ou disputa sobre esse uso. Na verdade a contenda entre Gabriel e Bonifácio teria sido causada pela ousadia de o agregado tentar seduzir uma das filhas do dono das terras. O processo, que termina com a fuga e desaparecimento do agregado-agressor, também menciona uma tentativa de aborto de uma das filhas de Bonifácio, gravidez que fora atribuída a Gabriel. A relação entre este e uma das filhas de Bonifácio acena um conjunto de relações mais complexo do que o simples domínio do dono das terras sobre o agregado, especialmente nesse caso, em que senhor de terras parece ser tão pobre quanto o agregado.

Para as análises sobre os agregados que apresentamos a seguir, nos restringimos aos dados que o *Rol dos Confessados* e as listas nominativas oferecem. Nessas fontes, o agregado aparece como um trabalhador disponível *no domicílio* do chefe.<sup>144</sup> O agregado que visualizamos através dos censos se assemelha muito à categoria de doméstico percebida por Bert Barickman em listas nominativas do recôncavo baiano. Segundo Barickman, esses trabalhadores,

*faziam parte da unidade doméstica formada pelo chefe do fogo e sua família; viviam juntos com o chefe e seus familiares sob o mesmo teto; pelo menos nos fogos mais pobres, certamente participavam das refeições da família; e, muitas vezes, o tipo de trabalho que faziam devia ser o mesmo realizado pelos membros da família. [...] Portanto, seria razoável argumentar que os*

---

<sup>144</sup> BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.220-221.

*agregados e domésticos serviam para aumentar o ‘fundo comum’ de mão-de-obra familiar disponível na unidade doméstica.*

Tendo isso em vista, empreendemos a caracterização desse trabalhador e dos domicílios que habitava.

Os dados apresentados pelo Rol dos Confessados são mais confiáveis pelo número de agregados registrados e pela maior disponibilidade de informações sobre essas pessoas. Na data do Rol verifica-se um relativo equilíbrio de sexo entre os agregados, com uma pequena vantagem dos homens que somavam 55,3%. Ao contrário, em Itu foi observado que as mulheres agregadas eram mais numerosas que os homens em razão da mobilidade dos mesmos em busca de novas oportunidades e meios de vida.

Tabela 2.4						
Sexo e Condição dos agregados em 1795						
	homem		mulher		Total	
livre	150	<b>53,00%</b>	102	<b>44,54%</b>	252	<b>49,22%</b>
escravo	3	<b>1,06%</b>	0	<b>0,00%</b>	3	<b>0,59%</b>
forro	129	<b>45,58%</b>	124	<b>54,15%</b>	253	<b>49,41%</b>
quartado	1	<b>0,35%</b>	3	<b>1,31%</b>	4	<b>0,78%</b>
Total	283	<b>100,00%</b>	229	<b>100,00%</b>	512	<b>100,00%</b>

Fonte: Rol dos Confessados de 1795

Quanto à condição, no ano de 1795 também existe equilíbrio entre o número de livres e de forros. No entanto, entre os homens, os indivíduos livres eram a maioria, enquanto entre as mulheres predominavam ligeiramente as forras. Embora não haja nenhuma informação nesse sentido nas páginas do *Rol*, é bastante plausível que alguns desses indivíduos forros sejam ex-escravos que passaram a viver sob a órbita de seus senhores. No caso das mulheres, se considerarmos as possibilidades de intercursos sexuais entre escravas e seus senhores – que gerariam alforrias prioritariamente para mulheres entre os escravos e um grande grupo de indivíduos miscigenados<sup>145</sup> – a possibilidade de que ex-escravas optassem por permanecer como agregadas nos fogos de seus ex-senhores parece ainda mais provável. Um fato que

<sup>145</sup> Conf. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

amplia essas probabilidades aventadas é a presença de quartados entre os agregados. Estes escravos em processo de obtenção da alforria nem sempre abandonavam o domicílio de seus senhores.<sup>146</sup>

A análise do estado conjugal dos agregados revela que há uma predominância do estado de solteiro sobre o de casado. Livres e forros apresentam taxas de solteiros quase idênticas, mas para os alforriados, em especial, nota-se uma considerável discrepância do índice apresentado em relação às taxas de casados e viúvos da população forra em geral. Libby e Paiva calculam que entre a população livre cerca de 35% era casada ou viúva e entre os forros perto de 54% eram casados ou viúvos. Para esse último grupo, a alta percentagem de indivíduos casados demonstra a importância do matrimônio como estratégia para a conquista da liberdade entre os escravos.<sup>147</sup> É possível que a posição de agregado dificultasse a formação de uma família em bases estáveis, o que, para Eni Samara, justifica a posição fluida desse personagem na organização social.<sup>148</sup> Outra hipótese, que não exclui a primeira, é que o forro só obteria sua alforria em idade avançada o que também o dificultaria conseguir um casamento.

Tabela 2.5 Estado conjugal dos agregados em 1795							
	livre		forro		quartado		Total
s/i	7	<b>2,78%</b>	6	<b>2,37%</b>	1	<b>25,00%</b>	14 <b>2,73%</b>
solteiro	171	<b>67,86%</b>	177	<b>69,96%</b>	2	<b>50,00%</b>	353 <b>68,95%</b>
casado	59	<b>23,41%</b>	55	<b>21,74%</b>	1	<b>25,00%</b>	115 <b>22,46%</b>
viúvo	15	<b>5,95%</b>	15	<b>5,93%</b>	0	<b>0,00%</b>	30 <b>5,86%</b>
Total	252	<b>100,00%</b>	253	<b>100,00%</b>	4	<b>100,00%</b>	512 <b>100,00%</b>

Fontes: Rol dos Confessados de 1795

Para 1831 há um equilíbrio ainda maior de sexo entre os agregados: são registrados 69 homens e 69 mulheres. As análises de condição e casamento nessa data ficam prejudicadas

<sup>146</sup> Muito embora tenham sido registrados vários quartados vivendo em fogos independentes em 1795 segundo LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.17, n.1/2, pp.7-46, jan./dez. 2000.

<sup>147</sup> Idem Ibidem.

<sup>148</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.

devido à ausência dessas informações. Cerca de 73% dos agregados em 1831 não tiveram sua condição registrada. Entre os que possuíam essa informação, 29 eram livres, 2 forros e 6 escravos. Quanto ao estado conjugal, tal qual em 1795, há predomínio de solteiros, metade do grupo, enquanto 20,5% eram casados ou viúvos; para as demais pessoas não existe informação sobre estado conjugal.

O caráter complementar do braço agregado fica mais patente quando verificamos que eles estavam mais presentes em fogos com poucos escravos e, geralmente, em pequeno número. Em S. José os agregados recenseados no ano de 1795 estavam distribuídos em 268 domicílios, sendo que em mais da metade deles (55,6%) havia apenas um agregado.

n de agregados	Fogos	%
1	149	55,60%
2	68	25,37%
3	24	8,96%
4	11	4,10%
5	4	1,49%
6	7	2,61%
7	1	0,37%
8	2	0,75%
10	2	0,75%
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Rol dos Confessados de 1795

A relação entre o número de escravos e a distribuição dos agregados por fogo em 1795 revela que mais da metade (59%) dos agregados vivia em fogos com poucos ou nenhum cativo.

faixas de posse de escravos	agregados		fogos com agregados	
	agregados	%	fogos com agregados	%
0	110	<b>21,48</b>	67	<b>25,0</b>
1 e 2	88	<b>17,19</b>	57	<b>21,3</b>
3 a 10	167	<b>32,61</b>	86	<b>32,1</b>
11 ou +	147	<b>28,72</b>	58	<b>21,6</b>
<b>Total</b>	<b>512</b>	<b>100</b>	<b>268</b>	<b>100</b>

Fontes: Rol dos Confessados de 1795

No ano de 1831 a situação não era muito diferente: os 138 agregados encontravam-se distribuídos em 81 fogos, sendo que 79% deles tinham um ou dois agregados. Nesse ano, a maior parte dos agregados registrados (58,2%) vivia em fogos sem escravos. Esses fogos sem escravos eram a maioria dos fogos com agregados, 58% deles. Assim, no século XIX os agregados aparecem ainda mais concentrados nos fogos sem a presença de escravos.

n de agregados	Fogos	%
1	41	<b>50,62%</b>
2	23	<b>28,40%</b>
3	9	<b>11,11%</b>
4	5	<b>6,17%</b>
5	2	<b>2,47%</b>
9	1	<b>1,23%</b>
Total	81	<b>100,00%</b>

Fontes: Listas Nominativas de 1831. Não consideradas as crianças com menos de sete anos.

faixas de posse de escravos	agregados	%	Fogos com agregados	
				%
0	78	<b>56,5</b>	47	<b>58,0</b>
1 e 2	16	<b>11,6</b>	9	<b>11,1</b>
3 a 10	24	<b>17,4</b>	15	<b>18,5</b>
11 ou +	20	<b>14,5</b>	10	<b>12,4</b>
Total	138	<b>100</b>	81	<b>100</b>

Fontes: Listas Nominativas de 1831. Não consideradas as crianças com menos de sete anos.

Quanto aos fogos em que esses agregados viviam, temos que em 1795, 184 dos 258 (71,3%) chefes de domicílio com agregados eram homens. Entre as mulheres chefes de fogo verifica-se ligeiro predomínio das livres e uma expressiva participação das forras. No cômputo geral, três quartos dos homens que chefiavam fogos com agregados eram casados, mas entre os livres a participação dos solteiros era maior, 26%. Entre as mulheres, as viúvas eram mais comuns entre as livres e, entre as forras, praticamente empatavam em proporção com as solteiras.

Estado	homem			mulher		
	livre	forro	Total	Livre	forro	Total
solteiro	36	5	41	9	16	25
casado	96	41	137	5	3	8
viúvo	5	1	6	26	15	41
Total	137	47	184	40	34	74

Fontes: Rol dos Confessados de 1795

Passando aos dados de 1831, novamente os chefes de fogos que contêm agregados são homens e, embora o número desses domicílios seja bem menor, o comando masculino mantém certa proporcionalidade com os dados do fim do século XVIII: os homens são 67,5% dos chefes de fogos com agregados. A análise da condição desses chefes de fogo é prejudicada pela ausência dessa informação. Quanto ao estado conjugal, os homens são, na maioria casados, 61,1%, embora a participação de solteiros – pouco mais de um quarto – seja expressiva. Já as mulheres são, em dois terços dos casos, solteiras e o restante viúvas.

	homem		mulher	
	absoluto	porcentagem	absoluto	porcentagem
solteiro	14	<b>25,93%</b>	17	<b>65,38%</b>
casado	33	<b>61,11%</b>	-	<b>0,00%</b>
viúvo	6	<b>11,11%</b>	9	<b>34,62%</b>
Total	54	<b>100,00%</b>	26	<b>100,00%</b>

Fontes: Listas Nominativas de 1831. Não considerado um homem sem informação de condição

#### **2.4. A estrutura ocupacional em 1831**

Apenas para o ano de 1831 há dados sobre as ocupações dos habitantes da freguesia de S. José. Tais ocupações foram agrupadas em ramos e setores de ocupação e podem ser vistas no Quadro 01 a seguir. A obra de referência para essa organização foi o *Transformação e Trabalho* de Douglas Libby.<sup>149</sup> A maior dificuldade foi lidar com as pessoas que possuíam mais de uma ocupação e, nesses poucos casos, optamos arbitrariamente por apenas uma delas. Contra a tentação de dividir as ocupações nos clássicos três setores da economia, ficamos atentos à advertência de Douglas Libby, para quem, “ao se insistir na utilização de tal instrumento classificatório, corre-se o risco de cometer o pecado de análise anacrônica, assim encobrando a realidade histórica em mira”.<sup>150</sup> Maria Luiza Marcílio, embora empregue a divisão por setores das ocupações do passado em seus trabalhos, lembra que “uma das características das sociedades agrícolas pré-industriais reside na maior interpenetração de atividades econômicas e na menor nitidez na divisão de trabalho”.<sup>151</sup> O setor de Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários ilustra bem os problemas de uma divisão por setores econômicos. Os chefes de fogo nesse setor possuíam quase 4% de todos os escravos em idade produtiva da freguesia e empregavam trabalhadores livres e cativos na agricultura, pecuária, artesanato em tecidos e outras atividades de transformação (ver tabela 2.14, a seguir). Dessa forma, é temerário enquadrar esses casos num artificial setor terciário da economia.

---

<sup>149</sup> Copiei o quadro 01 às pp.37-38, com poucas modificações. LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>150</sup> Idem, *Ibidem*, p.74 e p.80.

<sup>151</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.109. Ver, da mesma autora, *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, p.157 e seguintes.



## Quadro 2.1

### Ocupações registradas na freguesia de S. José do Rio das Mortes nas Listas Nominativas de 1831 – por setor e ramo de ocupação

**1. Agropecuária:** lavrador (195), vaqueiro (2), campeiro/campineiro (24), criador (3), hortelão (89), rancheiro (2), lavrador e criador (9), engenho de cana (5), lavrador e engenheiro de cana (3), lavrador, criador e engenheiro de cana (2)

**2. Mineração:** faisgador (1), mineiro (109), mineiro da cia. dos ingleses (diretor) (1).

#### **3. Atividades de transformação:**

3.1. Trabalhadores em Madeira: carpinteiro (89), marceneiro (1), criador e carpinteiro (1), carapina (32).

3.2. Trabalhadores em Metais: caldeireiro (3), ferreiro (60), fogueteiro (1), latoeiro (12), ourives (31),

3.3. Trabalhadores em Couros e Peles: curtidor (1), sapateiro (100), seleiro (14).

3.4. Trabalhadores em Barro: oleiro (3), paneleiro (6), telheiro (4), lavrador e oleiro (1).

3.5. Trabalhadores em Fibras: penereiro (1)

3.6. Trabalhadores em Vestuário: alfaiate (89), bordadeira (5), chapeleiro (1), costureira (184), fiadeira e costureira (9), fiadeira, rendeira e bordadeira (1), fiadeira, tecedeira e costureira (3), fiadeira e bordadeira (2), costureira e bordadeira (1), tecedeira e costureira (2)

3.7. Trabalhadores em Tecidos: fiadeira (1043), fiadeira e tecedeira (13), rendeira (40), tecedeira (84), lavradora e fiadeira (2), fiadeira e rendeira (1).

3.8. Trabalhadores em Edificações: pedreiro (41), taapeiro (1), arquiteto (1).

#### **4. Comércio e Transporte:**

4.1. Comerciantes: caixeiro (10), quitandeira ou doceira (2), carniceiro (1), negociante mascate (8), negociante (118), taberneiro (9), padeiro (1), negociante de venda (11), lavrador e negociante (4), traficante (1).

4.2. Tropeiros e trabalhadores em transporte: arrieiro (2), boiadeiro (5), carreiro (29), tropeiro (11).

**5. Serviço Doméstico:** serviço doméstico (41), cozinheira (23), lavadeira (2), criado ou pajem (4).

**6. Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários:** agência (29), barbeiro (2), cirurgião (4), eclesiástico (19), médico (1), entalhador (2), escrivão (5), boticário (3), juiz de paz (1), músico (9), parteira (2), pintor (3), professor (5), sacristão (1), militar (7), solicitador (2), lavrador e cirurgião (1), enfermeira (1), tabelião (1), oficial de justiça (1), rábula (1).

**7. Jornaleiros e Camaradas:** camarada (16), jornaleiro (192).

**8. Sem ocupação:** estudante (8), enfermo, doente ou idoso (24), indigente (9), desocupado (2).

**9. Outras ocupações:** santeiro (1), livreiro (1), cabeleireiro (1), secretário (1), santeiro (1), valeiro (2), picador (2), pescador (1), feitor (12), administrador (10).

Para 74,8% de toda a população arrolada nas listas nominativas de 1831 não há informação de ocupação.<sup>152</sup> Dessa forma, optamos por considerar apenas a ocupação do chefe de fogo. Para estes a omissão é menor e abrange cerca de um terço. A tabela a seguir estratifica os habitantes da freguesia de S. José para os quais constam dados de ocupação segundo os ramos estabelecidos no quadro acima, tomando-os de forma geral, na primeira coluna, e, na segunda, apenas os chefes de domicílio. A última coluna mostra ainda a percentagem de chefes de domicílio registrada em cada ramo ocupacional.

Tabela 2.12 Ocupação da população paroquiana de S. José em 1831 – por ramos de ocupação					
	População total (1)	%	Chefes de fogo (2)	%	% 2/1
Agropecuária	1330	<b>33,4</b>	479	<b>33,7</b>	36,02
Mineração	111	<b>2,8</b>	64	<b>4,5</b>	57,66
Trabalhadores em Madeira	123	<b>3,1</b>	82	<b>5,8</b>	66,67
Trabalhadores em Metais	107	<b>2,7</b>	62	<b>4,4</b>	57,94
Trabalhadores em Couros e peles	115	<b>2,9</b>	61	<b>4,3</b>	53,04
Trabalhadores em Barro	14	<b>0,4</b>	10	<b>0,7</b>	71,43
Trabalhadores em Fibras	1	<b>0</b>	1	<b>0,1</b>	100,00
Trabalhadores em Vestuários	296	<b>7,4</b>	84	<b>5,9</b>	28,38
Trabalhadores em Tecidos	1183	<b>29,7</b>	136	<b>9,6</b>	11,50
Trabalhadores em Edificações	43	<b>1,1</b>	27	<b>1,9</b>	62,79
Comerciante	165	<b>4,1</b>	128	<b>9</b>	77,58
Tropeiro e transporte	47	<b>1,2</b>	35	<b>2,5</b>	74,47
Serviço doméstico	70	<b>1,8</b>	8	<b>0,6</b>	11,43
Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários	100	<b>2,5</b>	78	<b>5,5</b>	78,00
Jornaleiros e Camaradas	208	<b>5,2</b>	137	<b>9,6</b>	65,87
Sem ocupação	43	<b>1,1</b>	15	<b>1,1</b>	34,88
Outras ocupações	31	<b>0,8</b>	13	<b>0,9</b>	41,94
<b>Total</b>	<b>3987</b>	<b>100</b>	<b>1420</b>	<b>100</b>	<b>35,62</b>

Fonte: Listas Nominativas de 1831.

Notas: excluídos os casos sem informação de ocupação: em (1) 11.832, ou 74,8% do total; em (2) 755, ou 34,7% do total.

Utilizamos a ocupação do chefe do fogo para tentar perceber o emprego da mão-de-obra livre e escrava. Não é nossa intenção afirmar que todos os trabalhadores do domicílio, livres ou escravos, se ocupassem da mesma atividade do chefe. A idéia, nesse caso, é mostrar

<sup>152</sup> Excluindo as pessoas com menos de 14 anos, normalmente dependentes e ainda sem um ofício, o percentual de omissão não melhora muito: cai para 64,1%. Entre os escravos a ausência de dados de ocupação é maior do que o índice geral e abrange 81,1% dessa mão-de-obra.

a ocupação do chefe como uma direção, decerto não absoluta, que aponta a atividade na qual o fogo concentra seus esforços produtivos, levando em consideração que várias outras atividades de suporte eram executadas no interior da unidade doméstica, às vezes simultaneamente pelo mesmo trabalhador.

A tabela adiante é uma tentativa de indicar a diversidade interna de produções que caracterizaram as unidades produtivas mineiras no século XIX, mostrando como as pessoas com informação de ocupação declarada eram empregadas nos fogos de acordo com a ocupação do chefe. Na confecção dessa tabela selecionamos os ramos de atividade que agregavam a maior parte da população com ocupação declarada. Conforme a tabela acima, esses ramos eram o artesanato em tecidos e vestuário e a agropecuária. As pessoas que exerciam atividades ligadas a esses ramos, em geral, *não eram os chefes dos domicílios* em que viviam (pouco mais de um terço dos indivíduos relacionados no ramo de atividades agropecuárias e apenas 11,5% das pessoas envolvidas com o artesanato de tecidos e vestuários comandavam os fogos em que moravam).

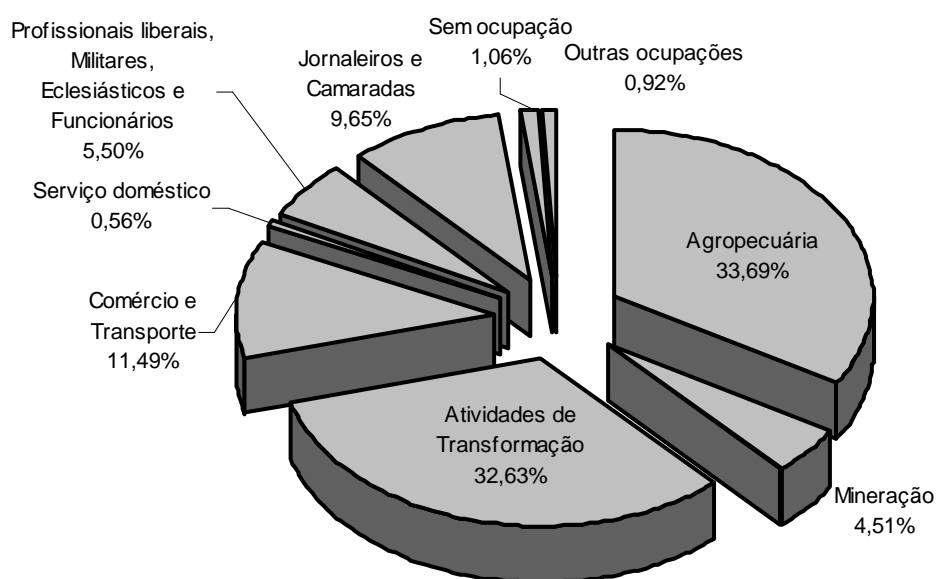
Tabela 2.13												
Ocupação dos membros livres escravos do fogo, segundo a ocupação do chefe (atividades selecionadas)												
Setor de ocupação do chefe do fogo	Ocupação dos outros membros do fogo											
	Agropecuária				Artesanato em tecido e vestuário				Outras atividades ocupacionais			
	Livre		escravo		livre		escravo		livre		escravo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Agropecuária	82	2	559	4	2	317	9	341	43	30	16	16
Minação	-	-	-	-	-	9	-	1	38	3	-	-
Atividades de Transformação	47	-	62	-	11	264	1	68	86	11	20	2
Comércio e Transporte	9	-	23	-	2	51	2	21	34	8	14	3
Serviço doméstico	2	-	-	-	2	8	-	-	1	1	-	-
Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários	9	-	11	-	3	58	2	11	21	3	11	2
Jornaleiros e Camaradas	1	-	-	-	1	35	-	1	11	1	-	-
Sem ocupação	2	-	2	-	-	7	-	1	2	-	-	-
Outras ocupações	1	-	27	-	-	8	-	1	-	-	2	1

Fonte: Listas Nominativas de 1831.

Por causa da falta de dados de ocupação para a maior parte das pessoas listadas na freguesia de S. José no censo de 1831, os resultados da tabela acima não devem ser lidos como um retrato do emprego da força de trabalho na região em tela. Na verdade, essa tabela presta-se mais como uma demonstração da diversidade de atividades produtivas no interior dos domicílios. Através dela, é possível visualizar como a diversidade de esforços produtivos interna às moradas sanjoseenses parece tendente ao máximo aproveitamento da mão-de-obra disponível em atividades complementares à principal.

Nos fogos cujos chefes dedicavam-se à agropecuária, trabalhadores em tecidos e em vestuário, tanto livres como escravos, eram bastante comuns. Geralmente empregando as mulheres, essas atividades eram exercidas pelas esposas e filhas do chefe do fogo e por escravas que, contudo, não precisavam ficar dispensadas de outros trabalhos na fazenda. Nos fogos chefiados por pessoas dedicadas ao comércio e transporte, por profissionais liberais e funcionários e nos fogos de jornaleiros e camaradas, os trabalhadores em tecidos também eram comuns, mas eram, sobretudo, livres. Nesses fogos, que como veremos tinham menos escravos, o trabalhador cativo aparece dedicado às lides agrícolas.

Figura 2.6: Ocupação dos chefes de fogo em 1831 (excluídos os casos sem informação)



Avaliando a ocupação do chefe do fogo como uma direção que aponta o setor de produção do qual o domicílio participa, percebemos que os fogos cujos chefes se dedicavam à agropecuária eram a maior parte, 33,7%, seguidos de perto pelos fogos cujos chefes estavam envolvidos com as atividades de transformação, 32,6%. Os fogos cujos chefes dedicavam-se ao comércio ou transporte são 11,5% do total, enquanto os chefes de fogo jornaleiros e camaradas são 9,6%. A mineração, na terceira década do século XIX, não ocupava mais do que 4,5% dos chefes de fogo na freguesia de S. José.

Essa configuração das ocupações mostra uma diversificação maior do que a capitania/província de São Paulo num período semelhante ao aqui analisado.<sup>153</sup> As atividades de transformação são importantes para esse panorama. Como defende Douglas Libby, tais atividades eram pujantes nas Minas oitocentistas devido à demográfica crescente da província e às barreiras naturais à importação de industrializados.<sup>154</sup>

Para a distribuição da força de trabalho entre os setores de ocupação foi construída a tabela 2.14. Logo em seguida, a tabela 2.15 mostra a distribuição de posse de escravos entre os setores. Essas tabelas fundamentam as considerações sobre emprego de mão-de-obra em cada setor de atividade esboçadas nas próximas páginas.

---

<sup>153</sup> Conf. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.111-114.

<sup>154</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.348-350 e p.354.

Tabela 2.14  
Distribuição da força de trabalho (14-45 anos) em S. José, segundo o setor de ocupação do chefe do domicílio (1831)

<i>setor de ocupação do chefe do fogo</i>	<i>escravos</i>			<i>livres</i>		
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>média</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>média</i>
Não informado	<b>1029</b>	26,73%	1,36	<b>1237</b>	31,16%	1,64
Agropecuária	<b>1881</b>	48,87%	3,94	<b>1022</b>	25,74%	2,14
Mineração	<b>68</b>	1,77%	1,06	<b>107</b>	2,70%	1,67
Atividades de Transformação	<b>292</b>	7,59%	0,63	<b>843</b>	21,23%	1,82
Comércio e Transporte	<b>390</b>	10,13%	2,39	<b>318</b>	8,01%	1,95
Serviço doméstico	<b>2</b>	0,05%	0,25	<b>12</b>	0,30%	1,50
Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários	<b>146</b>	3,79%	1,87	<b>158</b>	3,98%	2,03
Jornaleiros e Camaradas	<b>8</b>	0,21%	0,06	<b>241</b>	6,07%	1,75
Sem ocupação	<b>2</b>	0,05%	0,13	<b>16</b>	0,40%	1,07
Outras ocupações	<b>31</b>	0,81%	2,38	<b>16</b>	0,40%	1,23
Total	<b>3849</b>	100%	1,77	<b>3970</b>	100%	1,83

Fonte: Listas Nominativas de 1831.

Tabela 2.15  
Posse de escravos entre os chefes de domicílio em 1831/segundo setor de ocupação

<i>Setor de ocupação do chefe do fogo</i>	<i>s/ escravos</i>		<i>1 ou 2 escravos</i>		<i>3 a 10 escravos</i>		<i>11 ou + escravos</i>		<i>Total</i>
Não informado	502	66,49%	88	11,66%	127	16,82%	38	5,03%	755
Agropecuária	166	34,73%	75	15,69%	139	29,08%	98	20,50%	478
Mineração	55	85,94%	4	6,25%	2	3,13%	3	4,69%	64
Atividades de Transformação	315	68,03%	74	15,98%	71	15,33%	3	0,65%	463
Comércio e Transporte	62	38,04%	35	21,47%	49	30,06%	17	10,43%	163
Serviço doméstico	6	75,00%	1	12,50%	1	12,50%	0	0,00%	8
Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários	35	44,87%	18	23,08%	20	25,64%	5	6,41%	78
Jornaleiros e Camaradas	129	94,16%	7	5,11%	1	0,73%	0	0,00%	137
Sem ocupação	14	93,33%	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	15
Outras ocupações	8	61,54%	1	7,69%	3	23,08%	1	7,69%	13
Total	1292	59,43%	303	13,94%	414	19,04%	165	7,59%	2174

Fonte: Listas Nominativas de 1831.

Nota: as porcentagens somam 100% na horizontal

### ***A agropecuária***

Na década de 1820, a Câmara da vila de S. José informava ao Conselho Provincial o estado da “produção” em seu termo e, segundo os camaristas, a agropecuária da região concentrava-se na plantação de milho, feijão, arroz e alguns legumes “menos consideráveis” e na criação de gado vacum, cavalar, lanígero e de porcos. Estes últimos alimentavam uma

“grande exportação” de carnes salgadas e frescas que se dirigiam às povoações da província e para a Corte do Rio de Janeiro juntamente com gado em pé, queijos e panos de algodão.<sup>155</sup>

Os fogos de S. José cujos chefes se dedicavam à agropecuária detinham quase a metade dos escravos em idade produtiva: 48,87%. Conquanto nada garanta que todos esses escravos, de fato, se ocupassem de atividades agrícolas ou pastoris, é um dado significativo que as maiores posses de escravos estavam nas mãos de senhores dedicados à agropecuária (98 das 165 posses com mais de 11 escravos) o que aponta a maior capacidade de aquisição e manutenção de escravos por este setor econômico. Destacam-se neste grupo os chefes de fogo ocupados com engenhos de cana: das seis posses com mais de 51 escravos, quatro estavam nas mãos de donos de engenho.

Contudo, mais de um terço (34,7%) dos domicílios cujos chefes eram dedicados à agropecuária não tinha nenhum escravo e outros 15,7% possuíam um ou dois cativos, o que garante que metade das unidades envolvidas com a agropecuária visivelmente era de pequeno porte. Corroborando essa inferência, percebe-se que mais de um quarto (25,7%) da força de trabalho livre vivia em domicílios cujos chefes dedicavam-se à agropecuária.

Exemplos destes pequenos produtores podem ser encontrados com facilidade nos inventários de S. José. O inventário de Francisco de Souza Maia, aberto no ano de 1804, mostra que esse produtor cultivava 15 carros de milho e criava duas dúzias de porcos e mais cinco vacas, sem o auxílio de nenhum escravo.<sup>156</sup> João Vieira Lopes, da fazenda do Ribeirão, no arraial da Lage, possuía 14 arrobas de algodão, que poderiam ser usados no tear aparelhado que tinha em casa, e seis carros de milho que, além de outros usos, alimentariam seus oito porcos.<sup>157</sup> Entre os bens deixados por José Correia da Silva são listados 2 alqueires de milho e um alqueire de feijão, além de 20 porcos. Nenhum escravo aparece entre seus bens, mas o

---

<sup>155</sup> *RAPM*, II, pp.46-47, jan.-mar. 1897.

<sup>156</sup> ARSJDR - Escritório Técnico II, IPHAN, 13ª SR. Inventário. MAIA, Francisco de Souza. 1804, cx. 149.

<sup>157</sup> ARSJDR - Escritório Técnico II, IPHAN, 13ª SR. Inventário. LOPES, João Vieira. 1819, cx. C-15.

trabalho não deveria ser pouco uma vez que havia 4 foices, 3 enxadas, dois machados e mais um tear e 4 rodas de fiar.<sup>158</sup>

Esses poucos casos trazem elementos importantes do trabalho rural que a historiografia recente tem ressaltado. As culturas do milho e feijão, normalmente associadas, eram, como mostra José Newton Meneses, a possibilidade produtiva que melhor atendia aos hábitos de consumo alimentar e ao emprego de mão-de-obra. O preparo da terra para o plantio do milho possibilitava a semeadura concomitante do feijão e a colheita dos dois cultivos ocorria em épocas diferentes: o milho frutifica em 150 dias, enquanto o feijão em apenas 90. Entre a semeadura e a colheita há a necessidade apenas de uma ou duas capinas o que possibilita o uso da mão-de-obra em outras atividades nestes intervalos de tempo.<sup>159</sup> Nessa direção, a mais importante das atividades concomitantes à agricultura em S. José foi o artesanato em algodão. Segundo as listas nominativas de 1831, esta era a atividade mais comumente exercida nos fogos cujos chefes se dedicavam à agricultura e criação, empregando, sobretudo, mulheres (conf. tabela 2.13).

Quanto à criação de animais, os suínos foram a principal alternativa para os pequenos produtores. São animais de matrizes baratas, que poderiam ser criados soltos nos quintais, alimentavam-se em grande parte com o que encontram e, em parte, com o milho que a própria unidade produzia. Os porcinos ainda se reproduzem com facilidade, cada fêmea podendo gerar, num cálculo mínimo, seis novos animais a cada ano. Afora isso, sua carne poderia ser conservada por longos períodos na própria gordura e as mantas de toucinhos salgadas suportavam ser transportadas e vendidas em lugares distantes.

O cultivo de milho e feijão, a conjugação de outras atividades nos momentos ociosos da lavoura e a aposta na criação de pequenos animais constituiu a base econômica de um amplo setor de pequenos produtores que assentavam-se no trabalho familiar. Todavia, a

---

<sup>158</sup> ARSJDR - Escritório Técnico II, IPHAN, 13ª SR. Inventário. SILVA, José Correia da. 1824, cx. 251.

<sup>159</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, pp.179-185.



contribuição desses agentes no dinamismo regional e na geração de renda no circuitos econômicos é difícil de avaliar, sobretudo, porque deixaram poucos rastros. Nesse sentido, é sintomático que Afonso de Alencastro Graça Filho não observa uma contribuição muito significativa das formas de produção de tipo familiar, ou camponesa, no produto total mercantilizado pelo município da vila de São João del Rei. Segundo Graça Filho, a “necessidade extensiva do manejo da pecuária e a sua combinação com a lavoura de mantimentos foram fatores inibidores, na região abordada, da contribuição econômica dos pequenos produtores na produção mercantil alimentar”.<sup>160</sup> Assim, as grandes unidades escravistas de alimentos, dotadas de largas escravarias e do virtual monopólio das terras, tinham participação predominante no comércio de abastecimento de longa distância. As pequenas produções limitadas pela disponibilidade do braço familiar e com áreas de cultivo restritas, provavelmente abasteciam o mercado local e sustentavam os ranchos de parada de tropeiros e vendas de beira de estrada.

### *Atividades de transformação*

Em S. José havia uma gama de atividades artesanais essenciais à vida material que eram fundamentais para a produção rural. Como afirma José Newton Meneses, praticamente todo o beneficiamento básico de alimentos, como as farinhas e os fubás, os polvilhos, a aguardente, rapaduras, açúcar e os queijos, dependiam de instrumentos feitos de madeira. Da mesma forma, as enxadas, foices, machados, alavancas, peças para engenhos de açúcar e engenhocas de aguardente, as ferrações das rodas dos carros de bois, as ferraduras e os cravos, eram todos confeccionados por oficiais de ferreiro e vitais para a produção agrícola e seu transporte.<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, p.24.

<sup>161</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.229 e p.234.

Segundo Marcelo Godoy, os dados do censo de 1831 apontam que aproximadamente um quinto da população estava ocupava-se com atividades artesanais, enquanto um quarto dos fogos era chefiado por artífices. Como aponta Godoy, existiram importantes diferenciações regionais.<sup>162</sup> Em Vila Rica, o centro político e administrativo da província, Luna e Costa verificaram que no início do século XIX 53,61% das pessoas colocavam-se no “setor secundário” e apenas 7,04% nas atividades de produção primária. Aí, as atividades de transformação ocuparam uma posição de maior relevância. Os artesãos e oficiais controlavam 10% de todo o trabalho escravo e a agricultura apenas 5%.<sup>163</sup>

Numa situação um pouco mais modesta, um terço dos fogos em S. José se ocupavam de atividades de transformação e os escravos eram pouco freqüentes nestes fogos, apenas 7,6% da mão-de-obra servil em idade ativa estava nestes domicílios, perfazendo uma distribuição média inferior a um escravo por fogo. 68% dos fogos cujos chefes não tinham escravos e outros 16% deles possuíam apenas um ou dois escravos. Isso significa que, em mais de quatro quintos das unidades produtivas de transformação, o trabalho dependia de braços livres, do chefe e/ou deste e sua família. A participação de artesãos entre os donos de posses médias ou grandes é muito pequena: 27 indivíduos tinham posses entre 6 e 10 escravos e apenas 3 pessoas tinham plantéis maiores do que 11 escravos.<sup>164</sup> Portanto, na freguesia de S. José esse seguimento era pouco dependente do trabalho escravo, e certamente menos dependente dessa mão-de-obra do que a agropecuária.

Ao contrário do caso de Vila Rica estudado por Luna e Costa, em S. José a diferenciação econômica da paróquia tinha que conviver com um setor agropecuário dinâmico que controlava a maior parte dos escravos. Mas também requeria muitos implementos o que

---

<sup>162</sup> GODOY, Marcelo M. Uma província artesã: O universo social, econômico e demográfico dos artífices da Minas do Oitocentos. In *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, 2000, p.07 e tabela 29 pp.22-23.

<sup>163</sup> LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p.65.

<sup>164</sup> Esses fogos eram chefiados por dois oleiros – um dos quais conjugava sua atividade com a lavoura – e uma fiandeira.

exercia um efeito multiplicador sobre as atividades de transformação. Pouco mais de um quinto (21,1%) de toda força de trabalho livre da freguesia habitava fogos dedicados às atividades de transformação, sendo esse índice apenas inferior ao da força de trabalho alocada no setor agropecuário. Assim, percebemos que em S. José a demanda de instrumentos pela agricultura e de outros artigos pela dispersa malha urbana da freguesia sustentavam as atividades de transformação e uma importante população não agrícola.<sup>165</sup>

### ***Comércio e Transporte***

Atividades conexas ao comércio e ao transporte ocupavam 11,5% dos chefes de fogo da freguesia de S. José, percentual que demonstra a ligação de um número expressivo de domicílios à circulação de produtos e bens e que nos conduz a duas ilações. Em primeiro lugar, dada a quantidade e variedade de negociantes relacionados pelas listas nominativas, a população da freguesia, mesmo predominantemente rural, era um mercado consumidor significativo a ser abastecido por esses agentes. Em segundo, a automanutenção não parece ter sido a preocupação exclusiva das unidades produtivas aqui em vista, haja vista a presença de tropeiros e carreiros que realizavam o transporte da rodução.

Como é conhecido, grandes comerciantes traziam de seus sócios na corte sal, manufaturas européias, alimentos de luxo como vinhos, azeitonas e azeites, artigos de luxo como algumas qualidades de tecidos, prataria, louças. Esses produtos eram escoados para o consumidor final através do comércio a retalho por comerciantes com vendas fixas ou mascates. Em contrapartida, enviava-se, sobretudo ao mercado carioca, mas também a São Paulo e Bahia, toucinho, carne de porco, boiadas, panos grossos e queijos.<sup>166</sup> Os tropeiros

---

<sup>165</sup> Diferentemente do que ocorria na capitania/província de São Paulo no começo do século XIX onde o artesanato convivia com uma agricultura pouco mercantilizada e tinha pequena expressão. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.111-114.

<sup>166</sup> Ver as tabelas de exportações mineiras em BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p.83 e seguintes.

eram os agentes responsáveis pelo comércio e transporte de longa distância, uma vez que apenas as bestas eram capazes de enfrentar o relevo acidentado carregando grande quantidade de carga.<sup>167</sup> Mas são listados relativamente poucos chefes de fogo como tropeiros em 1831, o que nos leva a acreditar que, ou alguns tropeiros foram arrolados com sob a denominação de negociantes, ou negociantes e fazendeiros tinham suas próprias tropas as quais ficavam a cargo de outras pessoas. Sob qualquer dessas hipóteses, os poucos tropeiros listados devem ser apenas condutores de tropas, como os casos verificados em S. Paulo por Maria S. de Carvalho Franco, e não o tipo de comerciantes volantes visualizados por Cláudia Chaves na segunda metade do século XVIII em Minas.<sup>168</sup> Condutores de carros-de-boi, por sua vez, encarregavam-se do transporte local, seja para as necessidades das unidades produtivas ou para o abastecimento das vilas e arraiais. O fato de que aguardente, açúcar, grãos, doces, café, artigos em couro e pequenos animais como os avícolas eram insignificantes na pauta de exportações mineiras significa que eram consumidos prioritariamente no mercado doméstico. É provável que sob a denominação “negociante” nas listas nominativas estivessem arrolados muitos donos de pequenas vendas, que faziam o comércio varejista nos arraiais, e proprietários de ranchos, que abasteciam os viandantes dos caminhos. Junto a esses agentes, as negras de tabuleiro também tiveram atuação destacada no pequeno comércio local, todavia, não vislumbramos nas listas nominativas quantidade relevante destas vendedoras, o que não significa que não existissem, embora acreditemos que sua presença deve ter sido mais freqüente no século XVIII e definhado à medida que a vila de S. José perdeu população para os distritos rurais.

---

<sup>167</sup> Sobre os tropeiros enquanto categoria social e suas atividades ver CASTRO, Evandro Carlos Guilhaon de. *Tropeiros em Mariana Oitocentista*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002 (dissertação de Mestrado).

<sup>168</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Unesp, 1997, p.60 e seguintes. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. Ver a discussão sobre a polissemia do tropeiro em CASTRO, Evandro Carlos Guilhaon de. *Tropeiros em Mariana Oitocentista*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002 (dissertação de Mestrado), pp.22-28.

A circulação de bens e mercadorias na sociedade mineira do passado não era desconectada dos setores produtivos, não apenas devido ao fato de que a grande população e a vasta rede urbana mineiras constituíam um amplo mercado interno, mas principalmente porque negociantes e condutores muitas vezes vendiam e transportavam a produção do seu próprio fogo.<sup>169</sup> Evidências dessa afinidade são particularmente destacadas no trabalho de Alcir Lenharo sobre o comércio mineiro de abastecimento do Rio de Janeiro,<sup>170</sup> e no de Afonso A. Graça Filho sobre a vila de S. João del Rei.<sup>171</sup> Nesse sentido, é expressivo que nas listas nominativas de 1831 foram registrados quatro chefes de fogo declarados como “negociante e lavrador”. Uma rápida olhada na tabela 2.13 nos mostra que os chefes de fogo dedicados ao comércio e/ou o transporte agregavam a seus domicílios pessoas envolvidas com outras ocupações. Verifica-se o emprego de homens escravos na agropecuária e da força de trabalho feminina livre e cativa no artesanato em tecido e vestuário, além de outras atividades. Tais ligações entre o setor de circulação e atividades produtivas agrárias e de transformação mais uma vez exemplificam o que vimos afirmando sobre a dificuldade de dividir a economia das sociedades do passado em setores econômicos.

Os chefes de fogos que participam do setor de comércio e transporte detinham 10% da escravaria em idade produtiva da paróquia e englobavam uma percentagem semelhante da força de trabalho livre, 8%. Trata-se de um grupo capitalizado, capaz de adquirir escravos, embora nem sempre fossem necessários muitos deles. Embora as referências à presença de escravos participando ou mesmo conduzindo tropas sejam comuns, esse tipo de mão-de-obra era menos freqüente no comércio. Segundo Godoy *et alli*, em toda a província na década de

---

<sup>169</sup> Essa assertiva não tenta desenhar um cenário econômico mineiro autocentrado, mesmo porque parte importante das vendas era direcionada para fora da província e boa parcela do comércio interno era a revenda de bens importados adquiridos no Rio de Janeiro. A esse respeito, conf. os dados apresentados por GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, Vol.08, n°15, pp.93-110, jul.2003.

<sup>170</sup> LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>171</sup> Embora a conjugação de atividades comerciais e agropastoris não fosse o modelo perseguido pela maioria dos grandes comerciantes sanjoanenses.

1830, escravos eram 30% das pessoas ligadas às tropas e apenas 3% dos indivíduos ligados ao comércio.<sup>172</sup> É provável que o trato com dinheiro e a exigência de conhecimentos incomuns – como a escrituração e a contabilidade – tenham determinado a menor frequência de escravos nas casas de negócio, sendo mais habitual que o comerciante usasse nessas funções seus familiares, parentes vindos de Portugal ou contratados.<sup>173</sup>

### *A mineração*

No setor de mineração, a que se dedicam relativamente poucos chefes de fogo, algumas grandes empresas elevam a média de posse escravos: um mineiro possuía 39 escravos e um segundo 59. Um terceiro, Roberto Henrique Millivard, foi relacionado com 179 cativos e era diretor da cia. dos ingleses, provavelmente a General Mining Association, uma empresa de vida fugaz e que deixou pouca informação a seu respeito.<sup>174</sup> Como mostra Libby, no século XIX as poucas posses de escravos com mais de cem escravos estavam predominantemente nas mãos de Cia's inglesas de mineração, em parte dos casos sendo alugados pelas companhias.<sup>175</sup>

O empreendimento dos ingleses nas décadas de 1820 e 1830 trouxe impactos para a vila. O aumento da população da sede da freguesia, a concentração de escravos, o aumento dos aluguéis e o retorno a um dinamismo urbano de fôlego curto,<sup>176</sup> foram causados pela

---

<sup>172</sup> GODOY, Marcelo M.; RODARTE, M. M. S.; PAIVA, Clotilde A. Negociantes e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. In *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica & VI Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, 2003. Tabela 10, p.21. Segundo os autores: “Ao que parece, o reduzido emprego de escravos nas casas de negócio e a tendência à diversificação dos investimentos combinavam com posses menores. Era um pouco distinto o quadro para as unidades em que o comércio de tropa era a atividade nuclear. Conquanto também predominassem as pequenas e médias posses, as propriedades maiores respondiam por número relativo bem mais significativo.” Idem, p.25.

<sup>173</sup> A esse respeito ver FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999, p.252.

<sup>174</sup> Ver LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.272-273.

<sup>175</sup> Idem, *Ibidem*, p.257. Estes 179 escravos, no entanto, não tiveram as idades mencionadas e não foram considerados na tabela 2.14.

<sup>176</sup> Sobre essas modificações ver CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998, (dissertação de Mestrado). Segundo as Listas Nominativas de 1838, a população da vila de S. José,

tentativa de mineração em profundidade intentada pelos Ingleses. Quase todos os mineiros citados pelas listas nominativas residiam na vila de S. José, certamente próximos das instalações da Cia., que nos sugere que fossem seus funcionários. Por exemplo, o fogo de número 308, seguinte ao do diretor Millivar sobrecitado, era habitado por Francis Xavier Hacheder, de 36 anos, sua esposa Maria Hacheder, de 26 anos, e Jozé Hausberger de onze. Francis Hacheder provavelmente era um dos doze mineiros alemães contratados pela General Mining Association, embora sua nacionalidade não tenha sido informada pelas Listas Nominativas. Da mesma forma, foi listado o mineiro Thomaz Fritz, de 30 anos, que dividia o fogo nº 279 com o outro mineiro Fritz, de 40 anos. Os mineiros Julio Berivardo Postzold, Joan Friedrick e Guilherme Weinsseack, habitavam solitários os fogos de nº 37, 29 e 25, respectivamente. Espalhados entre esses domicílios de funcionários estrangeiros da Cia., existiam fogos de brasileiros com a ocupação de mineiro declarada. Parte deles vivia sozinha em seus fogos, mas um número considerável morava com a família.

O fato de que em 86% dos fogos chefiados por mineiros não existissem escravos, nos leva a acreditar ainda mais que se tratavam de funcionários da cia. dos ingleses. Ao que nos parece, a mineração em profundidade foi um empreendimento importante para emprego de mão-de-obra livre na vila.

Quanto à mineração tradicional, de superfície, há indícios dessa atividade na aplicação do Pe. Gaspar, onde viviam alguns mineiros registrados pelas listas nominativas. Essa mineração deve ter começado tardiamente, uma vez que o garimpo não é mencionado como um fator de ocupação da localidade de Pe. Gaspar, iniciada em meados do século XVIII.

Próximo à capela desse distrito, no lugar chamado de “Corgo”, existe indicação da propalada conjugação de mineração e atividades agropecuárias em Minas na virada do século

---

agregada à da capela do Bichinho, é de 2.364 pessoas, contingente 22,7% inferior ao registrado nas Listas de 1831 (3.057 pessoas, sem excluir a população com menos de sete anos).

XVIII para o XIX.<sup>177</sup> O inventário do português capitão Manoel Lobo de Castro, datado de 1805, apresenta terras de minerar, de pasto e cultivo, um rebanho de 42 bovinos e 44 caprinos, sendo o trabalho realizado pelos seus 60 escravos.<sup>178</sup> A filha de Manoel, Maria Severina de Castro, foi esposa em segundas núpcias de Jozé Esteves de São Francisco, um grande minerador registrado nas listas nominativas com 59 escravos.

Salvo os fogos de mineiros funcionários da Cia. dos ingleses sitos na vila, apenas cinco domicílios dedicavam-se à mineração, provavelmente seguindo o padrão de conciliação entre a extração mineral e a lavoura. Essa baixa incidência aponta que o modelo de mineração do século XVIII era já uma pálida sombra na primeira metade do século XIX na freguesia de S. José.

### *Jornaleiros e camaradas*

9,65% dos chefes de domicílio em S. José eram jornaleiros e camaradas e concentravam 6% da força de trabalho livre da freguesia. Esses trabalhadores sustentavam integralmente seus fogos com a venda de seus jornais ou apenas complementavam sua produção. Entretanto, a presença de 35 fiandeiras livres e 3 oficiais de sapateiro também livres, além de oito escravos em idade produtiva registrados nos fogos chefiados por jornaleiros indicam a ocorrência de outras atividades nos fogos de jornaleiros apontam a segunda alternativa como mais recorrente.

No caso do termo de Mariana, nas décadas iniciais do século XIX, Leandro B. Andrade sugeriu que esses trabalhadores fossem resultado do momento de expansão das atividades agropecuárias, o que teria gerado uma maior demanda por mão de obra. Indivíduos livres pobres, diante da dificuldade de garantir sua subsistência e/ou do seu núcleo familiar,

---

<sup>177</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2008.

<sup>178</sup> ARSJDR - Escritório Técnico II, IPHAN, 13ª SR. Inventário. CASTRO, Manoel Lobo de. 1805, cx. 504.



valeram-se da venda da sua força de trabalho para fazendas e sítios da região.<sup>179</sup> Na mesma linha de argumentação, Marcílio mostra a expansão dos assalariados rurais em São Paulo entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do XIX e propõe que esse crescimento seja efeito do desenvolvimento agrícola da capitania/província a partir da introdução da lavoura comercial.<sup>180</sup> Para Marcílio, os domicílios de jornaleiros “deveriam ser as famílias pobres, sem possibilidades de ocupação [de terras] e lutando para sobreviver através de pequenos serviços esparsos e temporários” prestados a fazendeiros.<sup>181</sup>

A noção de trabalho temporário e complementar nos parece ajustada ao caso sanjoseense, no qual o jornaleiro, durante os períodos em que não estivesse empregado, poderia dedicar-se a um cultivo próprio que, contudo, não seria suficiente para a manutenção de sua família. Por outro lado, acreditamos que a conjuntura econômica não basta para explicar o fenômeno do assalariamento rural. Os exemplos coletados por Afonso A. Graça Filho sugerem fortemente que jornaleiros e camaradas fossem indivíduos que tinham dificuldade de manter o núcleo familiar dada a desproporção entre a dimensão das terras disponíveis e o tamanho da família. O autor ressalta o fracionamento das propriedades pelas práticas de herança como uma causa comum da contração das áreas de cultivo.<sup>182</sup> As pessoas nessas circunstâncias viam-se na necessidade de trabalhar em terras de vizinhos, de alugarem seus serviços para fazendeiros maiores ou de buscar ocupação em áreas urbanas. Se eram ou não absorvidos como assalariados, a conjuntura econômica ajuda a explicar.

---

<sup>179</sup> ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX*. Mariana: 1820-1850. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007 (dissertação de Mestrado), p.62.

<sup>180</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.115-116.

<sup>181</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, p.117.

<sup>182</sup> GRAÇA FILHO, Afonso. A. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850. In: Elione Silva Guimarães; Márcia Maria Menendes Motta. (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p.144. Ver ainda os exemplos de propriedades fracionadas pela herança discutidos pelo autor em GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, p.117.

De qualquer forma, jornaleiros e camaradas eram muitas vezes proprietários, ou pelo menos possuidores de pequenas nexas de terra que, se não eram suficientes para o sustento de suas famílias, representavam um esteio contra a dependência absoluta do mercado de trabalho livre. Uma vez que essa mão-de-obra não passou pelo processo de expropriação, provavelmente não sustentavam um mercado de trabalho livre estável e constante.<sup>183</sup>

---

<sup>183</sup> Como propõe MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982, p.53.

### **3. A CONSTITUIÇÃO DE LAÇOS FAMILIARES NAS PEQUENAS UNIDADES PRODUTIVAS**

Essa parte do trabalho procura avançar no conhecimento da sociabilidade entre os senhores de poucos escravos em Minas. Como o foco de observação desses sujeitos ao longo deste trabalho tem sido o domicílio, unidade doméstica que se confunde com a unidade de trabalho, privilegiamos os laços formadores de famílias, os casamentos, como porta de entrada no universo das relações sociais entre pequenos produtores.

Abordamos também o matrimônio entre os escravos que, embora uma vertente de pesquisa já bastante avançada, ainda é pouco conhecida em regiões nas quais predominavam as pequenas posses. A historiografia sobre o tema toma como pressuposto o fato de que as pequenas posses limitavam os casamentos de escravos, o que aconteceria porque (a) as uniões entre escravos de proprietários diferentes era desestimulada e (b) seria difícil encontrar um parceiro numa escravaria pequena, especialmente em contextos de alta masculinidade. Esse tema será visitado, tendo em vista que, se as pequenas posses apresentavam as limitações referidas, elas possibilitavam contato mais próximo entre cativos e senhores o que poderia reverter em alguns ganhos para aqueles.

De forma geral, procura-se compreender como a fortuna e o *status*, bem como a origem e tamanho da escravaria condicionaram as escolhas matrimoniais de livres e escravos.

As fontes privilegiadas são, basicamente, os registros paroquiais de casamento, o *Rol dos Confessados de 1795* e as listas nominativas de 1831. Num primeiro momento, selecionamos todos os registros de casamentos celebrados entre a população livre e liberta nos anos 1796-98 e 1832-34 e procuramos as famílias dos nubentes nas listas. Dessa maneira conseguimos traçar uma tipologia dos casamentos entre pequenos produtores e realizar uma análise de caráter sincrônico.

A opção de uma análise fundada nos registros de casamentos teve, obviamente, algumas implicações sobre os resultados alcançados. Como é sabido, o casamento é um laço que une *iguais*,<sup>184</sup> o que na sociedade setecentista e oitocentista implicava pessoas que tinham a mesma *qualidade* – uma noção nebulosa, ligada à concepção nobiliárquica de prestígio e que, na realidade múltipla da colônia, envolvia as relações de cor, a condição, a fortuna e os laços sociais e familiares do sujeito.<sup>185</sup> Assim, os casamentos traduzem relações horizontais. A tabela a seguir mostra como a condição dos nubentes praticamente condicionava a escolha de um par.

Tabela 3.1 Casamentos na freguesia de S. José, 1784-1865 - segundo a condição dos nubentes			
Noivo/Noiva	Livre	Forra	Escrava
Livre	2243	26	6
Forro	29	79	13
Escravo	7	19	917

Fonte: AEDSJDR, livros de casamentos

Graças aos condicionamentos impostos pela procura de um par à altura, o mercado matrimonial era restrito e o casamento religioso não era acessível a todas as pessoas. Considerando-se os indivíduos com catorze ou mais anos, temos no final do século XVIII 40% da população livre casada ou viúva. Entre os forros o percentual era maior, 46%. Já entre os escravos apenas 8% dos indivíduos eram casados ou viúvos. Na terceira década do século XIX, os percentuais de nupcialidade aumentam entre a população livre, na qual subiu a 53%, e entre os escravos, indo a 14%, mas decresceu entre os forros, caiu para 43%. O grande número de pessoas sem condição assinalada nas *Listas Nominativas* de 1831 e a conhecida subcontagem dos forros, torna os cálculos acima apenas aproximações. Contudo, tendo em

<sup>184</sup> LEBRUN, François. *A Vida Conjugal no Antigo Regime*. Lisboa, Edições Rolim, s/d. LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar*. RJ, Record, 1993. SILVA, Maria Beatriz Nizza da *História da Família no Brasil Colonial*. RJ, Nova Fronteira, 1998. Para o contexto mineiro, BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX*. Niterói: IFCH/UFF, 2002 (Tese de doutorado). Ver esp. capítulo 04.

<sup>185</sup> Sobre a noção de qualidade no mundo colonial ver LARA, Sílvia H.. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

vista o aumento dos domicílios habitados por casais e por casais com filhos percebido no exame empreendido um pouco mais acima sobre a composição dos fogos, é uma sugestão factível que no XIX a população da freguesia de S. José tendeu a viver em matrimônio com uma freqüência maior do que no século XVIII.

Embora os forros apareçam casados em grande número tanto no *Rol*, quanto nas listas, eles formam o grupo menos representado nos registros paroquiais de casamento. Das 6.678 pessoas que contraíram matrimônio na freguesia de S. José entre 1784 e 1865, a esmagadora maioria era livre, 68,19%; os escravos vinham em seguida com 28,14%; os forros eram apenas 3,67% das pessoas a se casar. Uma explicação possível para essa defasagem é que os forros tenham sua condição omitida nos registros paroquiais de casamento.<sup>186</sup> Outra explicação, que pode muito bem conviver com a primeira, é que os forros casados registrados nos censos tenham se unido maritalmente ainda sob a condição de escravos. Dada a importância simbólica e material do casamento para os cativos,<sup>187</sup> não é nada improvável que este tenha sido um passo importante em suas estratégias de liberdade.<sup>188</sup>

### **3.1. Os casamentos de escravos**

Já tivemos a oportunidade de avançar algumas considerações sobre a família escrava formalmente constituída na vila de São José.<sup>189</sup> Naquela ocasião, sugerimos que os ritmos de integração de africanos à população escrava e a predominância de pequenas e médias posses teriam influído diretamente nos padrões de casamento desse grupo. Utilizando inventários

---

<sup>186</sup> O que de fato acontecia no Brasil colônia, como mostra FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 130.

<sup>187</sup> Ver SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>188</sup> Como sugere PAIVA, Eduardo. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

<sup>189</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. 23(37), pp.184-207, jan/jun 2007.

*post-mortem* do termo da vila de S. José e os registros paroquiais de casamentos da freguesia, apontamos as limitações de ambas as fontes quanto ao estudo do assunto em mira e percebemos pequenas dissimilitudes nos resultados apontados por cada fundo documental – muito embora, tais diferenças não desabonem as tendências apontadas. Os inventários usados cobriam toda a extensão do termo da vila entre os anos de 1743 e 1850 e arrolavam apenas 362 casais de escravos numa população de 7.002 cativos; os registros de casamento cobriam uma área menor, apenas a extensão da paróquia, mas levantavam 848 casais de escravos entre 1785 e 1850. Pelos inventários, a organização dos casais escravos por origem e etnias revela a predominância da união entre africanos e nativos; dentre os 310 casais de escravos para os quais os inventários apontam informações sobre a origem de ambos os cônjuges, 45,5% são mistos de africanos com nativos, 44,2% são casamentos entre africanos e apenas 10,3% são formados por pares nativos. Já os registros paroquiais de casamento apresentam 52,2% dos casais formados de cônjuges africanos, 34,2% de mistos e 13,6% de nativos. As proporções fornecidas pelos registros eclesiásticos, no entanto, variaram ao longo do período de observação e em determinados momentos aproximaram-se muito das quantias apresentadas pelos inventários, o que confirma que as tendências esboçadas no referido estudo não devem ser desconsideradas.

O objetivo nessa parte do trabalho é revisitar o tema da família conjugal escrava apresentando a contribuição de novas fontes, agora de natureza censitária, que permitem uma visualização mais ampla da situação dos escravos nas pequenas posses. Mas as fontes ora em vista também apresentam limitações. Em certos casos o *Rol dos Confessados* aparentemente ignora o estado conjugal da população escrava.<sup>190</sup> Por exemplo, através dos registros de casamentos vemos o proprietário Anastácio Teixeira de Carvalho levar dois de seus escravos

---

<sup>190</sup> Libby e Paiva acreditam que isso ocorreria principalmente no distrito da Matriz, porém, percebemos que a desconsideração do estado conjugal dos escravos era generalizada no espaço da freguesia. LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. V.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

ao altar em 1794; casavam-se Joaquim crioulo e Josefa benguela.<sup>191</sup> No entanto, o *Rol dos Confessados* do ano seguinte não menciona como casados nenhum dos escravos de Anastácio, inclusive o casal Joaquim e Josefa, presentes nessa escravaria. Em 1794 foi também a vez de Antônio congo e Francisca angola, escravos de João Dias de Souza, se casarem;<sup>192</sup> mas, a busca nominal do senhor no *Rol* exhibe esse escravos como solteiros. O crioulo Aleixo casou-se em 1794 na igreja Matriz com uma crioula forra viúva, Ana Maria;<sup>193</sup> no entanto, entre os 101 escravos de seu senhor, Manoel Lobo de Castro, o único Aleixo crioulo presente era listado como solteiro. Dois últimos exemplos: José benguela e Eugenia benguela uniram-se em 1794<sup>194</sup> e, no ano seguinte, foram listados como solteiros no fogo de seu senhor Domingos Francisco Rabello. Neste fogo também viviam José e Quitéria benguelas e a criança Ana crioula, que apenas sabemos tratar-se de uma família escrava por causa do registro de batismo de Ana, datado de 1783.<sup>195</sup>

Nas listas nominativas de 1831, 29% dos escravos não possuem informação de estado conjugal. Mas, quando havia essa informação, os recenseadores nem sempre tiveram o cuidado de apontar os respectivos cônjuges na escravaria. Isso significa que em muitas escravarias com mais de dois escravos casados, não pudemos identificar quem era casado com quem. Com essas limitações, visualizamos um número reduzido de casais de escravos: apenas 54 casais em 1795 e 109 em 1831.

Nossas fontes não privilegiam a análise da *família* escrava composta de pais e filhos, pois o *Rol* exclui as crianças com menos de sete anos e desconsideramos este grupo nas listas. Desse modo, muitas crianças escravas não apareceram e suas jovens mães não puderam ser

---

<sup>191</sup> Casamentos, Lv. 24, fls. 71.

<sup>192</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv. 24, fls. 70v.

<sup>193</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv. 24, fls. 91.

<sup>194</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv. 24, fls. 73v.

<sup>195</sup> AEDSJDR. Batismos, Lv. 08, fls. 09.

percebidas.<sup>196</sup> Em vista desta dificuldade de visualizar a família escrava em sentido amplo, trabalharemos aqui apenas com os escravos casados ou viúvos.

No final do século XVIII apenas 389 escravos foram apresentados como casados ou viúvos (372 casados, 17 viúvos) entre os 5320 cativos listados. Se considerarmos apenas os escravos com estado conjugal declarado e maiores de 14 anos, a proporção de casados ou viúvos fica pouco abaixo de um décimo (9,38%). Em 1831 o total de escravos casados ou viúvos registrado sobe para 652 (615 casados, 37 viúvos), mas continua pequeno diante da enorme quantidade de cativos registrados nessa data, 5754. Contemplando apenas os escravos com estado conjugal declarado e maiores de 14 anos, o conjunto dos casados ou viúvos chega a 19,2% em 1831. Em ambos os momentos as proporções de escravos casados ou viúvos é baixa se comparada com a cifra de 33,4% encontrada por Costa, Slenes e Schwartz para Lorena em 1801.<sup>197</sup> Os inventários do termo da vila de São José apontaram que 33,45% de escravos com estado conjugal declarado e maiores de 15 eram casados ou viúvos. Dessa forma, tanto o *Rol* quanto as listas certamente subrepresentam a formação de laços conjugais entre os escravos.

Conquanto os dados sejam poucos, eles permitem algumas conclusões. Em primeiro lugar, mostram que existe equilíbrio entre o número de homens e mulheres casados ou viúvos, com ligeiro predomínio masculino no final do XVIII (51,2%) e feminino em 1830 (50,2%). Mas a distribuição por sexo e origem (nativo ou africano) demonstra algumas discrepâncias que permitem perceber para que tipo de escravo o casamento foi mais acessível. A tabela a seguir mostra o número dos escravos casados ou viúvos segundo o sexo e a origem na coluna

---

<sup>196</sup> Tanto no *Rol*, quanto nas Listas – excluídas as crianças com menos de sete anos – observamos apenas 5 crianças ligas a famílias escravas, o que sugere que os recenseadores privilegiaram as crianças menores ao demarcar seus laços de família.

<sup>197</sup> C OSTA, Iraci del Nero; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE, 17(2), pp.246-295, maio/ago. 1987. Esses autores notaram que 53% da massa escrava de Lorena no início do século XIX estava unida por laços familiares.



(1) e a proporção de casados ou viúvos sobre o total de cativos com mais de 14 anos em cada grupo na coluna (2).

Tabela 3.2				
Sexo e origem dos escravos casados e proporção sobre o grupo				
	1795		1831	
	(1)	(2)	(1)	(2)
homem africano	170	6,38%	217	13,02%
mulher africana	89	17,98%	171	24,96%
homem nativo	29	3,65%	107	9,61%
mulher nativa	101	14,90%	156	14,83%
Total	389	8,40%	651	14,40%

(1) número de escravos casados ou viúvos

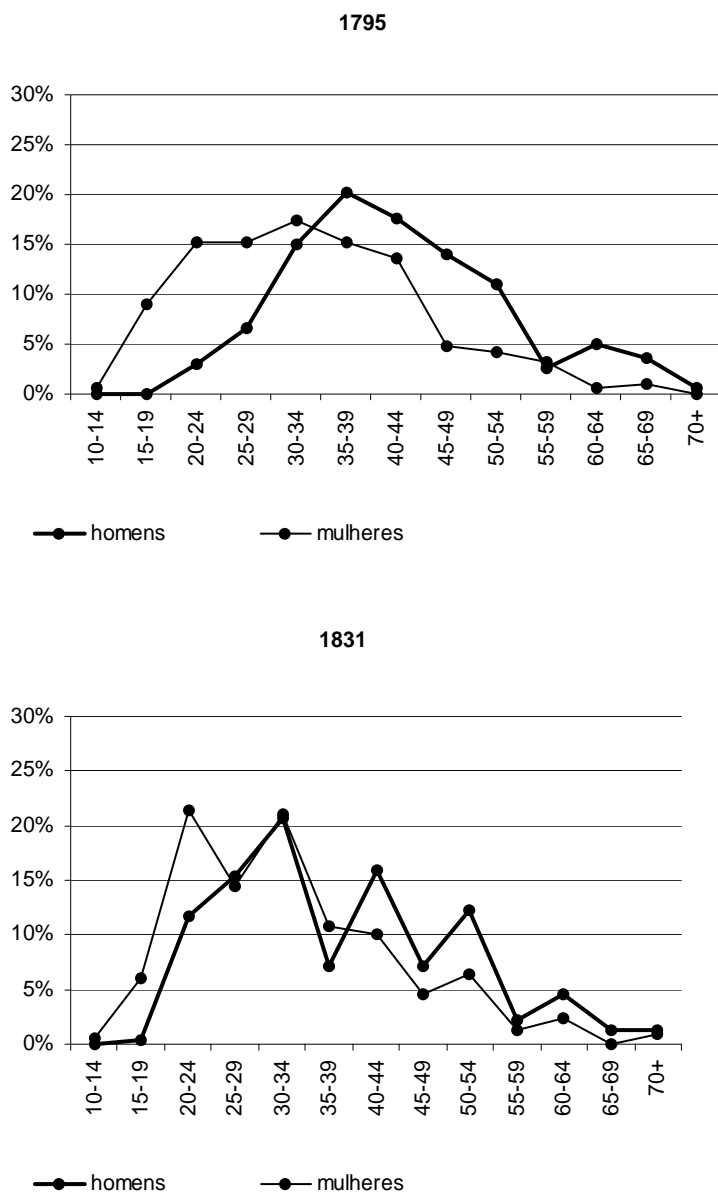
(2) % de casados ou viúvos sobre o total de escravos registrados no grupo (com mais de 14 anos)

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

As mulheres africanas eram o grupo menos expressivo entre os escravos de São José tanto em 1795, quanto em 1831, embora nesse último momento elas tenham constituído uma parcela pouco mais ampla da população escrava, possivelmente devido às características do tráfico no XIX (conforme discutimos na análise sobre a composição das escravarias no capítulo anterior). Mas as mulheres africanas eram, proporcionalmente ao tamanho do seu grupo, o setor dos escravos que mais casava: quase um quinto do grupo em 1794 e quase um quarto em 1831. As mulheres nativas também eram um setor pequeno da população escrava e tinham proporções de casadas ou viúvas em torno de 15% nos dois momentos, proporção superior às de homens africanos e nativos. Esses resultados, sem dúvida, espelham as razões de masculinidade entre os escravos e a superioridade numérica de homens africanos. Estes eram a maioria dos escravos que chegavam a se casar, 44% dos cativos casados em 1795 (170 de 389) e 33% em 1831 (217 de 651), mas os casados ou viúvos eram apenas 6% dos indivíduos do grupo em 1795, num momento de alta razão de masculinidade entre os africanos (razão de 530,1) e alta proporção de homens africanos (os quais eram mais de 50% dos escravos). No século XIX, quando a proporção geral de cativos africanos diminuiu para

um terço dos escravos e a masculinidade caiu para menos da metade do registrado em 1795 (243,5), casados ou viúvos atingiram 13% do grupo de escravos africanos.

Figura 3.1: Idade dos escravos casados ou viúvos em S. José



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

O exame da idade dos escravos casados ou viúvos revela que os homens, de um modo geral, casavam-se mais tarde do que as mulheres. Em 1795 a diferença era maior do que em 1831, quando a população escrava era mais uniforme e com menor defasagem entre o setor masculino e feminino. Esses dados vão ao encontro do que encontraram Florentino e Góes e

Robert Slenes, embora o autores lancem explicações diferentes para o mesmo fenômeno. Para Florentino e Góes na “norma” das senzalas os escravos mais velhos tinham precedência na escolha de suas cônjuges.<sup>198</sup> Para Slenes, eram as mulheres escravas que, em vantagem no mercado matrimonial, escolhiam os cativos mais velhos e melhor estabelecidos na comunidade escrava para usufruir das benesses que esse cativo teria acumulado ao longo da vida.<sup>199</sup>

Quanto à distribuição dos escravos casados ou viúvos segundo o tamanho da escravaria na qual se encontravam, percebe-se que eles habitavam mais frequentemente as médias e grandes posses, embora não deixassem de existir nas pequenas.<sup>200</sup> A maior parte estava em posses médias, com entre 11 e 20 escravos, mas, cerca de um décimo dos casados e viúvos vivia em fogos com plantéis de 3 a 5 cativos, o que demonstra a efetividade do casamento escravo em condições de pequenas posses.

Tabela 3.3						
Escravos casados ou viúvos segundo o tamanho da escravaria						
Nº de cativos na escravaria	1795			1831		
	N	%	% acumulada	N	%	% acumulada
1	1	0,3	0,3	3	0,5	0,5
2	15	3,9	4,1	8	1,2	1,7
3 a 5	44	11,3	15,4	67	10,3	12,0
6 a 10	68	17,5	32,9	117	17,9	29,9
11 a 20	101	26,0	58,9	141	21,6	51,5
21 a 30	54	13,9	72,8	98	15,0	66,6
31 a 50	71	18,3	91,0	69	10,6	77,1
mais de 51	35	9,0	100,0	149	22,9	100,0
Total	389	100,0		652	100,0	

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

<sup>198</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>199</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>200</sup> Conclusões semelhantes serão encontradas em FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.93 (ver esp. Tabela 4) e SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.75 (ver esp. Tabela 1).

Os casais que puderam formar-se em pequenas posses nos interessam mais de perto. Em primeiro lugar porque conseguiram encontrar um cônjuge dentro de escravarias reduzidas. Obter um parceiro de outra escravaria era muito raro. De acordo com os registros de casamento, apenas 7 matrimônios (0,8% dos casamentos de escravos registrados na paróquia de S. José) foram uniões de cativos de donos diferentes e apenas 46 indivíduos conseguiram formar laços “para fora” do cativeiro – 33 com forros e 13 com livres. O objetivo da proibição era evitar a separação forçada dos casais em caso de venda. Como a Igreja reprovava e tentava reprimir a separação de casais de escravos, os senhores repudiavam o casamento entre escravos de donos diferentes.<sup>201</sup> Assim, o escravo que queria casar-se na Igreja quase sempre tinha que encontrar seu cônjuge na mesma posse.<sup>202</sup>

Os crioulos possivelmente tiveram que enfrentar na escolha de cônjuges impedimentos de outra ordem. A doutrina católica proibia as uniões entre parentes de até terceiro grau, embora se saiba que não era difícil obter a dispensa para o casamento entre parentes da proximidade de primos.<sup>203</sup> Porém, já foi registrado para o sul dos Estados Unidos que as normas familiares de algumas etnias africanas proibiam o casamento entre primos-irmãos.<sup>204</sup> Assim, além da disseminação das pequenas posses e da proibição pelos senhores do casamento de escravos de donos diferentes, os escravos nativos do Brasil tinham se desvencilhar dos impedimentos de parentesco. Talvez isso explique a baixa representação dos

---

<sup>201</sup> Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. Laura Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 313.

<sup>202</sup> Essa é também a conclusão a que chegaram Robert Slenes e Sheila de Castro Faria que notaram, respectivamente no Oeste Paulista do XIX e na Paraíba do Sul do XVIII, a quase nulidade dos casamentos entre escravos de posses diferentes. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp.314-316. SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.75.

<sup>203</sup> Os impedimentos católicos se estendiam também às uniões entre padrinhos e afilhados e aos casos de cópula ilícita com parentes de até quarto grau do cônjuge. No entanto, existiram várias formas de se obter a dispensa desses impedimentos através de esmolas e penitências, orações e missas ou serviços prestados. Sheila Faria, de quem tomamos essas informações afirma não conhecer nenhum caso em que as dispensas não foram concedidas. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p.59.

<sup>204</sup> Sobre os impedimentos de origem africana, ver GUTMAN, Herbert Georges. *The Black Family in Slavery and Freedom 1750-1925*. NY, Vintage Books (Random House), 1976. Ver capítulo 02 “Because she was my cousin”.

nativos entre os escravos casados e viúvos em S. José, ao contrário do que foi observado por Slenes para Campinas.<sup>205</sup>

Já vimos que os homens africanos eram a maior parte dos escravos que se casavam. Até que criassem alguns laços nas escravarias onde viviam e conseguissem uma parceira gastavam algum tempo, talvez anos, o que deve explicar as altas idades dos homens casados em relação às mulheres. Para o africano, sem laços de parentesco na América, o matrimônio era uma grande chance de forjar relações de solidariedade e ajuda mútua na escravaria. No caso do casamento com uma escrava brasileira, a união introduzia o nubente em uma nova família, a do seu cônjuge, que a partir do casamento passa a ser também sua. Ao ter filhos amplia-se ainda mais a teia familiar com a agregação dos padrinhos e madrinhas.

As tabelas a seguir apresentam os tipos de pares que se formavam entre os escravos segundo suas designações de origem e cor e esclarecem com quem se casavam os homens africanos.

---

<sup>205</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.78.

Tabela 3.4 Casais de escravos segundo designação de cor/origem em 1795		
<i>homem - mulher</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
crioulo - crioula	5	9,26%
crioulo - parda	1	1,85%
crioulo - angola	1	1,85%
crioulo - benguela	1	1,85%
pardo - parda	1	1,85%
pardo - benguela	1	1,85%
angola - crioula	5	9,26%
angola - cabra	1	1,85%
angola - angola	2	3,70%
angola - benguela	1	1,85%
angola - congo	1	1,85%
benguela - crioula	11	20,37%
benguela - cabra	1	1,85%
benguela - angola	4	7,41%
benguela - benguela	7	12,96%
benguela - mina	1	1,85%
benguela - rebolo	2	3,70%
benguela - ganguela	1	1,85%
cabinda - crioula	1	1,85%
cabinda - rebolo	1	1,85%
mina - crioula	1	1,85%
rebolo - benguela	3	5,56%
mofumbe - benguela	1	1,85%
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Rol dos Confessados de 1795

Tabela 3.5 Casais de escravos segundo designação de cor/origem em 1831		
<i>homem - mulher</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
preto - preto	29	26,61%
preto - crioulo	16	14,68%
preto - cabra	1	0,92%
crioulo - preto	5	4,59%
crioulo - crioulo	17	15,60%
crioulo - pardo	2	1,83%
crioulo - africano	1	0,92%
crioulo - angola	1	0,92%
crioulo - benguela	2	1,83%
crioulo - cassange	1	0,92%
crioulo - costa	1	0,92%
pardo - crioulo	1	0,92%
pardo - pardo	6	5,50%
cabra - preto	1	0,92%
cabra - pardo	2	1,83%
africano - crioulo	4	3,67%
africano - africano	6	5,50%
benguela - crioulo	2	1,83%
benguela - angola	1	0,92%
benguela - benguela	1	0,92%
benguela - rebolo	1	0,92%
cabindacongo	1	0,92%
congo - crioulo	2	1,83%
congo - cabinda	1	0,92%
congo - rebolo	1	0,92%
costa - crioulo	1	0,92%
costa - costa	2	1,83%
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Listas Nominativas de 1831

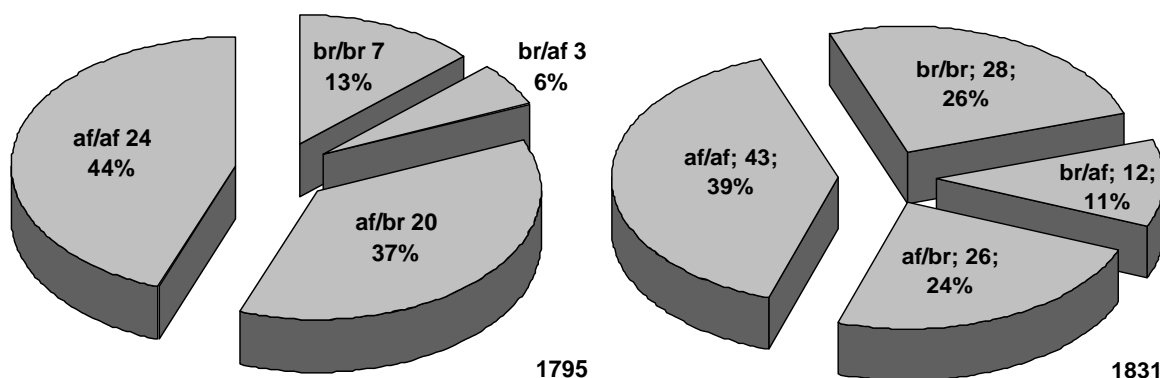
Em 1795 e 1831 os resultados apontam a dispersão das escolhas possíveis e a baixa ocorrência de uniões entre escravos de origens ou cor iguais. No século XIX, a categoria “preto”, que tendia a designar genericamente africanos para os quais não se conhecia, ou não se indicava o predicativo de procedência, engloba a maior parte dos casamentos, mas não sugere endogamia por origem, uma vez que tais pretos poderiam ser de diversas “nações” africanas. As esposas de escravos africanos eram, frequentemente crioulas, e raramente pardas ou cabras. Na verdade, o segmento nativo, de pele mais clara, composto pelos pardos e cabras se casava menos em relação aos crioulos. Segundo Libby e Paiva, pardos e cabras eram os escravos com mais probabilidade de receber alforria, já que eram o grupo mais numeroso entre os libertos registrados em 1795. Isso se devia à proximidade que pardos e cabras teriam em relação aos brancos, estampada em sua pele mais clara, muitas vezes sendo filhos de livres. Daí que entre eles o casamento fosse tão pouco difundido, de forma que suas estratégias de vida poderiam prescindir da ampliação de relações entre seus congêneres escravos.<sup>206</sup>

Os gráficos da figura 3.3 na página seguinte sintetizam os resultados das tabelas anteriores segundo os tipos visualizados de união por origem. Eles indicam padrões de casamentos levemente diferentes nos dois momentos de observação. Em 1795, homens africanos conseguiam esposas africanas e nativas em proporções semelhantes. Em 1831, eles tinham esposas principalmente africanas. Fica registrada a tendência de um aumento da endogamia por origem no século XIX entre nativos e africanos, que conseguem parceiros da mesma procedência. Mas essa endogamia por origem deve ser relativizada, pois não havia coincidência entre as “nações” dos cônjuges africanos. Além disso, as preferências por cônjuges da mesma origem era limitada pela dispersão dos escravos por pequenas posses.

---

<sup>206</sup> LIBBY, D. C. & PAIVA, C. A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira; São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol. 17 (1/2), pp.17-46, jan.-dez. 2000.

Figura 3.2: Casais de escravos por origem (brasileira ou africana) dos cônjuges (h-m)



Nota: af. = escravo africano; br = escravo brasileiro. Os números são a quantidade de casais encontrados.  
Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

As uniões de cônjuges africanos e nativos eram muito importantes, 42,6% em 1795 e 34,9% em 1831. A endogamia entre os crioulos e entre os africanos que, para Florentino e Góes e Hebe Maria Mattos, seria responsável pela dissensão no cativo foi estruturalmente limitada no contexto mineiro e, provavelmente, não teve os mesmos efeitos que nas grandes escravarias do Rio de Janeiro.<sup>207</sup> O caso de S. José indica que a disseminação de posses de tamanho reduzido foi uma séria interferência sobre e limitação à vida familiar dos escravos que trabalhavam em uma economia caracterizada pela abrangência de formas familiares de produção.

### 3.2. Os casamentos entre pequenos produtores.

De acordo com François Lebrun, as relações conjugais na Europa pré-capitalista eram governadas por uma dicotomia que colocava em lados opostos o casamento e o amor. O casamento fundava uma nova família, a unidade fundamental de trabalho, produção e organização da sociedade civil. Era ao mesmo tempo uma instituição religiosa que regulava as

<sup>207</sup> Idem, Ibidem. Hebe Maria Mattos. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.135. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.



atitudes sexuais e a procriação, e também uma instituição civil que unia patrimônios e transmitia a propriedade. Traduzindo o espírito da época, Lebrun afirma que “o casamento era algo muito sério, comprometendo muitos interesses, não podendo, pois, ser o resultado de uma escolha ditada pelo amor, sentimento ‘extravagante’ por excelência”.<sup>208</sup> Como princípio geral, o casamento era considerado um negócio de interesses e muito secundariamente um negócio de sentimentos:

*Não se trata de unir dois seres que se escolheram livremente, guiados unicamente pelo amor mútuo, mas de aproximar interesses materiais de duas famílias, de fundar um novo lar suscetível de continuar uma linhagem e de assumir um patrimônio.*<sup>209</sup>

Sob esse ponto de vista, o projeto de ascensão ou manutenção de *status* e riqueza da família deveria prevalecer sobre as escolhas do indivíduo. Como desenvolvimentos correlatos dessa orientação geral, Lebrun mostra que havia forte homogamia sócio-profissional e endogamia geográfica. Os casamentos tendiam a ser feitos entre famílias de um mesmo meio. Para os grupos mais abastados, a geografia matrimonial tendia a ser mais ampla, dada a dificuldade de conseguir pares do mesmo nível dentro da mesma região. Mas para as classes populares, sobretudo nos campos, a endogamia geográfica era muito intensa. Casava-se, em geral, com alguém da própria paróquia rural ou, senão, de alguma das paróquias limítrofes ou muito próximas. Segundo Lebrun, “cada paróquia rural constituía-se, com as paróquias próximas, um tipo de ‘comunidade de vizinhança’, no interior das quais se efetuava a grande maioria dos casamentos”.<sup>210</sup>

Para o Brasil durante os séculos XVIII e XIX, a historiografia tem demonstrado que motivações materiais e simbólicas envolviam-se nos casamentos da elite escravista.<sup>211</sup> Para

---

<sup>208</sup> LEBRUN, François. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.171.

<sup>209</sup> Idem, *Ibidem*, p.175.

<sup>210</sup> Idem, *Ibidem*, p.177.

<sup>211</sup> A esse respeito ver para a baía de Guanabara, FRAGOSO, João Luis. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII). In FRAGOSO, João Luis *et alli* (orgs.). *O*

ficar em exemplos mineiros: o casamento legal relacionava-se aos projetos familiares de acumulação e conservação de riqueza, como demonstra Graça Filho, para os grandes fazendeiros e comerciantes de São João del Rei.<sup>212</sup> Mônica Ribeiro de Oliveira percebeu que parte do sistema de crédito e financiamento da cafeicultura na Zona da Mata tinha bases familiares e o matrimônio tinha uma função destacada no trânsito de riquezas e na troca de favores.<sup>213</sup> De acordo com Marcos F. Andrade, os casamentos entre membros de um mesmo grupo de parentela garantiram a manutenção da posse de terras e escravos e a continuidade de grandes fazendas entre a elite escravista de Campanha.<sup>214</sup> Para Sílvia Brügger, o fato de que nesses acertos de família, os projetos de vida eram pensados em termos coletivos, e não individuais, atualiza o conceito de patriarcalismo enquanto o universo dos valores e das relações de poder que definem as estratégias familiares.<sup>215</sup>

Para a população livre pobre, predominantemente rural, tem-se acentuado que o casamento pressupunha laços bem estabelecidos na comunidade, relacionava-se à constituição de um domicílio independente e estava associado também ao acesso à terra e à estabilidade num mundo em que a migração era sempre uma alternativa. Sheila de Castro Faria, em estudo sobre a Paraíba do Sul no agrofluminense entre 1750 e 1800, indica que para a população pobre o casamento tinha como significados mínimos: a reunião das condições básicas para a sobrevivência no mundo rural, isto é, a constituição de uma unidade doméstica com sua divisão primária do trabalho entre o homem e a mulher; a aceitação dos migrantes pela

---

*Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para a Bahia colonial SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979. Para a elite paulista BACELLAR, Carlos A. Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

<sup>212</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002, pp.65-85.

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru/Juiz de Fora: Edusc/FUNALFA, 2005, ver capítulo 5.

<sup>214</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

<sup>215</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX*. Niterói: IFCH/UFF, 2002 (Tese de doutorado).

comunidade local; e a ampliação dos laços de parentela com a agregação de genros, sogros etc. Ainda segundo a autora, para a população pobre a escolha dos parceiros era tecida pelas interações dentro de um espaço físico comum, como as relações de vizinhança, o que não exclui as estratégias familiares.<sup>216</sup> Para Hebe Mattos, o projeto de vida do homem pobre no mundo rural era tornar-se um lavrador independente, o que basicamente significava ter uma casa, um cercado e uma roça. Para concretizar esse projeto eram fundamentais o acesso à terra e ao casamento. De acordo com a autora, os lavradores tendiam a ser casados e vinculados à região em que viviam em proporções muito maiores do que outras categorias ocupacionais, como as de negociantes, oficiais especializados e assalariados agrícolas. O binômio terra-família dependia de laços bem sedimentados na comunidade e o casamento era um nódulo importante nos planos dos pequenos produtores.<sup>217</sup>

Para nos aproximarmos da realidade do casamento entre a população pobre de S. José, reunimos 135 registros de matrimônio para os quais pudemos identificar a família de, pelo menos, um dos cônjuges no *Rol dos Confessados* ou nas listas nominativas. Destas fontes extraímos dados sobre ocupação, idade, cor, posse de escravos nas famílias dos nubentes e local de moradia. Obtivemos 88 casamentos referentes aos anos de 1796-98 através dos quais conseguimos identificar 106 famílias no *Rol*, sendo que nove delas levaram seus filhos mais de uma vez ao altar; para as demais famílias não conseguimos nenhuma informação porque não foram encontradas ou moravam em outras freguesias. Reunimos outros 47 casamentos celebrados entre 1832-34 dos quais puderam ser identificadas 67 famílias, sendo que três delas casaram mais de um filho.<sup>218</sup>

A primeira grande constatação é que os casamentos em vista uniram pessoas próximas social e espacialmente. Quase todos os noivos são livres e a maior parte dos casamentos unem

---

<sup>216</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.63-66 e p.150.

<sup>217</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil – século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.41-42.

<sup>218</sup> Conforme os registros de casamentos celebrados.

peessoas de igual condição e cor. A tabela abaixo tipifica todas as uniões em que a cor e condição de ambos os noivos pode ser identificada:

branco	branca	29
branco	mestiça	1
branco	parda	5
branco	parda forra	1
pardo	parda	8
pardo	branca	1
cabra	branca	1
crioulo	crioula	1
mestiço	parda	1
pardo forro	branca	1
pardo forro	parda	1
pardo forro	crioula escrava	1
crioulo forro	crioula	1
Total		52

Fonte: AEDSJDR, livros de casamentos

Os pares mais comuns entre os casamentos identificados foram os formados por um noivo branco e uma noiva branca e um noivo pardo e noiva da mesma cor. Esse padrão corresponde, mais ou menos, ao verificado por Douglas Libby e Zephyr Frank para os casais presentes no *Rol dos Confessados de 1795*.<sup>219</sup>

Alguns casos chamam mais atenção nesse conjunto de casamentos. O do crioulo forro Francisco Rodrigues Dantas que se casou com Florência, crioula escrava, é um deles.<sup>220</sup> Francisco era natural da freguesia de Furquim, termo da cidade de Mariana, era filho legítimo e tinha 55 anos quando se casou. Habitava o fogo de número 29 na Capela do Japão junto a um escravo, Joaquim angola de 30 anos, e mais três agregados, todos também forros. Sua noiva Florência era uma vizinha, vivia no fogo 52 da mesma aplicação, onde compartilhava o trabalho com outros 48 escravos de seu senhor, João Teixeira Álvares. Ela tinha 43 anos. É possível que o forro Francisco Rodrigues estivesse de alguma forma relacionado com o

<sup>219</sup> LIBBY, Douglas & Frank, Zephyr. Exploring Parish Registers in Colonial Minas Gerais, Brazil: Ethnicity in São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Colonial Latin American Historical Review*. Vol.14, nº 3, pp. 212-244, Summer 2005. Ver tabela 4 que mostra os casais formados por dois brancos como 46% de todos os casais livres da paróquia.

<sup>220</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv. 24, fls.126v.

proprietário de sua esposa e, talvez, interessado em algum tipo de parceria para cultivo em prováveis terras disponíveis de sua propriedade.<sup>221</sup> João Álvares, por outro lado, não se incomodaria de ter mais um agregado em suas terras, em aumentar sua rede de influência e, quem sabe, transferir parte do ônus do sustento da negra Florência para o marido.

Outro caso interessante é o do pardo forro Manoel Joaquim de Oliveira, de 25 anos. Manoel era o único agregado no domicílio do reverendo João Thomas Ribeiro de Miranda, no distrito da vila de S. José. Era nascido no Curral del Rei e já não vivia em companhia dos pais, ambos forros. Ele se casou com Maria Joaquina, mulher branca, livre, de 36 anos, moradora do distrito de Oliveira. Maria Joaquina vivia junto apenas da mãe, uma viúva de 62 anos, e de uma irmã também solteira. Como já tinha idade mais avançada e, talvez, nenhum dote a oferecer, encontrava-se numa posição pouco privilegiada no mercado matrimonial. Quanto a Manoel, o fato de se ter agregado junto a um reverendo, senhor de vários escravos, deve ter melhorado seu *status* e mesmo omitido sua condição de pardo forro que não aparece no registro de casamento.<sup>222</sup>

Os exemplos aludidos destacam que homens livres de cor chegavam a S. José no final do XVIII, o que matiza a nossa hipótese de que a ocupação da fronteira da paróquia nesse momento tenha sido obra exclusiva de migrantes brancos. Vale destacar que o último caso, do pardo forro Manoel Joaquim, chama a atenção para o fato de que a condição de agregado, em alguns casos, era temporária. Como destaca Maria Luiza Marcílio, para o migrante colocar-se sob o serviço de outra família era uma alternativa de sobrevivência:

*Nem sempre é fácil para estes forasteiros entrarem na posse de terras, logo que ali chegam. Neste caso, deveriam desbravar um pedaço da mata, preparar o terreno, levantar seu rancho de morada, fazer as plantações e esperar pela colheita. Ora, tudo isso levava tempo e exigiria o concurso de*

---

<sup>221</sup> Essa é a hipótese que Sheila Faria lança para explicar as uniões entre forros e escravas. A autora, como nós, não apresenta nenhum dado empírico que comprove sua suposição. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.317.

<sup>222</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv. 24, fls.102v.

*vizinhos, na ajuda mútua dos trabalhos mais pesados, um conhecimento da região na escolha das terras em que poderiam se estabelecer, além de recursos para se auto abastecerem até a colheita dos frutos de sua primeira plantação. Nem todos, porém, poderiam esperar tantos meses para comer. Os migrantes roceiros são sempre os mais pobres. Por isso, o mais usual era colocar-se a serviço de outra família, vivendo junto a ela como agregados, ou estabelecendo-se provisoriamente em franjas de suas propriedades.*<sup>223</sup>

Nesse sentido, podemos mencionar alguns casos. Um exemplo é o de José Ribeiro da Silva, branco, natural de Congonhas do Campo. Ele vivia agregado junto com a mãe viúva e dois irmãos no fogo do tenente Antônio Borges Barboza na capela da Lage e se casou com Ana Joaquina dos Anjos, branca, proveniente de uma família próspera, dona de 12 escravos, e moradora da aplicação de S. João Batista.<sup>224</sup> Outro exemplo é o do português Jorge Francisco de Melo que vivia como agregado no fogo 79 da capela de Oliveira, chefiado pelo tenente Gregório José da Silva. Casou-se com uma vizinha, Feliciano Maria da Fonseca, mulher branca, moradora no fogo 73. A família de Feliciano controlava uma posse de dez escravos.<sup>225</sup>

Esses casos sugerem que outra razão para o número de agregados ter diminuído entre a contagem de 1795 e a de 1831 é que a paróquia não estava mais atraindo forasteiros nesse último momento e, conseqüentemente, menos pessoas sem condições colocavam-se à disposição do serviço de um outro fogo.

Quando há informações sobre as famílias de ambos os cônjuges, é possível verificar que os matrimônios uniram grupos com níveis semelhantes de riqueza, aqui representada pela posse de escravos. Mais de um terço da amostra de famílias não tinha escravos e outro terço tinha entre 1 e 5 cativos. Embora essas proporções diverjam da estrutura de posse da sociedade, a maior parte das famílias, portanto, não fazia parte da elite escravista local. Na década de 1790, 41 famílias não tinham escravos, 36 tinham entre 1 e 5, 10 famílias possuíam

---

<sup>223</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.109. Ver, da mesma autora, *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, p.115-116.

<sup>224</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv.24, fls.116.

<sup>225</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv.24, fls.119.

de 6 a 10 cativos e 19 eram proprietárias de escravarias com mais do que 10 escravos. Na década de 1830, 15 famílias não tinham escravos, 17 tinham de 1 a 5, 11 famílias possuíam de 6 a 10 cativos e 14 eram donas de mais de 10. A maioria das uniões une proprietários na mesma faixa de posse. A grande discrepância registrada ficou por conta do português Manoel Jorge Ribeiro que aos 52 anos desposou Bernarda Maria Pereira, uma parda forra de 37 anos que vivia apenas com uma irmã no seu domicílio no Bichinho.<sup>226</sup> Outros casos foram os já citados de migrantes que viviam como agregados e conseguiram casar-se com filhas de proprietários.

Apenas para a década de 1830 há dados sobre ocupações. Aparecem como ocupações dos pais dos noivos aqui em tela, para os pais: lavrador (predominante), agricultor, carpinteiro, sapateiro e negociante; e para as mães: lavradora, fiandeira, tecelã e fiandeira e costureira. Já para os noivos as ocupações são as seguintes: lavrador, jornaleiro, fiandeira, tecelã, carreiro, carpinteiro, músico, negociante e taberneiro.

Quanto à residência dos nubentes, a maioria conseguiu um cônjuge no mesmo distrito em que vivia. Em 54 casamentos conseguimos identificar com precisão o local de moradia dos noivos e em 36 (66,6%) ambos os noivos residem na mesma aplicação, isto é, eram vizinhos. Nos demais casamentos, um dos noivos morava em outro distrito ou numa freguesia próxima. Ao considerar o local de moradia, ao invés do local de nascimento, podemos perceber que as escolhas matrimoniais eram feitas no círculo de convivência mais imediato das famílias dos noivos, sejam eles migrantes ou naturais da freguesia.

As idades ao casar apresentam variação nos períodos analisados. Para os casos averiguados no curto período de 1796-98, percebemos idades medianas de 27 anos para os homens e 20 anos para as mulheres. Para os casamentos de 1832-34, a mediana foi mais baixa, 23 anos para os homens e 18 para as mulheres. Esses resultados estão acima da média

---

<sup>226</sup> AEDSJDR. Casamentos, Lv.24, fls.117.

de 21,6 anos para os homens e 20,8 para as mulheres com que se deparou Maria Luiza Marcílio em Ubatuba.<sup>227</sup> Mas estão próximas dos resultados auferidos por Silvia Brügger para São João del Rei onde, na década de 1790, os homens se casavam em média aos 26,9 anos e as mulheres aos 20,5 e, na década de 1830, as médias aos 29 anos e 20,2 anos respectivamente.<sup>228</sup>

As tabelas a seguir mostram como as idades ao casar variaram de acordo com a riqueza, medida em escravos, da família dos noivos.

Tabela 3.7 Idade ao casar na Freguesia de S. José, década de 1796-98 (valores medianos em anos)			
cônjuges com famílias que possuem 5 ou menos escravos		cônjuges com famílias que possuem mais de 5 escravos	
H(1)	M(2)	H(3)	M(4)
28	19	26,5	20

Notas: (1) considerando a idade de 30 homens.

(2) idem para 51 mulheres.

(3) considerados 8 casos com a informação de idade.

(4) considerados 23 casos com informação de idade

Fonte: AEDSJDR, livros de casamentos e Rol dos Confessados de 1795

Tabela 3.8 Idade ao casar na Freguesia de S. José, década de 1832-34 (valores medianos em anos)			
cônjuges com famílias que possuem 5 ou menos escravos		cônjuges com famílias que possuem mais de 5 escravos	
H(1)	M(2)	H(3)	M(4)
22,5	18	29	18

Notas: (1) considerando a idade de 22 homens.

(2) idem para 17 mulheres.

(3) considerados 6 casos com a informação de idade.

(4) considerados 16 casos com informação de idade

Fonte: AEDSJDR, livros de casamentos e Listas Nominativas de 1831

Brügger percebeu que as mulheres de famílias com menos recursos casavam-se mais cedo na freguesia de S. João, enquanto aquelas de famílias mais abastadas poderiam esperar por um enlace adequado à sua posição. No caso de S. José, verificamos que essa diferença

<sup>227</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.109. Ver, da mesma autora, *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, p.173.

<sup>228</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade*, São João Del Rei, século XVIII e XIX. Niterói: IFCH/UFF, 2002 (Tese de doutorado), p.106. Ver tabela 2.16. Para a comparação das idades ao casar aqui apresentadas com outras regiões do Brasil e da Europa ver p.110 e seguintes.



seria mais comum no final do século XVIII, enquanto que em 1830 as idades ao casar das mulheres não tiveram diferença segundo a riqueza. Em todo caso, as mulheres casavam-se sempre mais cedo que os homens e parece-nos bastante ajustado o ponto de vista de Brugger::

*O fato de as mulheres contraírem relativamente cedo as primeiras núpcias aponta para uma estratégia familiar de estabelecimento de alianças – via casamento – o quanto antes possível. Por outro lado, demonstra a disponibilidade de recursos econômicos na região – fronteira agrícola aberta, oportunidades de trabalho, desenvolvimento comercial – a viabilizar estas uniões estabelecidas precocemente, ao menos para as mulheres.<sup>229</sup>*

Com relação à diminuição da mediana das idades ao casar masculina entre 1790 e 1830 deve-se ao fato de que no final do século XVIII muitos dos homens eram migrantes e chegaram a S. José em idades mais avançadas. Com a redução da chegada de homens a S. José no século XIX, a mediana de idade ao casar dos filhos de famílias com poucos escravos diminuiu e, aparentemente, passou a valer a urgência em casar típica das sociedades com disponibilidade de recursos. Para Maria Luíza Marcílio era essencialmente a abundância de terras o fator que permitia idades ao casar mais baixas no Brasil do que na Europa do Antigo Regime. Naquele espaço e contexto, marcado pela ocupação intensa do solo, não era raro que o casamento dependesse da morte dos pais para se adquirir terras para a exploração agrícola. Assim, as idades ao casar eram relativamente altas, por volta dos 27 para os homens e dos 25 anos para as mulheres, resultando numa fecundidade contida e num crescimento populacional limitado.<sup>230</sup>

---

<sup>229</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade*, São João Del Rei, século XVIII e XIX.. Niterói: IFCH/UFF, 2002 (Tese de doutorado), p.110.

<sup>230</sup> MARCÍLIO, Maria Luíza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In \_\_\_\_\_ (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.195 e p.197.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terras livres e um campesinato independente, segundo Roberto Borges Martins estes são os elementos que explicam a sobrevivência e a expansão da escravidão em Minas ao longo do século XIX. De acordo com Martins:

*Não havia uma oferta voluntária de trabalho em Minas porque a maior parte das terras ainda não havia sido apropriada ou, como Marx o diria, o processo de acumulação primitiva não havia se completado. Cada família camponesa poderia se apossar de um pedaço de terra, cultivá-lo, e subsistir sem ter que vender seu trabalho. Na ausência de alguma forma de coerção, o sistema econômico se reduziria (como efetivamente aconteceu com o seu setor livre) a uma constelação de unidades familiares independentes.<sup>231</sup>*

A evolução da freguesia de São José do Rio das Mortes entre o final do século XVIII e o início do XIX subscreve parcialmente a hipótese de Martins. Vimos que a ocupação da região remontava ao início do século XVIII, mas na década de 1790 ainda havia terras a ocupar. Já nessa década alguns traços definiram uma maioria de pequenos produtores baseados no trabalho familiar. Em primeiro lugar, a maioria dos fogos não tinham escravos; mas, naqueles fogos em que o elemento servil estava presente sobressaiam-se pequenas posses, normalmente não maiores do que cinco cativos.<sup>232</sup> Em segundo lugar, vimos que até o limite de cinco escravos em idade produtiva, a força de trabalho adulta e livre nesses fogos superava o trabalhador escravo. Em terceiro, percebemos que em meio à população livre os laços de parentesco eram os principais vínculos que atavam os moradores a seus fogos; dentre tais laços dominava o parentesco nuclear. Durante todo o período de observação, a maioria dos domicílios organizou-se em torno de um grupo de parentesco nuclear, o que se verificou nos fogos com escravos e sem eles. Finalmente, os jornaleiros, camaradas e outras formas de trabalho livre

---

<sup>231</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982, p.53.

<sup>232</sup> Metade dos fogos em 1795, três quintos deles em 1831 não tinham nenhum escravo; cerca de dois terços das posses de escravos tinham de um a cinco cativos em ambos os períodos.

externa ao fogo eram pequenas. Além disso, o trabalho a jornal era temporário e complementar. O agregado era uma parcela subsidiária da mão-de-obra e, para muitas pessoas, foi uma situação temporária, até que reunissem as condições para assentar um fogo.

A partir da década de 1820, as áreas de expansão em São José já estavam definitivamente ocupadas, e a reiteração das unidades de base familiar teve como uma de suas estratégias a migração.<sup>233</sup> Esses migrantes dirigiam-se para áreas de terras livres como as regiões de Baependi, Jacuí e o triângulo, mas também para fora da província. Como afirma Martins, “a vasta fronteira incluía não só áreas dentro de Minas Gerais, mas, também, nas províncias vizinhas”.<sup>234</sup> No caso, o noroeste paulista foi um destino comum a migrantes mineiros vindos da Comarca do Rio das Mortes.<sup>235</sup>

Mas o exemplo de São José também contraria algumas das propostas de Martins. O agropastoreio foi, como vimos, o setor dinâmico da economia local; empregava a maior parte da força de trabalho escrava e provavelmente absorveu a maioria dos escravos novos recém-chegados pelo tráfico. Essas empresas produtoras de mantimentos estavam intimamente ligadas ao abastecimento do mercado do Rio de Janeiro e sofreram uma expansão com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil.<sup>236</sup>

Cabe aqui a ressalva de que Roberto Martins reconsiderou algumas das suas opiniões sobre o comércio mineiro no XIX em um texto recente, apresentado no seminário do CEDEPLAR de 2008. Nesse artigo, Martins mostra os impactos da

---

<sup>233</sup> Tal como Alida Metcalf apresenta para os camponeses de Santana do Parnaíba. Convém lembrar que, como mostra Metcalf, a migração também era acessada pela elite proprietária de terras e escravos. METCALF, Alida. “A família e sociedade rural paulista: Santana do Parnaíba, 1750-1850”. *Estudos Econômicos*. São Paulo:, Nº 20, pp.283-304, mai-ago. 1990.

<sup>234</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982, p.54.

<sup>235</sup> OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS, 1997.

<sup>236</sup> Dentre outros LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002.

chegada da Corte na sociedade mineira, destacando a abertura do território mineiro a viajantes estrangeiros, o estímulo à mineração e siderurgia, o aumento das exportações de alimentos para aquela praça, a abertura de estradas e a integração regional e o tráfico de escravos para Minas.<sup>237</sup>

Nesse contexto, parece pouco provável que os pequenos produtores tenham participado do comércio de longa distância, conforme nos indicam Leandro B. Andrade, para o caso de Mariana, e Afonso A. Graça Filho para São João del Rei.<sup>238</sup> Quanto à participação no tráfico, certamente ficaram em desvantagem em relação aos produtores maiores. Em 1795 os pequenos produtores de S. José tinham uma escravaria na maior parte masculina, mas com idades avançadas, próximos aos quarenta anos ou já considerados velhos. Os escravos africanos dominavam esse grupo. Em 1831, com o tráfico reabastecendo as escravarias, os pequenos produtores tiveram posses principalmente femininas e jovens, as crianças serão parte expressiva de seus escravos e as mulheres nativas e africanas proporcionalmente o maior setor em posses pequenas. Embora os pequenos produtores não fossem alheios ao tráfico (cerca de 18,6% de africanos em 1831 estavam em posses com menos de cinco escravos), sua participação era limitada e sua propriedade mancipia composta por cativos de menor valor.<sup>239</sup>

A presença disseminada de cativos em idade infantil sugere a importância da reprodução interna. Talvez esse fenômeno não tenha constituído uma reprodução ampliada da força de trabalho, capaz sozinho de manter a escravaria de São José, mas

---

<sup>237</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

<sup>238</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, p.24. ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX*. Mariana: 1820-1850. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007, (dissertação de mestrado), ver item 4.4

“Entre a taverna e o grosso trato: comércio e riqueza no termo de Mariana”.

<sup>239</sup> Leandro Andrade sugere que “não eram as unidades camponesas as maiores demandantes de escravos”. Idem, *Ibidem*, p.73, discordando do que afirmam João Fragoso e Manolo Florentino. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico: sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, pp.63-64.

gerou um número significativo de escravos crioulos e mulheres que habitavam posses menores. Embora os casamentos de escravos tenham acontecido em menores proporções nos pequenos plantéis, eles não eram fundamentais para a reprodução escrava.<sup>240</sup> Além disso, não necessariamente os escravos nativos presentes nas pequenas posses foram gerados nela; eles poderiam ser doações, dotes ou herança de um proprietário maior.<sup>241</sup>

A presença ou não de escravos no fogo pode ser tomado como índice de riqueza do domicílio e condicionou as opções e escolhas matrimoniais dos pequenos produtores. Percebemos que os casais se formaram entre famílias com semelhante posse de cativos. Na verdade, a formação de casais próximos no plano social foi a regra. Mas a capacidade produtiva do grupo doméstico também influenciou nas idades ao casar. Essas indicações novamente reforçam o fato de que a ordem da produção não pode ser separada do estudo da vida dessas pessoas.

---

<sup>240</sup> Como demonstra Silvia Brugger, a maior parte dos filhos de mães escravas eram naturais, isto é, filhos de mães não casadas. Entre 1790 e 1830 a percentual variou de 57,7 a 67,7% dos nascimentos. Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade*, São João Del Rei, século XVIII e XIX. Niterói: IFCH/UFF, 2002 (Tese de doutorado), p.83, tabela 2.3.

<sup>241</sup> Cerca de 5% das crianças inventariadas nas escravarias sanjoseenses foram separadas dos pais no momento da partilha antes de completarem dois anos de idade. O grupo de crianças com menos de cinco anos separadas dos pais eram 15,7% de todas as crianças escrava. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. Varia História.* 23(37), pp.184-207, jan/jun 2007, ver tabela 03, p.195.

## FONTES

### Bancos de dados

*“Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente anno de 1795”*. Org. Douglas C. Libby; Clotilde A. Paiva. Original: IHGT, Tiradentes, MG .

*“Listas Nominativas de 1831/32”*. CEDEPLAR-UFMG. Coord. Clotilde A. Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro .

### Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei

*Livros de registros de casamentos da paróquia de Santo Antônio de Tiradentes (antiga vila de São José do Rio das Mortes).*

- Livro 24 (1784-1803) Estante 01 Cx 10;

- Livro 27 (1828-1866) Estante 01 Cx 11.

*Mappas de população. Pasta 19.*

- “Lista fiel de todas as almas capelas curadas, filiais, e hermidas que constão haver em toda a Freguesia de Santo Antonio da Vila de São José da qual é Parocho Antonio Xavier de Sales Mattos: dada a 4 de dezembro de 1822”;

- “Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto. Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825”;

- “Estatística Política e Civil da Paroquia de Santo Antônio na Vila de São José. Declaração pedida pela Portaria de 31 de maio de 1929”

**Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São João del Rei, 13ª SR**

*Inventários pós-mortem*

- AMARAL, Helena Gurgel do. Cx. C-02, 1796.
- CASTRO, Manoel Lobo de. Cx. 504, 1805.
- LOPES, João Vieira. Cx. C-15, 1819.
- MAIA, Francisco de Souza. Cx. 149, 1804.
- OLIVEIRA, Manoel Dias de Cx. 181, 1795.
- SILVA, José Correia da. Cx. 251, 1824.

*Processos crime*

- Processo Crime 50/04-06, MARCELLAR, José Antônio; FARIA, Anna Joaquina de.
- Processo Crime 401/25-04, 1866. REZENDE, Gabriel José de; SILVA, Bonifácio Ribeiro da.

*Processo de Força Nova*

- FONSECA, Mariana Pascoa da, Cx.001, 1794, S. José.

## BIBLIOGRAFIA

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2008.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1994. (Dissertação de mestrado).
- ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana:1820-1850*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007 (dissertação de mestrado).
- ANDRADE, Marcus Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.



- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Reôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX.*. Niterói: IFCH/UFF, 2002 (Tese de doutorado).
- CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998 (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CASTRO, Evandro Carlos Guilhon de. *Tropeiros em Mariana Oitocentista*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002 (dissertação de Mestrado).
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992.
- \_\_\_\_\_; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*. São Paulo: FINE, 17(2), pp.246-295, maio/ago. 1987.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Niterói: ICHF/UFF, 2007 (Tese de doutorado).
- \_\_\_\_\_. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o

redesenho dos espaços econômicos na virada do século. *In Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_ ; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico: sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993,

\_\_\_\_\_ ; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. *In* BOTELHO, Tarcísio R. e outros (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999.

GODOY, Marcelo M. Uma província artesã: O universo social, econômico e demográfico dos artífices da Minas do Oitocentos. *In Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, 2000.

- GODOY, Marcelo M.; RODARTE, M. M. S.; PAIVA, Clotilde A. Negociantes e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. *In Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica & VI Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, 2003.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais; São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.
- \_\_\_\_\_. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850. *In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.). Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.
- \_\_\_\_\_. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, Vol.08, nº15, pp.93-110, jul.2003.
- \_\_\_\_\_. *et. Alli*. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. 23(37), pp.184-207, jan/jun 2007.
- GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor, Porto Feliz, São Paulo, século XIX. *In FRAGOSO, João R. L. et. alli. (org's). Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.
- GUTMAN, Herbert Georges. *The Black Family in Slavery and Freedom 1750-1925*. NY, Vintage Books (Random House), 1976.
- HALFELD, H. G. F. e TSCHUDI, J. J. von. *A Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, s/d.

- HIGGINS, Kathe J. *“Licentious Liberty” in a Brazilian gold-mining region: slavery, gender and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais*. University Park PA, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.184.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O tráfico de escravos no Atlântico*. (trad. Francisco A. Moura Duarte et al.). Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2004.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development: São Paulo 1765 to 1836*. Colorado: Westview Press, 1986 (Dellplain Latin American Studies, nº18).
- \_\_\_\_\_. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e Grupos de Convívio*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.9, nº17, pp.37-64, set.1988-fev.1989.
- LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *História dos camponeses franceses: da Peste Negra à Revolução*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LEBRUN, François. *A Vida Conjugal no Antigo Regime*. Lisboa, Edições Rolim, s/d.

- \_\_\_\_\_. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ Fapemig/ PPGH-UFMG, 2008, pp.457-480.
- \_\_\_\_\_. O tráfico negreiro e as populações escravas de Minas Gerais c. 1720 – c. 1850. *LASA 2006: Decentering Latin American Studies*. San Juan, Puerto Rico: March 2006.
- \_\_\_\_\_. As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (org's). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- \_\_\_\_\_; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

- \_\_\_\_\_; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, Reconstruindo a liberdade – Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*. Nº 30, pp.112-151, julho 2003.
- \_\_\_\_\_; FRANK, Zephyr. Exploring Parish Registers in Colonial Minas Gerais, Brazil: Ethnicity in São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Colonial Latin American Historical Review*. Vol.14, nº 3, pp. 212-244, Summer 2005
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIFE/Pioneira, 1982.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais*. Brasil. Século XVIII-XIX. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silencio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MAURO, Frédéric. *A expansão europeia (1600-1870)*. São Paulo: Ática, 1980.

- MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (org's). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- MOTTA, Márcia Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS, 1997.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru/Juiz de Fora: Edusc/FUNALFA, 2005.
- PAIVA, Clotilde A. e GODOY, Marcelo M. Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.
- PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (org's). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.
- \_\_\_\_\_. A constituição da família na população livre (São Paulo no Século XIX). *Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro: v.4, pp.2135-2158,1984.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988
- \_\_\_\_\_. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da *História da Família no Brasil Colonial*. RJ, Nova Fronteira, 1998.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: v.18(3), pp.449-495, set./dez. 1988.
- TEIXEIRA, Maria L. R. C.. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o distrito de Lage (1780-1850)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998 (dissertação de Mestrado).



VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. Bauru/São Paulo: Edusc/ANPOCS, 2004.